



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

POLLYANA CARDOSO DANTAS

**A ARTE DE FIAR MEMÓRIAS E TECER NARRATIVAS: O
VIVER URBANO DO OPERARIADO AREIENSE (1940-1980)**

CAMPINA GRANDE/PB

2013

POLLYANA CARDOSO DANTAS

**A ARTE DE FIAR MEMÓRIAS E TECER NARRATIVAS: O
VIVER URBANO DO OPERARIADO AREIENSE (1940-1980)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História – PPGH, da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para obtenção do grau de Mestre na área de História, Cultura e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Clarindo Barbosa de Souza

CAMPINA GRANDE/PB

2013

FICHACATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA DA UFCG

D192a Dantas, Pollyana Cardoso.
A arte de fiar memórias e tecer narrativas: o viver urbano do operariado
Areense (1940-1980) / Pollyana Cardoso Dantas. – 2013.
151 f. : il. Color.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina
Grande, Centro de Humanidades.

“Orientação: Prof. Dr. Antonio Clarindo Barbosa de Souza”.
Referências.

1. História – Areia-PB. 2. Fábrica. 3. Memória. 4. Operário. 5.
Cotidiano. I. Souza, Antonio Clarindo Barbosa de. II. Título.

CDU 94(813.3)(043)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**A ARTE DE FIAR MEMÓRIAS E TECER NARRATIVAS: O VIVER URBANO DO
OPERARIADO AREIENSE (1940-1980)**

Dissertação de Mestrado Aprovada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Antonio Clarindo Barbosa de Souza
(Orientador – UFCG/PPGH)

Prof. Dr. Josemir Camilo de Melo
(Examinador externo – UEPB)

Prof. Dr. Gervácio Batista Aranha
(Examinador interno – UFCG/ PPGH)

*A Deus, pela inspiração de cada dia.
Aos meus narradores, pelo encanto da fala.
Ao meu orientador, professor doutor Antonio Clarindo, pelo
conhecimento compartilhado.
Aos meus pais, Antonio Berto e Valdira, pelo aprendizado contínuo
regado de amor e compreensão.
À minha tia Cida, pela motivação de cada dia.
À minha irmã Jacque, pela paciência exercitada.
Ao meu sobrinho Benjamim, por tornar os meus dias mais felizes.*

Dedico.

*És precária e veloz, Felicidade.
Custas a vir e, quando vens, não te demoras.
Foste tu que ensinaste aos homens que havia tempo,
e, para te medir, se inventaram as horas.*

*Felicidade, és coisa estranha e dolorosa:
Fizeste para sempre a vida ficar triste:
Porque um dia se vê que as horas todas passam,
e um tempo despovoado e profundo, persiste.*

Cecília Meireles.

AGRADECIMENTOS

Entre as formas mais bonitas de amar está a alegria de ser grato. Agradeço a Deus, pelo amor de Pai e Amigo, por ter cuidado de mim nesta jornada, pela ajuda e inspiração. Todas essas páginas têm a Tua cor, és muito amado!

Aos meus pais, Antonio Berto Dantas e Valdira Cardoso Dantas, pela doçura do nosso lar, pela presença de Deus em nossa família, pelo amor compartilhado e pelas lições transmitidas. Porque investiram em minha educação foi que cheguei até aqui. Eu amo muito vocês e a concretização desse sonho faz parte das nossas conquistas.

A minha irmã, Jacqueline Cardoso Dantas, cuja força me impulsiona a nunca desistir dos meus objetivos.

Ao meu sobrinho, Benjamin Dantas Jerônimo, a quem eu carinhosamente chamo de Ben. Durante esse processo de escrita seu amável sorriso coloriu os meus dias e fez acreditar no impossível. Você é o amor da minha vida.

A Francisco Martins de Carvalho Sobrinho e Maria Aparecida França de Carvalho, a quem eu carinhosamente chamo de tio Chico e tia Cida. Como agradecer por tanto amor? O exemplo de vocês me encoraja e me faz perceber que tudo na vida se acerta com o tempo. Obrigada pelas palavras de incentivo e por acreditar em mim. Eu os amo!

A minha amiga do mestrado e na vida, Lucélia Nárjera de Araújo, pela dádiva da amizade, pelas madrugadas de estudo, pela convivência harmoniosa e pelo exemplo de vida tão enriquecedor. Sinto tanto a sua falta.

A minha amiga Sandra Alves de Lima, pelas preciosas contribuições ao texto, por me acompanhar até o término desta pesquisa e orar por mim.

Ao me orientador, Antonio Clarindo Barbosa de Souza, por ter me acolhido tão carinhosamente na pós-graduação, pela contribuição metodológica, pelo respeito e (cria) atividade teórica, sempre vibrando com os meus avanços e torcendo por mim. Ter sido orientada por você foi um privilégio. Eu o admiro muito.

Aos membros da Banca de Qualificação, professor Dr. Gervácio Batista Aranha e professor Dr. Josemir Camilo de Melo, pelo rigor na leitura, pelas críticas e sugestões apresentadas, pela perspicácia teórica. Agradeço por seguirem comigo o percurso dessa dissertação até a sua defesa.

Aos meus narradores, pela alegria dos nossos encontros, por compartilharem comigo suas experiências de vida como operários da “Fiação e Tecelagem Arenópolis S/A”. É uma satisfação tornar essa história conhecida nas linhas que seguem.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande, pelas aulas ministradas, dedicação e seriedade acadêmica.

Aos meus colegas de mestrado por todas as experiências compartilhadas.

Aos meninos da secretaria, Arnaldo e Felipe, que com carinho e competência amenizaram os percalços burocráticos.

E finalmente a CAPES, que contribuiu para que esta dissertação fosse realizada.

RESUMO

A construção histórica e identitária de Areia como “Terra da Cultura” foi pretensamente elaborada por Horácio de Almeida em sua obra *Brejo de Areia* (1958). Ao desenvolver um discurso passado-tradição, esse autor elegeu acontecimentos que marcaram a urbe no século XIX e ‘esqueceu-se’ da experiência fabril que a cidade evidencia no século XX. Assim, nos propomos redescobrir a cidade Areia dentro desse período, a partir do surgimento de sua primeira e única fábrica têxtil: a “Fiação e Tecelagem Arenópolis”. Portanto, situamos nossa pesquisa no âmbito da História Social e Cultural, pois nosso interesse se volta para a memória coletiva de um grupo de ex-operários(as), com o objetivo de compreender como esses sujeitos históricos formularam a sua experiência, trabalho e cotidiano em meados do século XX. Na elaboração desse estudo, utilizamos como fonte primordial os relatos orais de memória, tanto pela escassez de registros escritos quanto pelo desvendamento de aspectos que outros métodos de investigação não alcançariam. Todavia, a escolha da história oral não teve a pretensão de dar voz aos silenciados, mas direcionar a audição para vozes que antes não eram ouvidas e viram nela uma forma de se potencializar. Ao fiar memórias e tecer narrativas, redescobrimos uma nova paisagem de Areia, representada pela inovação da fábrica, pelo apito da sirene, pelo fumaçar das chaminés, pelos operários e operárias que ocupavam a rua central da cidade por ocasião das mudanças de turno. Além dos muros: a cotidianidade, as relações afetivas, os divertimentos, outras apropriações do espaço urbano; dentro deles: o trabalho, o cansaço, os acidentes, a resistência. Na tecitura dessas histórias reportamo-nos a análise teórica da memória e narrativização das lembranças, proposta respectivamente por Maurice Halbwachs (1990) e Paul Ricoeur (1994; 2007). Assim, através dos relatos orais de memória em consonância com outros documentos, tornamos conhecido alguns aspectos desse viver urbano do operariado areense entre as décadas de 1940-1980, de modo que as histórias aqui contadas apresentam um misto de leitura e interpretação em cima da arte de lembrar.

Palavras-chave: Cidade. Fábrica. Memória. Operário. Cotidiano.

ABSTRACT

The consolidation of Areia's history and identity as "the Land of Culture" was allegedly elaborated by Horácio de Almeida in his work *Brejo de Areia* (1958). On bringing up a discourse of past and tradition, the referred author elected the city's most important events in the 19th century and "forgot" about the manufacturing experience through which the city goes in the 20th century. Owing to this, we seek to rediscover the city of Areia within this period of time as of the appearance of the city's first and only textile factory: "Fiação e Tecelagem Arenópolis". Therefore, our research is done inside the Social and Cultural History environment, for our main interest turns to the collective memories from a group of former workers so as to understand how these historical subjects portrayed their mid-20th century experiences, labor, and routine. In the development of this study, we used, as a primordial source, oral reports of memories due to the scarcity of written records and aiming at the truthfulness of aspects that other investigation methods would not be able to provide us. However, the oral-story choice was not intended to make the silent ones speak out; rather, it was meant to make them heard by leading people's attention into voices that had never been heard before as a way to potentiate it. On threading memories and weaving narratives, we rediscovered a new landscape of Areia, as represented by the factory's innovation, by the siren's call, by the chimney's smoke, by workers who used to occupy the city's main street on different day-shifts. Beyond the walls: routines, affective relationships, enjoyment, other appropriations of the urban space: inside them: work, fatigue, accidents, resistance. On weaving these stories, we reported the theoretical analysis of the memories and narrativization of such recollections, as proposed by Maurice Halbwachs (1990) and Paul Ricoeur (1994; 2007), respectively. Thus, through memory oral data along with other documents, we made known some aspects of these Areiense workers' urban living in the period between 1940 and 1980, so that the stories told herein should present a mixture of reading and interpretation upon the art of remembering.

Key-words: City. Factory. Memories. Workers. Routine.

LISTA DE IMAGENS

- Imagem 1:** Monumento localizado na entrada da cidade de Areia, sentido leste, que apresenta a bandeira da cidade e a caracteriza como “Terra da Cultura” 54
- Imagem 2:** Vista aérea da cidade de Areia, onde é possível localizar no espaço urbano a presença arquitetônica da “Fiação e Tecelagem Arenópolis S/A” 64
- Imagem 3:** Matéria de Gasi Nobre sobre a estranheza ao deparar-se com a Cadeia Pública no centro da cidade. Jornal O Século (PB) – 13 de Julho de 1946..... 92
- Imagem 4:** Matéria de jornal sobre o aumento salarial na “Fiação e Tecelagem Arenópolis S/A”. Jornal O Século (PB) – 18 de janeiro de 1947 106
- Imagem 5:** A Vila localizava-se na Rua Armando de Freitas, nome dado em homenagem ao idealizador e 1º gerente da fábrica de ‘Fiação e Tecelagem Arenópolis S/A’ 110
- Imagem 6:** A fachada dessa casa que se localiza na Vila Operária é a única que mantém-se conservada desde a sua fundação 112
- Imagem 7:** Vista aérea da cidade de Areia, na qual a “Fiação e Tecelagem Arenópolis S/A” aparece deteriorada e destelhada 129

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO – Areia na travessia do século XIX para o século XX	14
1. CAPÍTULO I: A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DE AREIA COMO “TERRA DA CULTURA” NA OBRA DE HORÁCIO DE ALMEIDA	30
1.1 Por uma leitura cultural de Brejo de Areia: memórias de um município	31
1.2 A história de Areia contada por Horácio de Almeida: uma exaltação a sua terra natal	35
1.3 Da crise econômica areiense à sedução do trem provocada pelas estradas de ferro. É anunciada a morte de Areia?	41
1.4 Areia como campo discursivo: a possibilidade de enxergar outras cidades na cidade do presente	48
2. CAPÍTULO II: OPERÁRIOS QUE TECEM MEMÓRIAS: UMA LEITURA SÓCIO-CULTURAL DA EXPERIÊNCIA FABRIL AREIENSE	57
2.1 A inovação do sistema fabril. É chegado o tempo das máquinas ou o tempo dos homens?58	
2.2 O nascimento da Fiação e Tecelagem Arenópolis.....	62
2.3 Percursos e travessias metodológicas: narrativa, memória e oralidade	68
2.4 No compasso das memórias o (re)construir das narrativas sobre Arenópolis, Areia e seus sujeitos	74
2.4.1 Tecendo “Marias”? Fiar e tecer: uma atividade muito mais feminina que masculina ...	75
2.4.2 A fábrica na cidade: possibilidades de uma história sensível	91
2.4.3 Para além dos muros da fábrica: encontros, diversão e amores	96
2.4.4 A presença da saudade na memória: lembranças “daquele tempo”	101
3. CAPÍTULO III: AREIA NO SÉCULO XX: A EMERGÊNCIA DO CONFLITO E O DESPERTAR DE NOVAS SENSIBILIDADES NA PAISAGEM URBANA	105
3.1 Um breve noticiário de jornal	106
3.2 A experiência cotidiana dos moradores da Vila Operária	108
3.3 Os acidentes de trabalho, as dores do progresso!	115
3.4 A formação do sindicato: mobilização e consequências	121
3.5 Arenópolis fecha as portas: é declarada a falência	127
3.6 A Vila Operária posta em leilão. Qual a reação dos moradores?	131
3.7 É preciso redescobrir a paisagem das cidades	136
CONSIDERAÇÕES FINAIS	139

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 143

FONTES 149

ANEXOS 151

INTRODUÇÃO – Areia na travessia do século XIX para o século XX

Na minha infância, nas tardes de domingo, costumava ir com meus pais almoçar na casa do meu avô João Cardoso. Lá, reuníamos toda a família e no sofá de vovô, conversávamos sobre muitas coisas; logo em seguida, saíamos para brincar em frente de casa. Lembrei-me desses acontecimentos porque vovô morava na mesma rua onde antes se encontrava a fábrica de fios. Naquele momento, ao circular por aquela área, nada nos chamava atenção. Para mim, o lugar não passava de um espaço de recreação, onde brincávamos de esconde-esconde, de pega-pega, corríamos pelas calçadas, impondo ao espaço características que nos eram próprias. Chegávamos exaustos em casa e cheios de histórias para contar, sendo este o momento mais esperado da semana.

O estranho é perceber que durante toda minha infância e adolescência nunca ouvira falar sobre a existência de uma fábrica na cidade de Areia, fato que só veio à tona durante a minha graduação¹ em uma das aulas ministradas pelo historiador Josemir Camilo de Melo, quando ele referiu-se a fábrica e indagou-me a respeito de seu impacto na vida dos areienses. Contudo, minha falta de conhecimento sobre o assunto instigou-me a buscar os vestígios por ela deixados no tempo. Começou assim o meu interesse, curiosidade e desejo de (re)descobrir a cidade de Areia a partir do funcionamento dessa fábrica, tendo como informação inicial a certeza de sua existência, embora não soubesse a que ramo se vinculava, nem mesmo o nome que possuía. Envolvida por tantas indagações e reflexões a respeito, decidi tomá-la como objeto de estudo.

Em meio a essas inquietações, fui instigada ainda mais a buscar informações sobre essa fábrica a partir do encontro que tive com o senhor José Henrique, quando este sentado defronte a sua residência, mostrou-se disponível para conversarmos sobre o assunto. Deste modo, travamos um diálogo, através do qual me esclareceu que a fábrica era têxtil, conhecida como Arenópolis, e além do mais, constava no cartório da cidade sua declaração de falência.

Na ocasião fui subitamente envolvida pelo paradigma indiciário de Ginzburg² e debrucei-me em busca de novas pistas com o objetivo de registrar a história dessa fábrica. Na medida em que estabelecia meus contatos com ex-operários que se fizeram narradores e cujos

¹ Graduei-me no curso de Licenciatura plena em História pela Universidade Estadual da Paraíba no ano de 2010.

² Ginzburg trabalha com a perspectiva de uma história como uma ciência do particular, onde a função do historiador é ir em busca dos indícios a fim de decifrá-los e compor sua narrativa, o que acaba por aproximar a história da antropologia através desta preocupação com uma registro etnográfico. Veja-se GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

relatos orais de memória tornaram-se fonte fecunda na elaboração e construção de nossa narrativa, surgiram outros questionamentos. Desta pesquisa resultou meu trabalho monográfico intitulado *Arenópolis: tramas e urdiduras na tecelagem de uma Areia fabril (1940-1980)*.

No entanto, a escrita rachou-se e apresentou novas lacunas tanto inquietantes como aguçadoras. Enfim, assumi o compromisso de reaver estas questões na dissertação, procurando aprofundar minhas discussões sobre a temática do mundo do trabalho, precisamente da experiência fabril em Areia, tomada pela constatação de Rezende (2008, p.48) quando afirma que “há um jogo de esquecimentos e lembranças que constituem a memória de qualquer cidade”.

Vale ressaltar que, pela cidade de Areia preservar e reverenciar o passado, fomos levados a observar que o moderno é visto como ameaça, por trazer o novo e desenraizar a tradição, ocasionando a perda de uma suposta identidade única.

Por esta razão, apenas o passado se reatualiza, e um passado cujo marco temporal é o século XIX, período que compreende os tempos mais prósperos desta urbe. Essa é uma época de efervescência cultural, dos clubes de leitura, do teatro, da música e das artes; dos embates políticos e das lutas mediadas pelas relações de poder e pertença; enfim, da opulência das famílias tradicionais, esbanjando riqueza, em sua maioria advinda dos engenhos, com a qual coloriu o espaço urbano com belíssimos casarões de arquitetura admirável.

Atualmente, para reatualizar esse período de glórias, a cidade de Areia foi reconhecida como Patrimônio Histórico Nacional, em 11 de agosto de 2005, pelo Conselho Consultivo do IPHAN e homologado pelo Ministério da Cultura, através da portaria nº 073, de 29 de agosto de 2006, publicada no DOU (Diário Oficial da União), em 06 de setembro de 2006. Esse reconhecimento pôs em evidência os atributos de Areia como “Terra da Cultura” e “Berço da Cultura Paraibana”.

Quando nos referimos a cidade de Areia como “Terra da Cultura”, adotamos a definição de cultura proposta pelo antropólogo inglês E. B. Taylor e interpretada por Fernando de Azevedo em *A cultura brasileira*. Para Taylor a cultura de um povo é “um complexo que compreende os conhecimentos, as crenças e as artes, a moral, as leis, os costumes e todos os demais hábitos e aptidões [...] adquiridos pelo homem na qualidade de membro de uma sociedade.” Pode parecer, a primeira vista, que nessa definição não se faz referência, ao menos muito clara, ao elemento material, mas se considerarmos que “costumes, artes e hábitos” comportam certamente elementos materiais, será fácil reconhecer que a

palavra assume em Taylor, em que os americanos se inspiraram, o mesmo sentido lato de sua concepção antropológica de cultura” (AZEVEDO, 1996, p.31).

Essa memória construída sobre Areia e os discursos que potencializam tais atributos adquiriram importância e legitimidade entre os círculos intelectuais areienses vindo a se difundir entre os habitantes locais, sejam permanentes ou transitórios, fazendo surgir elementos de identidade e o sentimento de pertencer à cidade, de não apenas ser, mas sentir-se areiense. Como adverte Flores (2007, p.84) “não existem seres humanos não-culturais, [...] os seres humanos são produtores de cultura. Identificar-se como um ser cultural é apenas admitir que a condição humana é sempre encarnada em alguma modalidade cultural específica.” Portanto, a cultura não é apenas produção de significados e sentidos, mas está conectada as relações sociais e aos arranjos de poder correlatos.

Sendo assim, a cidade de Areia através de seus cidadãos e órgãos competentes³, busca preservar elementos de sua cultura material, manifesta na arquitetura, nos museus, nas obras de arte, documentos, monumentos, entre outros, como também de sua cultura imaterial, com os grupos teatrais, danças, melodias, enfim, um rico acervo que possibilita aos cidadãos e visitantes reconhecerem a cidade como histórica e antiga. Como observa Pesavento (2007, p.16):

[...] É nessa medida que uma cidade inventa seu passado, construindo um mito das origens, recolhendo lendas, descobrindo seus pais ancestrais, elegendo seus heróis fundadores, identificando um patrimônio, catalogando monumentos, atribuindo significados aos lugares e aos personagens, definindo tradições, impondo ritos.

Nesse sentido, entre tantos escritores que construíram suas representações sobre a cidade de Areia, a obra *Brejo de Areia: memórias de um município* escrita por Horácio de Almeida e publicada no ano de 1958, despertou de modo peculiar nosso interesse, pelo fato de abordar a cidade como palco para difusão de um mito de origem que busca enaltecê-la e glorificá-la, estabelecendo como marco temporal o século XIX.

Como alerta Chartier (1999), a escrita pressupõe um público leitor, e é preciso estar atento as “leis do meio”, pois é em conformidade com a época e o lugar que os temas, fontes e obras se hierarquizam, promovendo apreciação ou desvalorização das obras. Por isso, embora produção solitária, a escrita encontra passantes no ato de sua produção e leitores-caminhantes quando a estrada já está traçada, recortando assim o espaço histórico habitado.

³ Associação dos amigos de Areia (AMAR), Ponto de Cultura Viva o Museu, sede do IPHAN.

Como esclarece o sociólogo Maurice Halbwachs (1990), o indivíduo pode participar dessas duas espécies de memória: uma individual e outra coletiva, as quais lhe levarão a assumir posturas diferenciadas. No quadro de sua vida pessoal ganham importância às lembranças que se distinguem das que lhe são comuns com os outros. Mas em alguns momentos o mesmo indivíduo pode evocar lembranças impessoais que interessam ao grupo, se comportando como um membro deste.

A memória coletiva por outro, envolve as memórias individuais, mas não se confunde com elas. Ela evolui segundo suas leis, e se algumas lembranças individuais penetram algumas vezes nela, mudam de figura assim que sejam recolocadas num conjunto que não é mais uma consciência pessoal (HALBWACHS, 1990, p.53-54).

Contudo, a memória individual não se confunde com a do outro, uma vez que está limitada no espaço e no tempo de vivência do indivíduo, pois nos lembramos do que vivemos, sentimos, pensamos num dado tempo. Mas cada um de nós carrega dentro de si uma bagagem de lembranças históricas que pode ser ampliada pela conversação e pela leitura de outras fontes. Sendo assim, a memória individual está ligada à memória interior e pessoal, enquanto a memória coletiva está apoiada na memória exterior e social. E, a primeira se apoia na segunda, já que toda história de nossa vida é uma experiência coletiva, o que assegura o fato de não existirem memórias individuais desconectadas das memórias coletivas porque somos seres de relações sociais.

Nesse sentido, é importante enfatizar que os grupos aos quais pertencemos e os lugares aos quais nos vinculamos têm neles uma memória inscrita, da qual participamos. Por isso, o ato de rememorar também é estimulado pelos lugares, aos quais atribuímos significados sociais. Portanto, as noções de tempo e espaço são fundamentais para a rememoração do passado, na medida em que a localização espacial e temporal das lembranças é a essência da memória.

Todavia, como adverte Halbwachs (1990, p.141-142):

não é o passado todo inteiro que exerce sobre nós uma pressão com vista a penetrar em nossa consciência. Não é mais a série cronológica dos estados passados que reproduziria exatamente os acontecimentos antigos, mas são aqueles únicos entre eles que correspondem a nossas preocupações atuais que podem reaparecer. A razão de sua reaparição não está neles mas na sua relação às ideias e percepções de hoje: não é pois deles que partimos mas dessas relações.

A partir dessas preocupações atuais e ao ler e nos apropriar da obra de Horácio de Almeida, promovemos interpretações que nos são próprias e lhe atribuímos sentidos e

significados que talvez escapem aos preteridos pelo autor. Lembrando-nos do que reitera Roger Chartier (1999, p.77) para quem:

A leitura é sempre apropriação, invenção, produção de significados. Segundo a bela imagem de Michel de Certeau, o leitor é um caçador que percorre terras alheias. Apreendido pela leitura, o texto não tem de modo algum – ou ao menos totalmente – o sentido que lhe atribui seu autor, seu editor ou seus comentadores.

Portanto, a leitura de *Brejo de Areia* nos possibilitou constatar que sobre o passado de Areia são efetuadas escolhas que tornam as lembranças e os esquecimentos propositais, já que toda memória é seletiva, e por ser seletiva, rememorar é também esquecer. Assim, fomos tomados por sensações de encanto e estranhamento, ao lidarmos com as brechas, lacunas e não-ditos que a escrita desse autor evidencia; além disto, Rezende (2008, p.47) nos adverte sobre o fato de que não existe a cidade, mas sim cidades e “o discurso que procura homogeneizar suas histórias termina por empobrecê-las”. É importante ainda ressaltar, que as cidades são formadas por camadas de experiências que constituem as memórias que se sobrepõem ao tempo; e não podemos esquecer os elos entre as gerações e seus significados correlatos.

Deste modo, sentimo-nos instigados a construir um novo discurso para a cidade, pautado em uma temporalidade diferenciada – o século XX – com a pretensão de registrar uma história que se encontrava em vias de esquecimento e cuja presença embora sentida não foi registrada por Horácio de Almeida e outros escritores areienses. Referimo-nos a uma Areia que durante certo tempo deixou de rememorar fatos passados e lamentar as desventuras sofridas ao adotar uma postura moderna e inovadora diante das crises, por apresentar condições favoráveis para o surgimento e desenvolvimento de um notável empreendimento industrial: a Fiação e Tecelagem Arenópolis. Essa fábrica quando inserida no contexto urbano, modificou não apenas a feição estética da cidade como mexeu com a sensibilidade de cidadãos cujos sentidos se voltaram para a percepção e apreciação de algo novo: a fábrica, seus sons e o transitar dos operários pelas ruas.

A partir da leitura efetuada sobre essa realidade concreta, levantamos os seguintes questionamentos sobre a cidade: A fábrica romperia com o mito de origem da Areia lendária e antiga, ao estabelecer ícones de modernidade e o surgimento de novos atores sociais? Por que Horácio de Almeida, embora produza sua obra no século XX, reporta-se apenas aos acontecimentos demarcados pelo século XIX? Por que a historiografia local não teve a

preocupação de registrar a história da fábrica disponibilizando seu conhecimento às gerações futuras?

Mediante essas questões, certificamo-nos que a execução deste novo projeto fabril imprimiu novos ares à urbe e transformou “a pequenina cidade de Areia” em uma Areia moderna e industrial para os padrões vigentes da época. Além disto, a fábrica trouxe consigo novas formas de sociabilidade que pressupuseram um novo cenário em que essa pudesse se expressar. Sendo assim, a ruptura com aquilo que estruturava e ordenava a antiga Areia deu margem ao surgimento da dualidade atrasado *versus* moderno.

Além disto, a fábrica modificou a fisionomia urbana, causou impactos materiais e sensíveis na cidade e em seus habitantes, impôs um novo ritmo aos cidadãos, mexeu com o imaginário e o cotidiano dos areienses. Os gestos sonoros, o ruído dos passos, das vozes, as chamadas e as ordens, o som das máquinas, o apito da sirene, ou seja, sons antes desconhecidos, passaram a compor paisagens sonoras cotidianas que informavam sobre as maneiras de viver e praticar aquele espaço. Como nos lembra Certeau (1994, p.202) “(...) o espaço é um lugar praticado”.

Podemos ainda afirmar, de acordo com Daniel Roche (1998, p.107) para quem “a riqueza da paisagem sonora resulta da escuta atenta, que visa à constante decifração dos gestos e das condutas sonoras do outro”, que as paisagens variam no tempo e espaço e também colocam em cena o confronto entre os sons modernos emergentes e os sons que predominavam antes.

Por conseguinte, a apreciação sensorial da fábrica e da própria cidade na qual estava inserida, ultrapassa em muito a simples materialidade. Os ruídos, os odores, os fluxos de sensações, os movimentos e os ritmos da espacialidade urbana criam-se na interação daqueles que a habitam, percorrem ou visitam, elaborando suas leituras e conferindo uma multiplicidade de sentidos para a urbe. Todavia, tal constatação impõe uma séria dificuldade ao se construir a história da cidade, embora não iniba o historiador mas o desafie na consecução de seu ofício. Isto ocorre porque

cada um dos que a vivem realiza com essa cena cotidiana uma montagem que lhe é própria, consoante os seus hábitos perceptivos, a sua cultura sensível, a gama das suas ansiedades e dos seus cuidados, a sua mais ou menos estreita submissão às nostalgias e à fascinação do imaginário (CORBIN, 1998, p.107).

Ao partirmos da compreensão de que a paisagem é indissociável das práticas que determinam sua apreensão, importa-nos considerar Areia como cenário privilegiado para a

construção da modernidade que se materializa nas invenções modernas que tomam conta do cotidiano, ao produzir novos hábitos e criar outros espaços de sociabilidade. E, “se o espaço de sociabilidade é “geográfico”, ele é também “afetivo”, demarcando vínculos de amizade e de hostilidade e, principalmente, criando uma certa sensibilidade e visão de mundo”. (GOMES, 1996, p.42)

Conforme Rezende (2008, p.55), a modernidade

se enraíza firmando concepções de mundo que não se isolam, mas se entrelaçam, surpreendendo, envolvendo a cultura numa complexidade cada vez maior. A modernização traz impactos na configuração urbana, nas sociabilidades, na valorização dos objetos como símbolos de status social; [...].

Nesse sentido, através da gama de estudos que versam sobre a modernidade, destacamos a temática do mundo do trabalho, reportando-nos especificadamente para a experiência fabril e suas ressonâncias no espaço urbano areiense, com o propósito de investigar o processo de industrialização e modernização que Areia viveu no século XX através da instalação e funcionamento de sua primeira e única fábrica têxtil, a *Fiação e Tecelagem Arenópolis* (1924-1981). Destacando, sobretudo, o período que corresponde às décadas de 1940, época em que a fábrica tornou-se sociedade anônima, a 1980, ocasião em que ocorreu o leilão da massa falida.

Com a finalidade de compreendermos a constituição de uma cultura operária areiense através dos relatos orais de memória de ex-operários que, através do ato de rememorar, nos convidam a caminhar por suas memórias, delineando o espaço fabril como resultado de suas práticas, permitindo-nos analisar a organização do trabalho e as relações estabelecidas pelo sujeito com seu grupo de trabalho e convivência.

De acordo com Prost (1998), toda cultura é cultura de um grupo, é ela que estabelece comunicação e comunidade entre o grupo social e está relacionada ao que diferencia um grupo dos demais. Para Prost (1998, p.135) “a cultura é também mediação entre o indivíduo e a sua experiência; é o que permite pensar a experiência, dizê-la a si mesmo dizendo-a aos outros”.

Por esta razão, a fábrica, para além do lugar do trabalho onde homens e mulheres exerceram determinadas funções, estava carregada de história, de memória, de experiências vividas e compartilhadas. E o próprio ato de narrar corresponde a um percurso que “dá a ver” espaços urbanos em movimento, cuja prática de seus usuários lhes imprime significados. Isto

porque “os espaços não são anteriores às práticas que os produzem; pelo contrário, são elas, as práticas, que lhes conferem significados” (GUIMARÃES, 2008, p.157-158).

Assim, retomamos nossa árdua e prazerosa empreitada em busca de uma Areia perdida no tempo, esquecida pela literatura, imersa em ruínas. De uma Areia moderna e industrial que teve sua feição modificada com o surgimento e desaparecimento das edificações fabris. Fazendo o percurso antes efetuado pelos ex-operários constatamos que o antigo lugar de memória emudeceu, pois o espaço antes ocupado pela Fiação e Tecelagem Arenópolis S/A foi totalmente destruído, restando apenas o terreno sobre o qual foram levantadas outras construções que não mais testemunham a existência de uma fábrica na cidade.

Contudo, nos propomos reconstituir o processo coletivo de identificação pela qual a classe operária areiense se definia e através do qual se diferenciava dos demais grupos sociais. Para tanto, centramos nossa atenção nas narrativas que os sujeitos dessa classe elaboram enquanto produções simbólicas e reiteramos a proposta foucaultiana pensada por Montenegro (2010, p.31) de “(...) rachar as palavras, rachar as coisas; desnaturalizá-las e ir em busca dos fios que a engendram, que as significam”; pois não é possível estabelecer definições acabadas como se as palavras pronunciadas na narrativa contivessem o próprio sentido e significado do mundo, uma vez que as palavras não operam de forma mágica, carregando consigo significados definitivos e absolutos, revelando um conhecimento claro e objetivo daquilo que se expõe.

Todavia, a experiência permite ao indivíduo formular a sua vivência, seu trabalho, seu cotidiano. E para o historiador decifrar essa cultura é necessário transitar da experiência vivida ao discurso que é produzido sobre a experiência, que constituem os espaços na memória como informa Guimarães (2008, p.158):

Isto é, o “tempo daquela época” aparece indicado por meio de palavras como “aqui”, “lá”, e “acolá”. São como peças retiradas da topografia da cidade, primeiramente numa representação mimética para, em seguida, dar lugar aos acontecimentos, envolvidos nas lembranças que conformam experiências passadas e refiguram efetivamente os espaços na memória.

Uma vez que inserindo suas vivências nas maneiras de interpretar os espaços praticados, os atores sociais apropriam-se do seu mundo conferindo-lhe significação e sensibilidade, oferecendo-lhe uma nova compreensão cultural.

Nessa perspectiva, com o objetivo de aprofundarmos as discussões teóricas e darmos embasamento científico a nossa pesquisa, recorreremos aos estudos desenvolvidos pela História

Social Inglesa⁴ que tem como ponto de enfoque os chamados silenciados na história e traz consigo uma série de inovações que, segundo Pesavento (2005, p.15) apontam para a “experiência de classe e não para a luta de classes, onde se procura resgatar as práticas cotidianas de existência”.

Assim, a História Social possibilitou aos historiadores “reconstituir o solo comum da experiência para diferentes grupos de pessoas, utilizando técnicas tomadas de empréstimo à demografia, à economia, à sociologia” (DARNTON, 1990, p.178), ao ampliar consideravelmente seus campos de investigação.

Tal vertente historiográfica tem o historiador Edward Palmer Thompson como um de seus principais representantes⁵, pois este sempre lutou por uma história que dedicasse atenção ao fazer-se dos sujeitos históricos em sua prática cotidiana, afirmando ser a experiência social a mais rica das possibilidades históricas. Ademais, sua influência é sentida em diferentes campos da História Social através de abordagens que abrangem estudos históricos sobre o mundo do trabalho, a história cultural dos trabalhadores, entre outros.

Devido a sua relação com o marxismo, sem desprezar a importância dos fatos materiais, Thompson busca examinar a forma como as experiências materiais são abordadas culturalmente, procurando em suas produções preencher os “silêncios” de Marx, ao se interessar por aquilo que chama de mediações culturais ou morais. De acordo com Aranha (2000, p.49):

toda abordagem de Thompson vai no sentido de entender a classe (no caso, a classe operária inglesa) a partir das relações e da luta efetiva, ou numa palavra, do agenciar humano, da experiência ausente em certos postulados formais-abstratos, ou, mais precisamente, da experiência operária enquanto prática histórica sobre a qual a ortodoxia marxista silencia, levando o autor a não poupar os silêncios do próprio Marx.

Assim Thompson caminha em direção a um método que enfatiza os elementos de natureza cultural sob os de ordem sócio-econômica, reagindo a uma abordagem estruturalista. E embora focalize o conflito de classes, dá ênfase ao papel da cultura como mediadora das relações e estruturas sociais. Demonstra preocupação com a História Social da Cultura, ao

⁴Sob inspiração teórica da chamada História Social, a historiografia nacional tem-se ampliado consideravelmente. Vejam-se por exemplo, os trabalhos de DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo – 1920-1934*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987; RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar – A utopia da cidade disciplinar (Brasil 1890-1930)* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991; DE DECCA, Edgar. *O nascimento das Fábricas*. São Paulo, Brasiliense, 1988; CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim – o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

⁵ Podemos ainda citar E. J. Hobsbawm e Christopher Hill, que ao lado de Thompson privilegiam o fazer dos indivíduos como agentes históricos conscientes de suas ações.

examinar o mundo da cultura como parte integrante do “modo de produção” e não como um mero reflexo da infra-estrutura econômica de uma dada sociedade.

Portanto, no presente estudo a classe é vista para além de seu componente econômico, como uma formação social e cultural, identificada por Thompson em *A Formação da Classe Operária Inglesa* como “relação” e “processo”, ou seja, como algo que ocorre efetivamente e cuja ocorrência pode ser analisada de forma empírica através de uma análise histórica abstraída da realidade humana. Deste modo, Thompson nos convida a observar os modos de vida e valores; enfim, as experiências construtoras da cultura operária em uma dada sociedade⁶.

No que diz respeito à investigação proposta pela História Social não há limitações quanto ao que pode ser utilizado como fonte, desde que a mesma coloque o historiador diretamente em contato com o problema a ser investigado. Pois a fonte histórica “é precisamente o material através do qual o historiador examina ou analisa uma sociedade humana no tempo” (BARROS, 2004, p.134).

Por sua vez, na vertente historiográfica da História Cultural o historiador também teve suas fontes ampliadas passando a acolher e dar visibilidade e legitimidade às várias narrativas, voltando-se para a memória coletiva dos grupos e para o uso de metodologias alternativas ao trabalho estrito com documento. Portanto, para esta corrente historiográfica, os relatos orais de memória também constituem o testemunho de uma época e devem ser analisados de forma crítica em seu respectivo contexto social de produção, pois emergem como fontes possíveis tanto para a História Social como para a História Cultural.

Ao considerarmos o papel ativo dos relatos orais na construção de uma memória sobre a fábrica e a cidade de Areia, atestamos nossa confiabilidade nas narrativas orais⁷, e destacamos sua primazia nesta pesquisa, avisados que tais relatos instituem recortes espaço-temporais que constroem representações do passado analisado. Isto porque “representar é, pois, fundamentalmente, estar no lugar de, é presentificação de um ausente; é um apresentar de novo, que dá a ver uma ausência. A ideia central é, pois, a da substituição, que recoloca uma ausência e torna sensível uma presença” como descreve e esclarece Pesavento (2005, p. 40). Nesse sentido, o objetivo central do conceito de representação é trazer para o presente o ausente vivido a fim de poder interpretá-lo. Visto que para o historiador cultural o passado só chega aos dias atuais por meio das representações, “a rigor, o historiador [da cultura] lida com uma temporalidade escoada, com o não-visto, o não-vivido, que só se torna possível acessar

⁶ No caso ora pesquisado da cultura operária areiense no século XX.

⁷ Conforme Sabina Loriga lendo Ricoeur in “*A tarefa do historiador*”.

através de registros e sinais do passado que chegam até ele” (Ibidem, p. 42). Logo, as representações substituem o mundo real e conforme a autora, mesmo sendo “construídas sobre o mundo não só se colocam no lugar deste mundo, como fazem com que os homens percebam a realidade e pautem a sua existência” (op cit, p.39).

No entanto, essa substituição do mundo por sua representação não significa que temos aí uma cópia fiel da realidade, “mas uma construção feita a partir dele”, porque a categoria das representações, de acordo com Pesavento é a da “verossimilhança e da credibilidade, e não de veracidade” (PESAVENTO, 2005, p.40,41).

Adentrando o campo da História Cultural deparamo-nos também com os estudos desenvolvidos por Michel de Certeau os quais foram acionados no desenrolar de nossa pesquisa com o objetivo de compreendermos como se organizava o cotidiano dos operários fabris e identificarmos suas “maneiras de fazer”. De acordo com Certeau (1994, p.41) é necessário enxergar as microdiferenças onde outros só enxergam obediência e uniformização, como adverte:

Se é verdade que por toda a parte se estende e se precisa a rede da “vigilância”, mais urgente ainda é descobrir como é que uma sociedade inteira não se reduz a ela: que procedimentos populares (também “minúsculos” e cotidianos) jogam com os mecanismos da disciplina e não se conformam com ela a não ser para alterá-los, enfim, que “maneiras de fazer” formam a contrapartida, do lado dos consumidores (ou “dominados”?), dos processos mudos que organizam a ordenação sócio-política.

Isto porque os dominados, no caso os operários, supostamente entregues à passividade e à disciplina, fabricaram a partir de suas determinações relacionais, modos de operação ou esquemas de ação que precisam ser retirados do esquecimento, já que os ditos “dominados” nem sempre são “passivos” e “dóceis”, mas exercem e burlam a ordem através das artes de fazer, isto é, ao utilizar suas micro resistências ante as instâncias irradiadoras de poder, entre elas o patronato fabril.

Essas “maneiras de fazer” constituem as práticas cotidianas destes homens ordinários, os quais se apropriam ou reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sócio-cultural determinadas pelos dominantes, alterando seu funcionamento a partir da “criatividade dispersa, tática e bricoladora dos indivíduos presos agora nas redes da “vigilância”” (CERTEAU, 1994, p.41). Para Certeau o próprio do homem ordinário é o fato de ele não ter um próprio que o determina. Enquanto os dominantes atuam no campo da estratégia, o homem ordinário atua no campo das táticas, conseguindo desviar e recriar o que lhe é

imposto, e inventando ou fabricando, assim, suas formas de resistência. Há, portanto, uma astúcia na vida ordinária que escapa ao domínio do cálculo, da previsibilidade, da estratégia.

No espaço fabril as astúcias emergem compondo uma antidisciplina, uma maneira de pensar investida numa ação calculada e praticada, considerando que no interior da fábrica e fora dela há uma proliferação de histórias e operações heterogêneas que constituem os *patchworks* do cotidiano. Michel de Certeau (1994) evidencia que a invenção do cotidiano ocorre durante um jogo de relações de força, de luta por espaço e poder, no qual se digladiam as estratégias disciplinadoras, impostas por aqueles que detêm o poder (os dominantes) e as táticas para sobrevivência e autodefesa dos dominados.

Certificamo-nos como historiadores, que o conhecimento histórico é resultado de práticas efetuadas pelo sujeito a partir de um determinado “lugar social”⁸, onde são elaboradas suas escolhas, posições, limitações, potencialidades e interesses. Além disso, a operação historiográfica pressupõe um diálogo contínuo entre teoria e evidências, impedindo que o conhecimento histórico se solidifique em conceitos e categorias fechadas.

Devido à temporalidade de nosso estudo que compreende as décadas de 40 a 80, pelo fato de não encontrarmos produções bibliográficas sobre a história do operariado fabril areiense e serem escassas as fontes documentais que falem sobre Arenópolis, a dimensão metodológica da História Oral melhor se adequou ao constante “fiar e tecer” entre referencial teórico e procedimentos empíricos presentes em nossa pesquisa.

A escolha pela História Oral não tem a pretensão de dar voz aos silenciados, mas direcionar a audição para vozes que antes não eram ouvidas e veem nela uma forma de se potencializar. Através dessa metodologia a história adquire outros significados e novas versões sobre acontecimentos e fatos anteriormente considerados sem relevância e magnitude. Conforme Paul Thompson (1992, p.22):

A História Oral pode certamente ser um meio de transformar tanto o conteúdo quanto a finalidade da história. Pode ser utilizada para alterar o enfoque da própria história e revelar novos campos de investigação... pode devolver às pessoas que fizeram e vivenciaram a história um lugar fundamental, mediante suas próprias palavras.

São muitas as pesquisas que têm abordado a História Oral sob perspectivas diferentes. Entretanto, no presente estudo, ela é identificada como uma metodologia de trabalho que se constitui enquanto fonte fecunda para o historiador pelo caráter subjetivo que possui, trazendo

⁸ Veja-se CERTEAU, Michel de. A operação histórica. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Orgs.). *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Edições Francisco Alves, 1995, p. 17-48.

consigo informações que outras fontes não lhe trariam com tanta precisão e consistência, porque parte das experiências vividas e é construtora da memória dos narradores, como apresenta Ferreira & Amado (1988) em consonância com outros autores. Assim, no caso estudado, a História Oral auxilia no desvendamento de aspectos que outros métodos de investigação não alcançariam, pois possibilita ao historiador aproximar-se da realidade das pessoas, que através da entrevista compartilham suas memórias, atribuindo nesse processo de rememoração, sentido e significado a acontecimentos remotos no tempo presente.

No entanto, ao elegermos a História Oral como método de abordagem para uma pesquisa que envolve história e memória deparamo-nos com um campo de disputas e diálogos, pois as subjetividades e as individualidades afloram uma vez que cada narrador, à sua maneira, com um jeito de narrar que lhe é próprio, procura reelaborar suas tramas individuais numa experiência que é compartilhada. Tal constatação nos conduziu a uma reflexão sobre os imbrincamentos entre história, memória e narrativa, considerando a perspectiva teórica de Maurice Halbwachs (1990), que trabalha conceitualmente a “memória coletiva”.

Durante nosso processo de pesquisa e escrita houve momentos em que fomos indagados quanto ao sentido e valor científico das conversas que empreendemos com os antigos operários da fábrica. Afinal, tratava-se de conhecer as realidades daquele grupo tantas vezes encobertas pelo sistema capitalista. Esforçamo-nos em tentar captar a visão de mundo dos nossos colaboradores, compreender o que lhes motivou a trabalhar desde cedo, significar as suas experiências cotidianas, identificar os laços de amizade e a convivência familiar que construíram. Como historiadores estávamos munidos de um embasamento teórico e um propósito com o qual vínhamos a campo, conversando com uma pessoa aqui outra ali, observando, decifrando códigos e gradativamente colhendo depoimentos. Como enfatiza Gilberto Velho “não há uma fórmula ou uma receita e sim tentativas de armar estratégias e planos de investigação que evitem esquematismos empobrecedores. Assim cada pesquisador deve buscar suas trilhas próprias a partir do repertório de mapas possíveis” (VELHO, 2003, p.18).

O percurso foi definido e percorrê-lo não foi tarefa fácil. Caminhamos pelas memórias, ancoramos nos portos da oralidade, viajamos através das narrativas até conhecermos Arenópolis e nos encantamos com uma história sobre Areia que foi tecida por pessoas simples cujo valor das narrativas é incalculável. Alguns partiram, outros perderam a

memória, poucos sobreviveram ao tempo para compartilhar suas experiências envoltas pela saudade e alegria, mescladas pela dor, tristeza e ressentimento.

É importante esclarecer, ainda, que embora as fontes orais sejam imprescindíveis e relevantes neste trabalho, não estão sendo descartados outros tipos de fontes. Pelo contrário, o estudo está pautado no cruzamento de fontes orais com outros documentos, pois de acordo com Kênia Rios (2000, p.20) “é fundamental pôr as fontes orais em diálogo com os documentos. O confronto com outras fontes contribui sobremaneira para interpretação do depoimento oral. Esse exercício aponta novos desdobramentos para narrativa”. Sendo assim, algumas matérias jornalísticas, o Processo de Falência da Fiação e Tecelagem Arenópolis, o Relatório de Tombamento da massa falida e outros documentos encontrados em cartório nos auxiliarão no desdobramento desta narrativa. Além da leitura de estudos que tratam sobre o mundo dos trabalhadores na Paraíba, nos demais Estados brasileiros e até em outros países, por esses contribuir para a elaboração de hipóteses interpretativas que nos auxiliam na compreensão da história e da memória dos trabalhadores têxteis de Areia. Como afirma Cláudio Batalha (2006, p. 96) “a comparação auxilia na elaboração das hipóteses explicativas e suscita questões que dificilmente surgiriam apenas com um estudo de caso. Somente a comparação permite distinguir os traços gerais dos específicos no estudo de um dado fenômeno”.

Portanto, com a abertura dessas e outras perspectivas teóricas e metodológicas ligadas ao campo da História Social e da Nova História Cultural, foram e estão sendo desenvolvidos inúmeros trabalhos que têm renovado a historiografia, através de novos temas e sujeitos históricos. Com destaque para as amplas abordagens sobre o cotidiano de vários grupos sociais pertencentes ao mundo do trabalho, com o esforço sempre urgente de compreensão da atuação e das demandas destes novos sujeitos históricos, antes excluídos da produção historiográfica.

Ao tomarmos por base as considerações e os argumentos expostos nessas linhas introdutórias, dividimos a presente dissertação em três capítulos. No primeiro capítulo *A construção discursiva de Areia como “Terra da Cultura” na obra de Horácio de Almeida*, levantamos uma discussão em torno da construção identitária de Areia como “Terra da Cultura”, através da investigação do processo de construção de uma memória sobre esta cidade pautada no discurso literário do século XX, que teve como principal representante o escritor Horácio de Almeida. Esse ilustre cidadão areiense, através de um discurso passado-tradição que envolve questões de memória, história e identidade, elaborou suas narrativas

imbricadas de lembranças e esquecimentos, lamentações e forte saudosismo de sua terra natal. Nesse sentido, procuramos identificar a finalidade desta narrativa em *Brejo de Areia: memórias de um município* e o contexto histórico que possibilitou sua emergência, na tentativa de compreender por que a fábrica, “lugar de memória”, foi silenciada em sua obra e legada ao esquecimento de muitos habitantes desta urbe que se recusam a pensar em uma Areia moderna e industrial, contentando-se com os feitos passados ao preservar a imagem de uma cidade antiga e tradicional.

No segundo capítulo *Operários que fiam lembranças e tecem memórias: uma leitura sócio-cultural da experiência fabril areiense* analisamos o processo de modernização que a cidade vivenciou com o nascimento dessa fábrica têxtil, reportando-nos ao contexto histórico referente à época de sua fundação (1924) e instalação (1925), buscando perceber o que motivou e possibilitou a sua existência, investigando as modificações (materialidade e sensibilidade) por ela efetuadas no cenário urbano. Acionamos ainda as narrativas elaboradas por mulheres que trabalharam na fábrica, as quais denominamos de “Marias”, explanando, através dos relatos orais de memória, como se constituía o cotidiano das operárias da Fiação e Tecelagem Arenópolis dentro e fora da fábrica, abordando seus espaços de lazer, as festividades, a moradia, as relações familiares e afetivas que experienciaram como mulheres, trabalhadoras e cidadãs areienses. Selecionamos nossas “Marias” e potencializamos suas vozes pelo fato das mulheres comporem cerca de 90% da força de trabalho na fábrica, possibilitando-nos conhecer o agenciar cotidiano dos operários pela cidade e obter uma visão mais ampla das experiências adquiridas no espaço fabril.

No terceiro capítulo *Areia no século XX: a emergência do conflito e o despertar de novas sensibilidades na paisagem urbana*, traremos à tona os conflitos internos e externos, as manifestações e os protestos que levados adiante pelos operários e operárias extrapolaram os muros de Arenópolis e envolveram a cidade e seus habitantes. Falaremos sobre a formação do sindicato, as divergências entre operariado e patrão, as formas de resistência, como também o fechamento da fábrica, sua falência e demolição.

Como foi apresentado, nosso interesse não se direciona apenas à discussão da experiência fabril areiense, fazendo-se necessário problematizar o agenciar dos/as operários/as cotidianamente dentro e fora da fábrica, além de identificar os impactos materiais e sensíveis provocados pela *Fiação e Tecelagem Arenópolis* no espaço urbano. Para, por fim, detectar os novos usos e apropriações que os areienses dela fizeram quando encontrava-se abandonada e em ruínas.

Na construção dessa narrativa histórica, pautada nas representações do passado, acionamos a vertente historiográfica da História Social em conexão com a História Cultural⁹, enveredando pelo caminho de referências dialogais e não de oposições conceituais, reconhecendo a importância do “outro” historiográfico e aceitando o desafio de lidar com essa pluralidade de possibilidades, teóricas e metodológicas, inerentes ao métier do historiador. Por compreender que o fazer história, assim como o rememorar, pressupõe escolhas e recortes que exprimem o olhar do pesquisador e do narrador. Um olhar que não se pretende ingênuo ou isento de intencionalidades, mas marcado pelas trajetórias e pelas experiências vividas e compartilhadas na cidade. E que um dia, quando este trabalho estiver concluído, possamos nos sentar de novo à mesa de João Cardoso e recordar a História de Arenópolis, a fábrica que hoje existe somente nos fios e tramas das memórias.

⁹ Entendemos assim como Prost que a história social é indissociavelmente cultural. Veja-se: PROST, Antoine. “História social e cultural indissociavelmente” (pp.123-137). In. RIOUX, Jean Pierre e Sirinelli, Jean-François (orgs). *Para uma história cultural*. Tradução de Ana Moura. Lisboa: Editorial Presença, 1998.

Capítulo I – A construção discursiva de Areia como “Terra da Cultura” na obra de Horácio de Almeida

*Minha cidade é pequenina,
Mora branca e risonha lá na serra.
E não cresceu. Teve essa sina,
Sempre e sempre a mesma terra.
Nunca mudou – cidadezinha do norte –
Com a sua figura doce e calma,
Nem mudará até a morte,
Para ter sempre a mesma alma.
Minha cidade serrana
É a mesma desde eu menino,
Mas sendo, como é, sensível e humana,
Está também cumprindo o seu destino.
Se não cresce, é pela idade,
Já sendo o que tem de ser.
Não cresceu na mocidade
E já passou a idade de crescer...*

(José Américo de Almeida, Quarto Minguante).

1.1 Por uma leitura cultural de *Brejo de Areia: memórias de um município*

Em *A História Cultural: Entre Práticas e Representações*, obra composta por oito ensaios publicados entre 1982 e 1986, Roger Chartier¹⁰ analisa a ou as maneiras como em dado momento os historiadores pensaram seu campo de produção. E põe em destaque a sua reflexão sobre a dita História Intelectual da primeira geração dos Annales e a História das Mentalidades dos anos 1960.

Conforme o autor apresenta, durante os anos de 1950 e 1960, os historiadores buscavam uma forma de saber controlado, através da utilização de técnicas de investigação, medidas estatísticas, conceitos teóricos, dentre outros. Por acreditar que o saber da história devia colocar-se sobre o mundo da narrativa que era facilmente associado à ficção, ao imaginário e à fábula. No entanto, a tendência preponderante da historiografia atual propõe uma forma nova de interrogar a realidade, ao tomar como base temas vinculados ao domínio da cultura, além de ressaltar o papel das representações.

Representações estas que podem ser pensadas, nos termos de Chartier (2002, p.17) como “[...] esquemas intelectuais, que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado”. Portanto, para este autor a História Cultural deve ser entendida como o estudo dos processos com os quais se constrói um sentido e cujos processos por ela estabelecidos também compreendem a relação que se estabelece entre a história dos textos, a história dos livros e a história da leitura, como apresenta de forma específica em *A aventura do livro: do leitor ao navegador; conversações com Jean Lebrun*. Na referida obra Chartier reflete sobre o vínculo existente entre autor, editor, materialização do texto e leitor; principalmente sobre o papel do leitor no momento em que este se apropria de um texto e lhe atribui significados particulares.

É corrente salientar ainda que a leitura para Chartier (1999, p. 77):

[...] é sempre apropriação, invenção, produção de significados. Segundo a bela imagem de Michel de Certeau, o leitor é um caçador que percorre terras alheias. Apreendido pela leitura, o texto não têm de modo algum – ou ao menos totalmente – o sentido que lhe atribui seu autor, seu editor ou seus comentadores.

¹⁰ Roger Chartier nasceu na cidade de Lyon, na França, no ano de 1945 e é um dos mais conhecidos historiadores da atualidade, com obras publicadas em vários países do mundo. Fazendo parte da terceira geração do grupo de pesquisadores conhecido como Escola dos Annales, sua reflexão teórica inovadora abriu novas possibilidades para os estudos em história cultural e estimula a permanente renovação nas maneiras de ler e fazer a história.

Por isso, entre o texto e o sujeito que lê, coloca-se uma teoria da leitura capaz de compreender a apropriação dos discursos, a maneira como estes afetam o leitor e o conduzem a uma nova forma de compreensão de si próprio e do mundo. Pois cada leitor faz de sua experiência algo particular à medida que a leitura é atravessada por circunstâncias e também sofre influência em relação ao suporte que a materializa.

Mediante essas considerações nos convém promover uma leitura cultural da obra *Brejo de Areia: memórias de um município* de autoria de Horácio de Almeida, com o propósito de analisá-la em seu contexto específico de produção, respeitando o movimento que vai do contexto à análise e da análise à obra. Por entender que a produção de significado se constrói na relação entre os leitores, os expectadores ou os ouvintes com os textos, dedicando atenção à sua materialidade, pois “(...) um texto sempre se dá a ler ou escutar em um de seus estados concretos” (CHARTIER, 2010, p.41), sendo esse estado associado à historicidade do leitor. Assim, a forma como as obras “(...) são lidas, ouvidas ou vistas também participam da construção de seu significado” (ibid, p.36), sem fugir ou distanciar-se efetivamente da intenção autorial. Portanto, não existe a sobreposição do autor em relação ao leitor, nem tampouco a sobreposição do autor em relação ao leitor. Mas ambos se complementam no ato de significação da leitura, pois o leitor não escapa do que foi dito e fixado pelo autor em sua obra.

Em *A história ou a Leitura do tempo* Roger Chartier levanta uma primeira questão que diz respeito às dimensões retórica e narrativa da história, trabalhadas por autores como Paul Veyne em *Como se escreve a história*, Hayden White em *Meta-história* e Michel de Certeau em *A escrita da história*.

De acordo com as leituras de Chartier (2010), Paul Veyne considera que a história é um relato que organiza uma trama compreensível através da narração. Já Hayden White aproxima a história das figuras retóricas e da poesia clássica e preza pela imaginação histórica na construção da narrativa. Enquanto Michel de Certeau afirma que a história é um discurso histórico cujo conteúdo é verdadeiro e se apresenta de forma narrativa. Tais posturas “obrigavam os historiadores a abandonar a certeza de uma coincidência total entre o passado tal como foi e a explicação histórica que o sustenta” (idem, p.11-12), e colocaram em cheque a cientificidade da história ao pensá-la como um relato e uma escritura, que através da narração se submetia às figuras da arte retórica, o que se constituía um obstáculo à pretensão do conhecimento verdadeiro, ao considerar que as construções narrativas se propõem ocupar o

lugar de um passado que foi e não é mais, e ainda apresentam brechas entre este passado e sua representação.

Diante deste cenário surgiu nos anos 1980 e 1990 uma “crise histórica” que questionou o regime específico de conhecimento da disciplina história e a “verdade” diferenciada entre esta e a produzida pela literatura. Enquanto White afirmava que o discurso histórico também é criador de ficção, aproximando-o dos discursos míticos e da ficção, Carlo Ginzburg lembrou que prova e retórica não são antinômicas, nem tampouco se excluem, pois a história soube elaborar técnicas que lhe permitiram separar o falso do verdadeiro, possibilitando a construção de um conhecimento verdadeiro a partir de provas e controles.

Essas distinções entre a cientificidade da história e as verdades da ficção suscitaram propostas e perspectivas diferenciadas que prezam pela intenção de verdade que é constitutiva do discurso histórico. Entre elas encontra-se o retorno a um paradigma que Ginzburg designou como “indiciário”, cujo conhecimento se baseia na colheita e na interpretação dos sinais. Michel de Certeau, por sua vez, afirma que o discurso histórico se estabelece como saber do outro, pois o mesmo se constrói a partir de citações, referências e notas, com a função de convocar o passado, trabalhar as fontes com competência e ainda convencer o leitor ao produzir um discurso de credibilidade firmado em enunciados “científicos”. Tanto em Ginzburg quanto em Certeau, conhecimento e relato, prova e retórica, saber crítico e narração, encontram-se associados.

A segunda questão levantada por Chartier que também interessa a nossa análise se refere ao lugar social onde o historiador exerce sua atividade historiográfica. Tendo em vista que, “cada um desses lugares impõe a história não apenas objetos próprios, mas também modalidades do trabalho intelectual, formas de escritura, técnicas de prova e de persuasão” (CHARTIER, 2010, p.17-18). Em cada época, a “instituição histórica” legitima ou exclui, segundo hierarquias e convenções que lhe são próprias, os objetos históricos, as fontes, os temas e as obras. E ao dialogar com o sociólogo Pierre Bourdieu, Chartier nos faz perceber como no campo de produção histórica estão em jogo relações de poder que autorizam e designam quem é historiador e a quem cabe dizê-lo.

Mas falar de história é falar também de memória e ao pensar a relação entre ambas Chartier traz à baila o historiador Paul Ricoeur pondo em evidência sua obra intitulada *A memória, a história e o esquecimento*, onde este afirma que a memória, seja ela coletiva ou individual, confere uma presença ao passado. Ademais, Ricoeur traça as diferenças entre a história e a memória, apontando como diferença primária a distinção entre o testemunho, cuja

credibilidade se baseia na confiança dada à testemunha e a natureza indiciária do documento; a segunda diferença por ele apresentada é a que opõe o imediatismo da reminiscência à construção da explanação histórica; e a terceira, a que opõe o reconhecimento do passado e a representação deste.

Portanto, a operação historiográfica para Ricoeur se estabelece através de três “fases”: “(...) o estabelecimento da prova documental, a construção da explicação e a colocação em forma literária” (CHARTIER, 2010, p.23). E o testemunho da memória possibilita a existência deste passado que foi e já não é. Por isso, a verdade que rege a operação historiográfica é governada, segundo Ricoeur, pela fidelidade da memória. Pois, enquanto a ficção apenas informa o real mas não o representa, num período em que o passado encontra-se ameaçado pela tentação de se criar histórias imaginadas ou imaginárias, a história procura oferecer uma representação adequada da realidade que a qualifique como conhecimento autêntico do que foi e não é mais.

Neste sentido, faz-se necessário questionar o lugar de primazia que o discurso saudosista de Horácio de Almeida ocupa em sua terra natal, de modo à invisibilizar e dificultar a difusão de discursos que não se insiram nos regimes de legitimação impostos por uma cidade tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) desde 2005 e que ainda hoje preserva e sedimenta uma dada memória sobre Areia, reatualizando em pleno século XXI o discurso de “Terra da cultura”.

Munidos com as explicações e conceitos trabalhados por Chartier, buscamos neste capítulo introdutório promover uma leitura cultural de *Brejo de Areia*, justificando nossa escolha pelo fato desta obra (re)produzir o discurso de “Terra da Cultura” e por estabelecer o século XIX como marco temporal ao constatar as glórias do tempo de outrora. Além disto, tal discurso adquiriu autoridade e legitimidade na historiografia local e nos círculos intelectuais areienses, sendo a leitura de *Brejo de Areia* ‘obrigatória’ para aqueles que desejam conhecer esta cidade.

No entanto, apesar de reconhecermos a importância desta obra, nos interessa interrogá-la como fonte procurando respostas para as seguintes e inquietantes questões referentes à história da cidade: Qual a memória que Horácio de Almeida constrói para a cidade de Areia através de suas narrativas? Qual o contexto histórico que possibilitou a emergência de seu discurso representativo? Que interesse tinha Horácio de Almeida ao registrar o passado glorioso de Areia, marcado pela efervescência cultural do século XIX? Por que razão Horácio de Almeida refere-se apenas a esse passado glorioso sem ter o cuidado de

registrar as inovações ocorridas na cidade no século XX, entre elas o surgimento da fábrica têxtil Arenópolis, ao ponto de considerar Areia na entrada desse século como uma cidade morta? Tais questionamentos apontam para as lacunas deixadas pela historiografia local que oculta fatos importantes a serem analisados e interpretados, na busca por compreender Areia sob uma ótica diferenciada. E deste modo, produzir um novo discurso sobre a cidade, que faça reviver uma memória outra, que não se sobressaia nem tão pouco deslegitime as demais, mas que sendo diferente e singular possa contribuir efetivamente para o enriquecimento e aprofundamento da historiografia local.

Portanto, considerando todas estas questões e tomando como objeto de estudo a primeira e única fábrica de fios que existiu na cidade, a Fiação e Tecelagem Arenópolis, surgiu nosso interesse de contar outra história sobre Areia, a partir dos relatos orais de memória de antigos operários e operárias, que como novos atores sociais passaram a circular na cidade e modificar sua dinâmica.

Além de um espaço físico materializado, Areia também comporta uma cidade simbólica, uma cidade sensível, que corresponde a um lugar produzido pelo discurso, capaz de se apresentar mais real à percepção de seus habitantes do que o próprio referente urbano. É por esse processo que o espaço se transforma em lugar portador de um significado e de uma memória, haja vista que a própria urbe está integrada ao princípio de atribuição de significados ao mundo e é objeto de produção de imagens e discursos que se colocam no lugar da materialidade e da sociabilidade, constituindo um fenômeno que nos é revelado pela percepção das sensibilidades tanto individuais como coletivas, produzidas pela própria experiência urbana.

Resta-nos, portanto, penetrar na alma desta cidade percorrendo-a em seu simbolismo e concretude. Ressaltando, como esclarece Chartier, que toda prática se situa na ordem do discurso, pois a realidade é construída na e pela linguagem e cabe à história reconhecer a maneira como os atores sociais significam suas práticas e seus enunciados, vinculando as posições e relações sociais às representações coletivas, que consistem na forma como os indivíduos e os grupos sociais se percebem e percebem os demais.

1.2 A história de Areia contada por Horácio de Almeida: uma exaltação a sua terra natal

Ao refletir sobre o século XIX, Bresciani (2008)¹¹ identifica a cidade como sendo o “lócus” privilegiado do surgimento de uma nova sensibilidade que a transforma em objeto de desejo. Fazendo com que a mesma seja representada através da literatura, das melodias, canções, imagens, pinturas, dos desenhos e peças, entre outras manifestações artístico-culturais que imbuídas de práticas cotidianas, exprimem rituais, tradições e códigos de civilidade dispersos entre os que habitam, percorrem e visitam a cidade.

É nesse contexto que Horácio de Almeida¹², ao escrever *Brejo de Areia* (1958), faz reviver fatos importantes e emblemáticos para a sociedade areense até fins do século XIX, não fazendo segredo de que o marco temporal escolhido por ele se justificava pelo marasmo e inércia que, ao envolver a cidade no começo do século XX, mergulharam-na na estagnação.

Nesse sentido ele afirma:

Há cidades que não tem história, cidades humildes, onde nada acontece digno de menção. Nascem e vivem como indivíduos que apenas aspiram um lugar ao sol. Outras há que tiveram fastígio e depois agonizam. A este grupo pertence Areia, ao grupo das cidades que se exauriram num passado de lutas e glórias, sem mais força no presente para deixar tradição ao futuro (ALMEIDA, 1958, p.05).

Em que pese o valor atribuído a este escritor areense e o respeito que a ele nutrimos pela importante contribuição dada a historiografia local, há que se ressaltar a inexistência de cidades não-históricas e afirmar que foram feitas certas injustiças com as gerações atuais, pois, muito do que existiu em Areia, aos que outrora viveram lhes foi negado conhecer.

Em *Brejo de Areia: memórias de um município*, Horácio de Almeida se apoia numa dimensão do tempo linear e escreve a história de Areia através de uma perspectiva quantitativa e evolutiva, contando-nos a origem e fundação da cidade, descrevendo seu desenvolvimento político, econômico e artístico como fatores preponderantes para o

¹¹ Veja-se: BRESCIANI, Maria Stella. Cidade, cidadania e imaginário. In: SOUZA, Célia Ferraz de; PESAVENTO, Sandra Jatahy. (orgs.) *Imagens urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano*. 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

¹² Horácio de Almeida foi um dos intelectuais mais profícuos da Paraíba. Ele nasceu na cidade de Areia, no brejo paraibano, em 21 de outubro de 1896. Saiu de sua terra natal para morar na cidade de Parayba e estudar no Liceu Paraibano, de lá saindo para cursar Direito em Recife. Em 1930, com 34 anos, casado e com filhos, bacharelou-se em direito e se tornou advogado da prefeitura de Areia. Em 1936 ingressou no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP), e juntamente com outros nove intelectuais fundou a Academia Paraibana de Letras no ano de 1941. Ainda ocupou o cargo de secretário do interior, Justiça e segurança da Paraíba, no ano de 1946, nessa época também foi proprietário do Jornal Estado da Paraíba. Após esse período, decepcionado com a política desenvolvida no Estado, vai morar no Rio de Janeiro onde estabeleceu um escritório de advocacia. Foi no Rio de Janeiro que ele escreveu *Brejo de Areia* (1958), obra voltada à construção da história e da identidade do seu lugar de origem, a cidade de Areia. Almeida morreu aos 86 anos na cidade do Rio de Janeiro em 05 de junho de 1983. Sobre a pátrio-biografia de Almeida veja-se: NASCIMENTO. George da Silva do. *Pátrio-biografia: Horácio de Almeida e sua história da Paraíba*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

progresso que Areia alcançou e o destaque que adquiriu no cenário paraibano durante o século XIX. Relata e lamenta, ainda, o período de crise econômica e decadência evidenciada no início do século XX.

Nesta obra não há qualquer compromisso teórico por parte do autor empenhado em descrever a evolução de Areia e os feitos heróicos de seus habitantes, resultando daí uma história que dá a ver um mito de origem, onde a antiga árvore gameleira torna-se lenda e aparece como testemunha do nascimento e das glórias da cidade. Ademais, ao assumir uma narrativa de cunho informativo, Horácio acaba não promovendo reflexões mais aprofundadas sobre o processo de urbanização em si e as mudanças efetuadas no espaço, contentando-se em tornar a cidade o lugar onde as coisas aconteciam.

Isto acontece porque:

[...] essa cidade do passado é sempre pensada através do presente, que se renova continuamente no *tempo do agora*, seja através da memória/evocação, individual ou coletiva, seja através da narrativa histórica pela qual cada geração reconstrói aquele passado. É ainda nessa medida que uma cidade inventa o seu passado, construindo um mito das origens [...] identificando um patrimônio, catalogando monumentos, atribuindo significados aos lugares e os personagens, definindo tradições, impondo ritos. Mais do que isso, tal processo imaginário de invenção da cidade e de escrita de sua história é capaz de construir utopias, regressivas ou progressivas, através das quais a urbe sonha a si mesma (PESAVENTO, 2007, p.16).

Assim nasceu o sonho de uma “Terra da cultura”, a reconstrução de um passado glorioso mediante uma narrativa histórica, a possibilidade de enxergar Areia pela materialidade visível de sua arquitetura, de contemplar nomes e datas capazes de inscrever uma memória na cidade e para a cidade, através do registro das experiências humanas no tempo. Conforme Nascimento (2010, p.55) apresenta em texto dissertativo:

Almeida não faz crítica às fontes, o que ele sabe muito bem é concatenar os dados numa narrativa contínua do passado ao presente. Este é o efetivo encontro dos tempos no seu relato. Nada que possa remeter a um presente que se questiona, mas ao passado que se quer nesse presente. Não é uma busca de respostas, mas a construção de um passado interessado que justifique o presente e projete um futuro.

Contudo, com a emergência da História Cultural ao longo da década de 1990, surgiram novas abordagens para o fenômeno urbano e a cidade passou a ser considerada, sobretudo, “como um problema e um objeto de reflexão, a partir das representações sociais que produz e que se objetivam em práticas sociais” (PESAVENTO, 2007, p.13). Sendo assim, a cidade tornou-se sensibilidade, pois como fenômeno cultural foi integrada ao princípio de atribuição de significados ao mundo. Dotada da capacidade de se revelar pela percepção das

emoções e sentimentos que provoca, ela tornou-se objeto da produção de imagens e discursos que não apenas se colocam no lugar da materialidade e do social como os representam.

A partir dessas análises difundidas por Pesavento (ibid, p.14), percebemos que essa dimensão da sensibilidade que “constrói urbes que são capazes de se apresentarem mais ‘reais’ à percepção de seus habitantes e passantes do que o tal referente urbano na sua materialidade e em seu tecido social concreto” encontra-se presente na escrita de Horácio de Almeida que tornou a cidade portadora de um significado e de uma memória; que permitiu aos habitantes locais enxergarem, viverem e apreciarem esse espaço urbano vivido e visível como “Terra da cultura”, definindo uma identidade e um modo de ser que “possibilitam o reconhecimento e fornecem aos homens uma sensação de pertencimento e de identificação com a sua cidade” (idem, p.17).

Assim, em meados do século XX, Horácio de Almeida constrói a Areia da efervescência cultural evidenciada no século XIX. Apresenta-nos os ilustres filhos areienses que brilharam nas artes, nas letras e na política; conta-nos sobre os belos sobrados de azulejos, as ruas calçadas e iluminadas, expõe o teatro como símbolo da civilização e do progresso da cidade; informa-nos sobre os diversos colégios que Areia possuiu, todos empenhados em instruir e educar pessoas, destaca a criação e funcionamento do gabinete de leitura, da biblioteca, os inúmeros jornais sempre comprometidos em enaltecer a cidade e conservar a tradição, a banda de música, a Sociedade Dramática composta pela elite local, o clube de dança e um comércio bastante dinâmico e produtivo. Destaca ainda importantes acontecimentos políticos que se passaram em sua terra natal, como a revolução de 1817, a Confederação do Equador em 1824, a Rebelião Praieira e o Quebra quilos. Tal exposição da cidade em sua obra reflete o desejo que o mesmo mantinha de justificar e reforçar o discurso de “Terra da cultura”, construído como resposta às questões que estavam sendo colocadas pelo presente século XX. Assim, Horácio de Almeida faz de sua produção historiográfica algo temporal, determinada por um tempo e um espaço histórico bem definidos. Entretanto, afóra essa pretensão monumentalista traçada por Horácio de Almeida, Areia foi um pouco tudo isto, que ele retrata em sua obra como um passado de glórias em contraposição a uma estagnação presente.

Deste modo, Areia¹³ tipificou no século XIX a lenta transição de um mundo rural para um mundo marcado pelo modo e necessidades da vida urbana: possuía armazéns de tecidos e

¹³ Não se sabe ao certo a data de fundação de Areia; sabe-se apenas que teve sua origem em fins do século XVI e princípios do século XVII, sendo essas terras brejeiras encontradas por alguns moradores da Vila Real do Monte Mor da Preguiça, atual cidade de Mamanguape, como informa Horácio de Almeida (1958). Conhecido como o

casas de ferragens que importavam diretamente da Europa, atendendo a toda a zona do Brejo. Era a cidade dos sobrados conjugados, que muitas vezes mesclavam em sua estrutura casa de morada e de negócios ou escritório, tudo devido ao forte movimento comercial.

Ademais, Areia foi por muito tempo o maior centro comercial do interior, tanto pela fertilidade de suas terras que favoreciam o cultivo de diversas culturas agrícolas (algodão, rapadura, aguardente, açúcar, farinha de mandioca, fumo, cereais, café), como também, pela sua posição de ligação entre o Sertão e o Litoral, chegando a possuir a maior e mais importante feira dentre as existentes no interior da Paraíba.

Isto porque as feiras locais em Areia movimentavam e abasteciam o mercado regional, atraindo pessoas advindas das várias regiões da Província da Parahyba e das Províncias vizinhas. Através do desenvolvimento de sua função comercial, na segunda metade do século XIX, além das importantes feiras livres, o comércio de artigos de consumo diversos também obteve destaque em toda a Paraíba através da venda de roupas, calçados, móveis, ourivesaria, relojoaria, entre outros produtos que também se constituíram como significativas fontes de renda local.

Assim, Horácio de Almeida sintetiza em *Brejo de Areia* que essas transformações na economia dos habitantes da cidade trouxeram reflexos diretos no espaço urbano, entre eles o teatro de Areia. Esse teatro, o mais antigo da Paraíba, foi construído por iniciativa de particulares, portanto sem ajuda do governo, tendo sido inaugurado no ano de 1859. Tal empreendimento concedeu nova graça à cidade no tocante às manifestações artísticas, emoldurando assim seu aspecto cultural. Sua criação foi idealizada por Joaquim da Silva e José Evaristo, que para realizarem tal intento organizaram a Sociedade Recreio Dramático no ano de 1857, com o objetivo de não apenas construir, mas administrar o teatro que acabou recebendo o nome de Teatro Recreio. Tendo sido construído com os recursos encaminhados

Sertão dos Bruxaxás¹³, esse território ficou conhecido por este nome devido à presença dos índios bruxaxás que ocuparam primitivamente a região. Em 1625 já se tem notícia de sua exploração, tendo sido construído um albergue à margem do cruzamento de estradas, por um desbravador português que pela amizade adquirida dos índios ficou conhecido como Pedro Bruxaxá. Tal localização tornou-se rapidamente um importante entreposto comercial, por constituir passagem obrigatória e ponto de encontro para boiadeiros, tropeiros e simples passantes, vindo em pouco tempo a transformar-se em uma próspera povoação chamada Brejo de Areia, devido a um riacho que corria em suas imediações que possuía bancos de areia cristalina. O Brejo de Areia estava integrado como freguesia ao território da vila de Mamanguape, estando sob sua jurisdição administrativa e eclesiástica desde 1813. No entanto, criada pelo Alvará Régio de 18 de maio de 1815, só foi instalada solenemente como Vila Real do Brejo de Areia em 30 de agosto de 1818, através de uma cerimônia pública, sendo a oitava Vila da Parahyba do Norte, denominação que na época se dava ao atual estado da Paraíba. Ao ganhar autonomia municipal passaram a fazer parte do seu território as povoações das atuais Alagoa Grande, Bananeiras, Guarabira, Pilões, Cuité e Pedra Lavrada. No ano de 1833, Areia foi elevada ao posto de Comarca e comandava Campina Grande, São João do Cariri, Bananeiras, Cabaceiras e Independência, hoje Guarabira. Posteriormente, em 1846, pela Lei Provincial nº2, de 18 de maio, a sede municipal recebeu foros de cidade sob o topônimo de Areia, que passou a designar também o município. (ALMEIDA, 1958)

pelos membros desta ilustre sociedade, composta por 60 homens¹⁴ cuja contribuição mensal consistia em 50 mil réis cada um, isto é, uma pequena fortuna em um único mês.

Além da construção do teatro, à altura da sensibilidade elitista dita civilizada, a Sociedade Recreio Dramático tinha como responsabilidade nuclear artistas amadores para as representações locais. Por isso, “do Recife chegavam a Areia conjuntos teatrais, que deixavam de exhibir-se na capital da província pelo desestímulo do meio” (ALMEIDA, 1958, p.188).

Isto porque, de acordo com Aranha (2008, p.107)

[...] só é possível falar em vida pública noturna – pelo menos em se tratando de hábitos de lazer considerados elegantes, de bom tom no tocante a certas pretensões civilizadoras –, naquele Recife das últimas décadas do século XIX, por ocasião das temporadas de teatro.

Até mesmo o Teatro Santa Rosa situado na capital paraibana só foi inaugurado com o ‘apagar das luzes do Império’, quando o teatro de Areia já possuía 30 anos de existência, demonstrando assim o marasmo e a monotonia que se encontrava aquele lugar. Uma vez que na Parahyba do Norte e em Maceió, predominava a visão de que “cidades que não contassem com certas formas de entretenimento, a exemplo de teatro e/ou cinema, eram cidades tristes, monótonas, distantes da vida civilizada;” (ibid, p.105).

Enquanto isso, no teatro de Areia, já havia grupos locais que faziam as delícias do povo, arrancando soluços e aplausos da plateia, através da representação de dramalhões célebres no repertório da época, entre eles “Inês de Castro, Milagres de Santo Antônio, Pedro Cem, Anjo da Meia-Noite, a Morgadinha”, entretendo além da sociedade Recreio Dramático a garbosa elite areense. Pois as pessoas comuns não possuíam recursos financeiros suficientes para desfrutar destes belos espetáculos, contentando-se em ouvir os comentários no dia seguinte ou até mesmo em divertir-se com outras práticas que lhe eram comuns. Contudo, até companhias de opereta, a exemplo da de Helena Balsemão, vinham a Areia se apresentar. Sendo inúmeras as peças e os artistas amadores que deram vida e esplendor ao Teatro Recreio¹⁵.

¹⁴ Faziam parte dos 60 os seguintes sócios: Joaquim da Silva, José Evaristo, Nuno Guedes de Miranda Henriques, Daniel Eduardo de Figueiredo, Tristão Granjeiro de Almeida e Melo, Teotônio Guedes de Moura, Manuel Gonçalves Lisboa, João dos Santos, José Fonseca Milanez, Cândido Fabrício do Espírito Santo, Manoel Francisco Alves Gama, João Pedro da Silva Casumba, Simão Patrício da Costa, Luís Vicente Borges, Augusto Clementino de Almeida e Albuquerque, Virgínio Virgulino Cavalcante de Albuquerque, Santos da Costa Gondim e outros mais” (ALMEIDA, 1958, p.187-188).

¹⁵ Esse teatro passou a ser conhecido no século XX pelo nome de Teatro Minerva, devido a uma estatueta da deusa romana que Horácio Silva colocou em seu frontistípio, e conserva até hoje em sua fachada o nome de Theatro Particular, como informe de que não era um bem próprio do Estado e demonstração do quanto pode a iniciativa privada.

De acordo com Horácio de Almeida Areia foi berço de homens e mulheres que fizeram da vocação literária um fato comprovado, a contar pelos inúmeros jornais que possuiu. O primeiro jornal fundado em 15 de agosto de 1877 por Júlio Silva recebeu o nome Areiense (1877), vindo após este os jornais: O Século (1883); A Educação (1886); O Areiense (1887); Verdade (1888); A Escola (1890); Democrata (1892); O Mosquito (1894); Libertador (1895); Cidade de Areia (1899); A Evolução (1900); Correio da Serra (1907); O Centro (1909); A Ronda (1917); O Luzeiro (1927); O Século (1946). Além dos inúmeros pasquins, jornais de natureza social-humorística, como o Smart, O Vigilante, O Tirinete, A Língua, etc., que por vezes tiravam o sono da elite da cidade. Como destaca este autor, “cidade intelectual, não podia deixar de ter os seus jornais” (ALMEIDA, 1958, p.197).

Assim, a Areia do século XIX, descrita por Horácio de Almeida, tornou-se famosa pela efervescência cultural de sua elite, pelo amor dedicado às letras, pelo valor dado a educação. Devido à “mentalidade esclarecida dos homens de posse da cidade, foram muitos os filhos da terra que chegaram ao ensino superior, em alguma grande universidade da Europa, ou nas faculdades brasileiras, especialmente as de Direito do Recife e São Paulo” (ibid, p.191).

Por apresentar certos ares modernos, avisados que a cidade é um corpo falante, pois “o próprio espaço urbano se encarrega de contar a sua própria história” (ROLNIK, 2004, p.9), a Areia descrita por Horácio de Almeida, já ostentava com apenas algumas dezenas de anos “a fisionomia de uma minúscula capital”, o que possibilitou a criação de um mito de origem que a legitima como “Berço da cultura paraibana” e atualmente, de forma mais enfática, como “Terra da Cultura”. Demonstrando assim, a relevância desta urbe no cenário paraibano do século XIX, justificada e elaborada discursivamente por Horácio de Almeida.

1.3 Da crise econômica areiense à sedução do trem provocada pelas estradas de ferro. É anunciada a morte de Areia?

Para compreendermos este processo de transição que Areia evidencia na passagem do século XIX para início do século XX, a fim de descortinar o contexto histórico que possibilitou a construção discursiva de Horácio de Almeida, faz-se necessário trazermos à

baila os chamados “ciclos econômicos areienses” que contribuíram para os altos e baixos que a economia da cidade enfrentou até a dita decadência.

Desde sua colonização, o território de Areia sempre se apresentou favorável para o plantio de várias culturas agrícolas, que contribuíram significativamente para o seu desenvolvimento econômico e social. No entanto,

Os terrenos amplamente acidentados, nunca permitiram no Brejo uma mecanização da lavoura, além disso, havia os problemas de mão-de-obra, de capital, de transporte, de créditos, e ainda mais as desgraças das pragas. Os agricultores, muito castigados por tantos problemas, desistiam de uma cultura para outra, ora em virtude do aparecimento de problemas de natureza fitossanitária, ora em consequência de inúmeros outros fatores (LIMA, 1972, p.11-12).

Devido a constante substituição de uma cultura por outra, a economia areense sempre se mostrou instável. A primeira cultura a ser cultivada nessas terras brejeiras foi “a do algodão, do início do século XIX até os meados do mesmo século, sucedendo-lhe a da cana-de-açúcar até os primórdios do século XX; a do café que chega até 1922 e a do agave que vai de 1940 a 1960, aproximadamente...” (SÁ, 1980, p.69).

Por ser uma cultura tradicional do brejo, a cana-de-açúcar foi a única a manter-se erguida após cada crise, não desaparecendo por completo. Culturas de subsistência como o milho, o feijão, e a mandioca também foram cultivadas na região, embora com uma proporção bem menor. Isto devido às condições naturais da cidade, que apresentava chuvas copiosas e excessivas, clima frio, terras dengosas de barro e massapé, portanto favoráveis ao plantio da cana-de-açúcar que rapidamente espalhou-se pelo brejo. Por propiciar um excelente rendimento agrícola esta cultura impôs-se as demais ao alcançar lugar de destaque na produção ao ponto de constituir-se a principal fonte de riqueza entre os areenses.

Tal situação possibilitou o surgimento dos primeiros engenhos chamados “banguês”, que movidos à força animal deram início à história da agroindústria areense. Mas logo teve início a modernização dos engenhos no século XIX, com a introdução de máquinas a vapor, a utilização de técnicas de produção modernas, considerável melhoria do transporte e melhor aproveitamento da matéria-prima.

Sobre as condições da zona brejeira Irineu Joffily (1977) traz importantes contribuições em *Notas sobre a Paraíba*:

Os sítios do Brejo, foram adquirindo importância, principalmente depois da grande seca (...) iniciou-se o cultivo da cana, que dava tão bem nesses elevados morros de terra vermelha e roxa como nas várzeas da Paraíba; foram construídas toscas

máquinas de madeira para extrair-lhe o suco, “torcedor”, na linguagem popular; e a rapadura, esse doce tão apreciado pelos sertanejos do Norte, tornou-se em pouco tempo um dos principais produtos do Brejo. Como resultado do progresso desta zona, a propriedade territorial foi totalmente subdividida; de sorte que ela constituiu o maior centro da agricultura do Estado, assim como de população; tal é aí sua densidade. Só a comarca de Areia, o centro agrícola da cana, tem mais de cem engenhos e muitos deles iguais aos melhores do Estado.

Contudo, os donos de terras onde se cultivava a cana-de-açúcar eram gananciosos por campos onde esta cultura pudesse espalhar-se o que provocou tanto a derrubada de matas como as queimadas destruidoras, que ocasionaram a erosão e o esgotamento do solo e dos mananciais, dando origem às secas que também assolaram o brejo areiense.

Todavia, com o declínio da cana-de-açúcar, desejosos de salvarem suas terras e recuperarem suas economias, os fazendeiros apostaram na cultura do café, cujo “plantio era feito somente pelos proprietários, aproveitando a mão de obra barata – época em que a escravidão estava prestes a terminar” (SÁ, 1980, p.23). Assim, o café foi se expandindo e tornou-se uma cultura importante para a região, porém a praga *Cerococus Parahybensis*, assim denominada pelos entomologistas do Ministério da Agricultura, comprometeu a produção cafeeira provocando a sua queda.

Com a queda do café, a cultura do fumo de estufa foi experimentada pelos agricultores, mas não obteve resultados positivos. Em meio a essa situação desoladora, surgiu o agave que reavivou o ânimo dos proprietários. “O pioneiro dessa cultura no município foi Germano de Freitas, na mesma propriedade Bujari, que seu pai, o velho Torquato de Freitas, cobrira de café” (ALMEIDA, 1958, p.161). Ademais, foi este produtor que abriu o mercado do agave na Paraíba, chegando a exportar pela primeira vez a fibra para o exterior¹⁶.

Com o declínio do agave a cana-de-açúcar voltou a predominar numa paisagem verde e fértil, que antes vinha sofrendo desolação em virtude dos vários desequilíbrios econômicos. Por isso, apesar das adversidades, os engenhos voltaram a fumegar. A princípio eles fabricavam somente açúcar, vindo posteriormente a produzir rapadura por esta ser mais vendável e menos demorada de fazer. Contudo, com o aumento elevado dos impostos e a falta de braços para a lavoura, a rapadura foi perdendo cotação no mercado no final do século XIX. (SÁ, 1980). De tal forma que a cana-de-açúcar foi se desmoralizando de ano para ano.

¹⁶ Isto porque o agave, pela sua aplicação resistente em ingredientes explosivos de material bélico, se tornou um importante incremento na Segunda Guerra Mundial. Sua exportação para os Estados Unidos da América foi significativa até 1952 aproximadamente, pois logo veio à concorrência da África Oriental, México e Moçambique, que repercutiu em sua produção e logo veio o seu declínio.

Em 1894 era grave a situação do município, tanto pela falta de braços para a lavoura, já que os trabalhadores migravam para outras regiões do país em busca de melhores salários e condições de vida, como pela estagnação dos produtos no mercado. Além disto, o desenvolvimento comercial e social da cidade estava de certa forma atrelado aos fenômenos reversíveis da economia areiense cuja base se fundamentava na agricultura.

No entanto, em decorrência desses incontáveis “ciclos econômicos”, a cidade começou a apresentar crescentes sintomas de decadência econômica que vieram acompanhados com a República, em 1889. Tamanha crise acentuou-se consideravelmente com o avanço da Estrada de Ferro Conde D’Eu, depois Great Western of Brazil, pelo território paraibano, que fechou o cerco em torno de Areia a partir de 1900, provocando o isolamento da cidade. Conforme Almeida (1958, p.176):

Areia começou a cair com a República, não por causa da mudança do regime, mas pelo cerco das estradas de ferro, que a deixaram isolada, e pelo fermento da política interna, que degenerou em desordem. (...) é sabido que onde os transportes se tornam difíceis a decadência toma conta do lugar. O tempo pára, o progresso emigra, o homem fracassa em suas tentativas. **Foi o que se deu em Areia, a garbosa e destronada princesa da Borborema. Estrangulada, submergiu no lugar comum das cidades mortas, deixando aos pósteros o consolo lírico de rememorar as tradições do passado.** (Grifos nossos).

Deste modo, muitos senhores de engenho tiveram suas propriedades hipotecadas, mas não perderam o sacrificado patrimônio, pois “no foro de Areia nenhuma execução por dívida se registrou contra o senhor de engenho naquela época de triste decadência da classe” (ALMEIDA, 1958, p.157). E como não havia Bancos para financiamento da lavoura, eram os capitalistas que realizavam as operações de empréstimo conforme o valor da dívida. Neste esquema destacou-se o senhor Torquato de Freitas como o maior de todos os banqueiros deste período, pois o mesmo possuía uma fortuna em dinheiro equivalente a 800 contos de réis e é descrito por Horácio de Almeida como o homem mais rico de fins do século XIX.

Enquanto isso, a classe forte representada pela sociedade agrária andava “atolada à beira do abismo, de mãos estendidas, tomando dez mil réis emprestados para completar o pagamento dos trabalhadores ou para fazer a feira” (ibid, p.176). Pois o produto da colheita não dava nem para custear as despesas da produção, chegando essa debilidade da economia agrícola a afetar drasticamente o comércio de Areia, ocasionando a sua paralisia.

Feiras acabadas, bandas de música dissolvidas, colégios fechados, festas da padroeira suspensas, eis o retrato de Areia na entrada deste século. As teias de aranha tomavam conta das prateleiras, enquanto os comerciantes, à porta dos estabelecimentos, empertigados, mãos espetadas nas cavas do colete, olhavam a rua

deserta, na expectativa do primeiro freguês. Alguns formavam grupos pachorrentos, matando o tempo em discutir as trivialidades do momento (idem, p.176).

Portanto, fica evidente que esses “ciclos econômicos areienses”, através de suas diversificações de cultura, geraram insegurança nos empresários areienses que temiam arriscar novos empreendimentos. Além disso, o fato de a estrada de ferro não ter subido os contrafortes da cidade serrana dificultou extremamente a recuperação do seu comércio. Decretou-se então a sua queda, a população empobreceu e minguiu. Tal foi o processo de agonia da cidade outrora pujante e forte.

Diante desse quadro desolador Horácio de Almeida (1958, p.199-200) lamenta com certa perplexidade:

Toda a grandeza de Areia ficou sepultada no passado. O progresso tomou outros rumos, deixando isolada a antiga aldeia Bruxaxá, na estagnação de uma cidade morta, onde nada de novo acontece. As terras cansaram para a lavoura, o comércio murcho, o teatro virou cinema poeira, ao paladar da nova geração apeteceu o *café-society*. Assim ficou Areia, arquejando à beira da desolação, em luta contra a adversidade, sem mais jornais, sem sociedade dramática, sem biblioteca, sem clube de dança, sem banda de música, numa inferioridade mórbida, que tem raízes profundas nos elementos perturbadores da economia do município. (Grifos nossos)

Preterida pelos trilhos de ferro Areia foi perdendo aos poucos seu brilho e fastígio, foi decaindo e agonizando. Segundo Almeida (1958, p.191):

Quando mergulhou na decadência, nem o guarda-roupa do teatro escapou. Entrou a ser desbaratado pelos grupos carnavalescos, que se exibiam como papangus pelas ruas da cidade. Já então o teatro era uma coisa sem dono, uma casa abandonada, transformada depois em cinema de ínfima categoria.

Gradativamente o Teatro, o salão de danças, a biblioteca entre outros emblemas que simbolizavam seu apogeu, caíram em abandono. A chama da cultura e das artes que iluminava a cidade no século XIX apagou-se, restando apenas à lembrança dos seus tempos de glórias. Pois vitimada pela crise econômica no final do século XIX, a cidade de Areia teve seu desenvolvimento estancado o que acarretou o arruinamento e abandono de alguns edifícios e casas comerciais que comprometeram seu crescimento urbano nos anos subsequentes.

Por esta razão, a próspera Areia Imperial findou transformando-se na cidade dos cartões-postais e seu rico passado ficou por conta dos domínios da memória.

Após 1901, a construção de ferrovias se intensificou, possibilitando a ligação entre as principais cidades paraibanas, além de permitir a comunicação da Paraíba com o Rio Grande do Norte e Pernambuco.

Conforme Aranha (2006), o trem surgiu em meio ao imaginário social como um instrumento redentor, que levava progresso, prosperidade e desenvolvimento por onde passasse. As concessões para a construção das ferrovias despertavam o interesse de gente poderosa.

É que barganhar uma concessão de estrada de ferro e ter em mãos a esperada autorização governamental torna-se algo bastante promissor, algo que possibilitava, de um lado, um significativo retorno político, podendo traduzir-se em prestígio pessoal ou constituir-se em garantia para o sucesso eleitoral e, de outro, porque podia render economicamente, constituindo-se em fonte de lucro ou mesmo de enriquecimento fácil (ibid, p.135).

Na Paraíba¹⁷, o advento da estrada de ferro trouxe prosperidade a muitos núcleos urbanos do interior que, até o final do século XIX, não haviam atingido grande desenvolvimento. Foi o caso de Alagoa Grande¹⁸, Bananeiras e Campina Grande. A primeira era ponta de linha, cujo traçado deveria ter alcançado a cidade de Areia. No entanto, por questões políticas e geográficas, prolongou-se apenas até Alagoa Grande, dando visibilidade a esta urbe e transformando-a em local de convergência de pessoas e mercadorias vindas de outras cidades e povoados, não contemplados com os trilhos do trem.

De modo que a insuficiência de estradas de ferro e a tardia inauguração de ferrovias no Estado, fez com que até fins do século XIX o transporte fosse feito por trem ou a cavalo. Ficando as cidades além de Campina Grande a sustentar seu comércio por meio de comboios de animais de carga. À margem dos trajetos ferroviários, Areia ficou impossibilitada de promover o escoamento de suas mercadorias com maior rapidez. Com isso, sua economia sofreu visível desvantagem diante das aglomerações urbanas vizinhas que, a partir da década de 1880, já podiam dispor da estrada de ferro, enquanto os comerciantes areienses continuavam a usar as estradas de terra. Assim principiou seu processo de estagnação urbana

¹⁷ “Na Paraíba e região, como de resto no Brasil inteiro, proliferou, no período estudado, toda uma “mística ferroviária” para não falar numa crença generalizada no papel redentor dessas varas de condão chamadas trilhos, (...)” (ARANHA, 2006, p.172).

¹⁸ Aranha (2006, p.134) informa que Alagoa Grande teve que esperar 30 anos por uma pequena fatia dos trilhos redentores. Em suas palavras: “Alagoa Grande ficou de fora e assim permaneceu durante 30 anos exatos, de 1871, data da primeira concessão ferroviária na Paraíba, até 1901, quando finalmente foi inaugurado o ramal de Mulungu, que fora suprimido por força do contrato entre o governo da província da Paraíba e a “Conde D’eu Railway”, isto em setembro de 1875”. O que o leva a concluir que as concessões eram levadas a efeitos sem um planejamento prévio.

e econômica, revertendo à função desempenhada nos séculos anteriores – de ligação, liderança e integração territorial, devido a não inclusão na malha ferroviária da Província paraibana que foi categórica para seu isolamento.

Por esta razão, não só Areia como outras urbes interioranas vinculadas economicamente à produção açucareira e ao algodão foram declinando gradativamente a partir do final do século XIX, devido a questões políticas que envolviam a demarcação dos traçados ferroviários e das novas estradas de rodagem que não as incluiu em seus projetos.

Deste modo, a redefinição destes traçados ferroviários e rodoviários impulsionou o desenvolvimento econômico e o crescimento demográfico de núcleos urbanos do Sertão e Agreste paraibanos. Em contrapartida, as cidades não contempladas pelos traçados redentores sofreram duras perdas e ficaram à margem das rotas de comunicação.

Segundo Almeida (1997, p.170) “a estrada de ferro onde fazia ponta de linha dava vida ao lugar. Se passava adiante, levava consigo o progresso. [...] Os lugares que ficaram marginalizados, ao longo da estrada, sem vias de acesso, como Mamanguape e Areia, caíram estagnados”. Deste modo, o que possibilitou o crescimento e progresso de algumas cidades em outras provocou um efeito inverso. Se por um lado o trem atendeu às necessidades evidenciadas pelas mazelas nos locais aonde chegou, por outro, significou a decadência. Outro autor também afirma que:

O nosso Estado [...] devera [...] possuir uma rede ferroviária em sentido longitudinal, [...] mas a Paraíba foi cortada transversalmente, acarretando o estacionamento de Areia, a brusca decadência comercial de Mamanguape e a ascensão rápida e não menos rápida paralisação mercantil de Mulungú, Alagoa Grande e Itabaiana (CÂMARA, 1997, p.72-73).

Outro fato importante a considerar é que “no ano de 1907, ocorreu a inauguração de um ramal ligando Itabaiana a Campina Grande” (ALMEIDA, 1997, p.170), fazendo com que esta cidade mudasse sua feição, destacando-se através de seu rápido desenvolvimento econômico e se firmando no cenário paraibano como principal centro comercial do interior. Deste modo Campina Grande passou a alavancar as atividades econômicas do Agreste.

Entretanto, frente à facilidade de ingresso a Campina somou-se a dificuldade de acesso aos demais municípios aonde a estrada de ferro não chegara, como esclarece Câmara (1997, p.77):

A acessibilidade das estradas reais explica tudo. Os caminhos que partem de Alagoa Grande para o poente são íngremes, tortuosos, estreitos e escorregadios em todo o Brejo e Agreste. Inconvenientes às tropas de burros de carga. Ao passo que os que

atingem Campina são precisamente diferentes – largos, quase retos, planos etc. Daí a preferência por esta cidade e por Itabaiana, servida também por estradas da mesma natureza.

A construção das rodovias, somente iniciada na década de 1910, também privilegiou Campina Grande e a cidade da Parahyba, atingindo ainda os principais centros produtores do Sertão (Patos, Pombal, Sousa e Cajazeiras), não contemplando assim, os principais núcleos urbanos do Brejo que sofreram duramente as consequências da exclusão, crescendo em ritmo pouco acelerado comparado ao contexto estadual. Dessa forma, Areia foi gradualmente suplantada por outras cidades beneficiadas pelas ferrovias e rodovias.

Contudo, na tentativa de escoar os produtos agrícolas através da ponte com Alagoa Grande e daí em diante pelos trilhos do trem, teve início no governo estadual de João Machado (1908-1912) a construção da estrada de rodagem que estabelecia a ligação entre Areia e Alagoa Grande. Mas essa iniciativa não foi suficiente para reverter o processo de decadência econômica de Areia, o esvaziamento das feiras e o enfraquecimento do comércio local provocados pela definição dos ramais da estrada de ferro no século anterior (CAJU & CAVALCANTI FILHO, 2005).

Segundo Almeida (1980, p.39) o projeto inicial do ramal ferroviário que atingia Alagoa Grande previa um trecho prolongado que chegaria até Areia, no entanto, este nunca foi executado, apesar das constantes solicitações feitas pelas autoridades areienses.

Deste modo, Areia passou a depender economicamente de dois importantes empreendimentos industriais no século XX: a Usina Santa Maria e a fábrica de Fiação e Tecelagem Arenópolis, sendo essa fábrica têxtil objeto de nosso estudo e responsável pelas significativas transformações no contexto urbano da cidade, das quais trataremos no próximo capítulo.

1.4 Areia como campo discursivo: a possibilidade de enxergar outras cidades na cidade do presente

Em todas as formas de discurso há uma multiplicidade de significados disponíveis. E o discurso pode ser definido como uma forma de comunicação delineada por estruturas particulares de conhecimento, que, por sua vez, são por ele reproduzidas. Mas, como os discursos são também práticas que constroem os objetos de que falam, interessa-nos conhecer

as formas dominantes de significado que foram produzidas discursivamente para a cidade de Areia, divulgadas e mantidas ao longo dos anos, tomando como referência a obra *Brejo de Areia* de Horácio de Almeida. Todavia,

[...] cada cidade é um palimpsesto de histórias contadas sobre si mesma, que revelam algo sobre o tempo de sua construção e quais as razões e as sensibilidades que mobilizaram a construção daquela narrativa. Nesse curioso processo de superposição de tramas e enredos, as narrativas são dinâmicas e desfazem a suposta imobilidade dos fatos. Personagens e acontecimentos são sucessivamente reavaliados para ceder espaços a novas interpretações e configurações, dando voz e visibilidade a atores e lugares (PESAVENTO, 2007, p.17).

Portanto, embora o discurso elaborado por Horácio de Almeida e sua representação para a cidade busque se sobrepôr aos demais, a própria cidade possibilita aos cidadãos enxergarem nela o passado de tantas outras Areias contidas na Areia do presente.

Tal constatação viabiliza nossa pesquisa na busca por conhecer como esse discurso foi tecido, a fim de compreender a maneira pela qual esse autor utiliza a cidade para criar sujeitos como agentes sociais e como a materialização deste discurso mediante a análise das estruturas arquitetônicas desempenhou um papel importante dentro das práticas sociais dos areienses, ou seja, no comportamento dos atores sociais mediante esse discurso.

Salientamos, contudo, que a atividade leitora resultante do contato estabelecido com a referida obra também apresenta “todos os traços de uma produção silenciosa: flutuação através da página, metamorfose do texto pelo olho que viaja, improvisação e expectativa de significados induzidos de certas palavras, intersecções de espaços escritos, dança efêmera” (CERTEAU, 2004, p.49). Ocorre, portanto, uma reapropriação do texto do outro, pois “um mundo diferente (o do leitor) se introduz no lugar do autor”¹⁹ (ibid, p.49).

Isto porque o “discurso escrito é de certa forma uma imagem, daquilo que na memória viva é “vivo”, “dotado de uma alma”, rico de “seiva”” (RICOEUR, 2007, p.153). Ele se constitui enquanto representação, pois é de fato uma imagem presente de uma coisa ausente e, sendo assim, o anteriormente de que se fala significaria a realidade, mas a realidade no passado. O “fato” a coisa dita e o acontecimento a “coisa de que se fala”, ou seja, aquilo sobre o que alguém dá testemunho.

¹⁹ É interessante observar a metáfora de um apartamento alugado utilizada por Certeau para esclarecer o processo de reapropriação que ocorre durante a leitura: “Essa mutação torna o texto habitável, à maneira de um apartamento alugado. Ela transforma a propriedade do outro em lugar tomado de empréstimo, por alguns instantes, por um passante. Os locatários efetuam uma mudança semelhante no apartamento que mobíliam com seus gestos e recordações; [...]” (CERTEAU, 2004, p.49).

Mas então, tanto quanto o historiador, é o cidadão que é solicitado pelo acontecimento. Solicitado ao nível de sua participação na memória coletiva diante da qual o historiador é chamado a prestar contas. Mas este não o faz sem lançar mão dos recursos críticos que estão na alçada de sua competência de historiador profissional” (ibid, p.271).

Feitas as devidas considerações, observamos que o discurso proferido por Horácio de Almeida nos conduz a perceber a cidade como espaço de produção simbólica, do nascimento de mitos, da prática de ritos e da manifestação das tradições. “Além de continente das experiências humanas, a cidade é também um registro, uma escrita, materialização de sua própria história” (ROLNIK, 2004, p.9). Como corpo falante “o próprio espaço urbano se encarrega de contar a sua própria história” (idem, p.9), ele carrega consigo uma memória, silenciosa e por vezes adormecida, à espera de questões que possam despertá-la e fazê-la falar no presente. E não só a cidade, mas outros espaços, pessoas e sociedades são também feitas de memória.

Assim tornamos a escrita palco para estes embates constantes entre a lembrança e o esquecimento, que nos inquietam e mobilizam, provocam e seduzem, despertando ações e sensações paradoxais; que denunciam interesses e desejos, saudades e ressentimentos, explicitam lutas, perdas e ganhos, de acordo com as perguntas que surgem no presente e convidam o passado às respostas que ecoam no futuro. Entrelaçamos tempo e espaço em uma narrativa que se faz de materialidade e sensibilidade, além de tornar o discurso uma construção social que reflete a visão de mundo de um determinado grupo em dado contexto histórico.

Mas apesar de reconstruir representações do passado, a memória se baseia na experiência do vivido, portanto, ela é portadora e transmite o real, ela rememora e testemunha, ela efetua escolhas sobre fatos passados com a finalidade de servir ao presente. Enfim, a memória luta contra o esquecimento ao mesmo tempo em que organiza esquecimentos e fabrica lacunas.

Deste modo, a razão narrativa de Horácio de Almeida põe em evidência o século XIX como o passado a ser evocado por comportar as glórias que a cidade de Areia viveu, notabilizando-se e projetando-se no cenário paraibano através de acontecimentos, cenários e personagens que renderam considerável legado cultural, político e social para a Paraíba. É sobre esse passado envolto pela nostalgia que as lembranças emergem, eternizando a memória na escrita deste e de tantos outros autores areienses.

Mas o que teria motivado Horácio de Almeida a representar a cidade de Areia da forma como fez em sua obra? Tal questão nos convida a observar que o historiador, seja

profissional ou diletante, ocupa um lugar que irá influenciar de uma forma ou de outra os métodos e a construção de sua narrativa histórica. Lembrando-nos do que evidencia Certeau (2007, p.66-67):

Toda pesquisa historiográfica se articula com o lugar de produção sócio-econômico, político e cultural. (...) Ela está pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delinea uma topografia de interesses que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam.

Ou seja, a prática historiográfica está diretamente relacionada a um lugar social, político e cultural de produção. Portanto, o fato de ter testemunhado a crise econômica que amorteceu Areia no início do século XX e ocasionou a perda de seu prestígio, do destaque e importância que antes lhe eram atribuídos, conduziu Horácio de Almeida a atravessar o caminho do esquecimento e assegurar a força da rememoração dos fatos e tradições passadas como refúgio reconfortante.

Destituída de sua riqueza e abandonada pelos ilustres cidadãos que fizeram carreira e sucesso em outros lugares, a cidade fora esquecida e ficara isolada, vivendo um período em que o “bom mesmo é esquecer”. Diante deste quadro angustiante, a escrita assume esse caráter simbólico que reforça a tradição como um ideal a ser transmitido às gerações futuras, ao estabelecer uma continuidade com dado passado, investido do desejo de preservação e criação de identidade e pertença, ser e sentir-se areiense, viver na “Terra da Cultura” e fazer dessa cultura algo natural aos habitantes locais. Que aciona no aniversário de Areia, nos seus eventos e comemorações, a rememoração destes gloriosos fatos passados, conservando ainda, aspectos relativos a este período histórico, como a preservação de monumentos e edifícios que marcaram significativamente a história dessa Areia antiga, tradicional e cultural que se quer perpetuar na memória.

Portanto, a tradição é elaborada pela narrativa, que fabrica lugares legítimos para falar de verdades que lhes são singulares, a partir de um tempo e de um espaço de constituição histórica. E a própria cidade, através da conservação de bens arquitetônicos, ou seja, da não demolição de construções antigas, se envolve nas questões referentes à preservação da memória coletiva, com o objetivo de impedir que lugares que se tornaram texto sejam apagados, embora no presente sirvam apenas à contemplação, estando abandonados e em desuso, “morrendo assim para a cidade que pulsa viva, ao redor” (ROLNIK, 2004, p.18). Ainda que sirva de meio de vida no presente para inúmeros areienses, o próprio Horácio de Almeida afirma que ‘toda a grandeza de Areia ficou sepultada no passado’.

No entanto, não é esta a conclusão de Pechman (1994, p.4) quando explicita:

Palco de ensaio do surgimento de novos personagens sociais, da gestação de uma nova sensibilidade, da elaboração de novas formas de sociabilidade, da construção de novos sistemas de saber e técnicas de poder, a cidade se apresenta como um enigma a ser decifrado.

Fruto, expressão e reflexo da condição humana, as cidades, ao longo do século XX, sofreram grandes transformações. Pois as modificações efetuadas no espaço urbano, no nível político, social, econômico e tecnológico, alteraram radicalmente o modo de viver da população e, conseqüentemente, o espaço por ela produzido teve que se adequar a essa nova realidade. A introdução das máquinas na fábrica impôs um novo ritmo ao trabalho e aumentou consideravelmente a produção dos teares mecânicos, impulsionados pelo calor das caldeiras.

Diferente do homem, “a máquina não cansa, não sente, não tem humores, não é como o vento, que às vezes não sopra, nem como o braço que às vezes cansa. Seu poder motor é limitado apenas por suas potencialidades mecânicas” como enfatiza Rolnik (2004, p.74). Por esta razão as máquinas triunfaram no processo de produção e circulação dos bens e inseridas na urbe atraíram significativo movimento migratório que possibilitou o crescimento da urbanização.

Portanto, foi em meio ao marasmo que a cidade se encontrava, que no início do século XX um grupo de empresários tomou a iniciativa de construir e por em funcionamento uma fábrica têxtil em Areia, investindo esforços financeiros, físicos e intelectuais na concretização deste empreendimento.

Esta fábrica, quando inserida no contexto urbano de Areia, alterou significativamente sua feição original, abalando além da economia local sua própria aparência urbana, tornando possível uma outra forma de ver e viver na cidade. Ela se constituiu enquanto espaço moderno, tanto pela sua estrutura física que acarretou vida “nova”, “moderna” e “civilizada” para a cidade, como pelo modo dos sujeitos ao tornarem-se parte daquele espaço sentirem-se diferentes e empolgados com o porvir.

Por não corresponder ao tipo de memória que Horácio de Almeida pretendeu construir e eternizar para a cidade de Areia, a inovação deste empreendimento industrial é ‘esquecida’ em sua obra. Enquanto isso, os sujeitos históricos da Fiação e Tecelagem silenciam suas narrativas e a própria fábrica vem, posteriormente, a ser banida da arquitetura local.

Em contrapartida, existe a defesa e preservação de uma memória para a cidade que esse autor avalia estar em eminência de desaparecer no século XX. E nesse sentido, ele lança

Areia nas profundezas de um passado vivo e glorioso, que tem como objetivo nortear o presente a partir de uma tradição passada. Como esclarece Hobsbawn (2006, p.10):

É o contraste entre as constantes mudanças e inovações do mundo moderno e a tentativa de estruturar de maneira imutável e invariável ao menos alguns aspectos da vida social que torna a “invenção da tradição” um assunto tão interessante para os estudiosos da história contemporânea.

É esta tentativa de “estruturar de maneira imutável e invariável ao menos alguns aspectos da vida social”, que faz com que *Brejo de Areia* assuma um caráter tão instigante. Ao legitimar Areia como “Terra da Cultura” e “Berço da Cultura Paraibana”, Horácio de Almeida nos dá testemunho de sua forma singular de ver e experienciar o mundo, confirmando que não vemos nem entendemos o mundo de forma igualitária.

Todavia, limitar Areia a este discurso seria empobrecê-la, destituí-la de outros sentidos, significados e representações. Seria cair no pessimismo em que mergulhou Horácio de Almeida, desiludido e impactado com o presente desolador e crítico que envolveu a cidade no início do século XX, tapando seus olhos para o progresso e inovações advindas com o sistema fabril. Contudo, este fato possui ligação com um momento particular de sua história.

Momento de articulação onde a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda memória suficiente para que se possa colocar o problema de sua encarnação. O sentimento de continuidade torna-se residual aos locais. Há locais de memória porque não há mais meios de memória. (NORA, 1993).

O que Pierre Nora anuncia e podemos constatar com esta pesquisa é que consagramos lugares à memória porque não moramos mais neles. E este esfacelamento da memória atinge não só o indivíduo como a sociedade na qual ele está inserido, afetando assim a própria cidade. Nesse sentido, uma série de referências atuam como enquadradores da memória na política cultural e urbana de Areia, envolvendo questões de preservação e recuperação do acervo artístico e arquitetônico, que teve seu auge com o tombamento de alguns prédios pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) que conferiu à cidade a designação de patrimônio histórico e artístico brasileiro.

Conforme Rolnik (2004), construir cidades também corresponde a uma forma de escrita, impulsionada pela necessidade de memorização. E quando falamos em escrita, nos referimos não apenas à produção de documentos escritos, ordens e inventários, como à

própria arquitetura urbana que fixa uma memória para a cidade, o espaço também fala, age como uma espécie de ponte que une o presente ao passado.

O traçado das ruas, a construção das casas, praças e tantos outros espaços que constituem a cidade, são significados pela experiência daqueles que os ocupam, promovendo apropriações cotidianas do espaço citadino. E as formas que comportam estes espaços podem ser lidas e decifradas como a um texto. “É esta dimensão que permite que o próprio espaço da cidade se encarregue de contar a sua história” (ROLNIK, 2004, p.18).

Ademais, a cidade de Areia passou “a ser vista como forma, cujas forças sociais ali refletem a sua imagem como se interagem numa teia de relações cotidianas” (NASCIMENTO, 2010, p.9) com o objetivo de conservar uma dada imagem de “Terra da Cultura” para a cidade, seus habitantes e visitantes.



Imagem 1: Monumento localizado na entrada da cidade de Areia, sentido leste, que apresenta a bandeira da cidade e a caracteriza como “Terra da Cultura”.

Com isso, surgiu a necessidade de conservar e preservar locais que possuem um legado cultural e tornam evidente a identidade pessoal e social construída para os areienses, de povo que preza pela tradição, pela cultura e pelas artes. Todavia, outros espaços, que embora significados pelos usuários não se adequem à temporalidade e memória construída sobre essa “Terra da Cultura”, tornam-se vítimas do esquecimento.

Portanto, nenhuma preocupação existe por parte das autoridades locais quanto à conservação de imóveis que não identifiquem Areia como “Terra da Cultura”. Assim

aconteceu com Arenópolis, cujos prédios foram demolidos para que novas construções se erguessem, pois a fábrica imprimia ares modernos à cidade que se contrapunham ao passado-tradição que buscam preservar. Todavia, a destruição da materialidade fabril afeta não só as pessoas que dela fizeram parte como dificulta a preservação de uma história da classe operária e dos lugares significativos para ela.

Tal constatação nos conduz à reflexão proposta por Ecléa Bosi em *Memória e Sociedade*, ao relatar a experiência de oito pessoas idosas, maiores de setenta anos, que viveram desde a infância na cidade de São Paulo. Nessa obra, a história da cidade é revisitada através da memória social de sujeitos que participaram de sua construção. Nela, a autora chama nossa atenção para que tenhamos cuidado redobrado ao acessar lembranças sobre um lugar banido pelo tempo mas vivo na memória dos narradores.

“já não existe mais”. Essa frase dilacera as lembranças como um punhal e, cheios de temor, ficamos esperando que cada um dos lembradores não realize o projeto de buscar uma rua, uma casa, uma árvore guardadas na memória, pois sabemos que não irão encontrá-las nessa cidade onde, como você assinala agudamente, [...] demoliram paisagens de uma vida inteira. (BOSI, 1999, p.19).

Sendo assim, a imagem de Areia é alinhavada por uma série de conflitos e tensões que viabilizam e oportunizam a construção de uma cidade antiga, por meio de registros escritos e paisagens arquitetônicas que rivalizam com uma cidade cuja experiência fabril modificou sua feição e foi por nós conhecida através dos relatos orais de memória. Isto porque

[...] as lembranças são capazes de criar suas próprias cidades; cidades submersas na memória. Mas estas estão à mercê do tempo e das mudanças empreendidas na materialidade do espaço, principalmente aquelas oriundas de projetos e propostas que visam à substituição de uma cidade por outra ou a reformulação/adaptação do espaço (BRANDIM, 2009, p.19).

Embora o espaço físico da fábrica não mais exista, nessa cidade onde prevalecem projetos e propostas que procuram banir da arquitetura o que fixa uma outra memória, causa estranhamento e torna-se desagradável a vista, a memória de nossos narradores lhe repõe o lugar de origem. E se o lugar é um espaço praticado, como anuncia Certeau (1994), se não há prática não há uso e sem uso o próprio lugar se metamorfoseia em lugar de memória.

Portanto Arenópolis também é um lugar de memória, marcado por tensões, conflitos, recordações e experiências, que, embora distantes do presente atual, permanecem vivos na memória dos que dela fizeram parte. Tais memórias ressignificadas pelos narradores através

dos relatos orais sobrevivem sobre o olhar de uma história reconstruída, atestando que a história nada mais é que uma representação do passado.

Como demonstra Sandra Jatahy Pesavento (2007) a cidade aqui apresentada é materialidade, sociabilidade e sensibilidade, ela é coisa feita, fabricada pelo homem, composta de pedra, tijolo, ferro, vidro, madeira, cimento, aço, plástico; no entanto é impossível pensá-la sem considerar as relações sociais e a atuação coletiva manifesta pela interação de seus habitantes, que dela se utilizam e sobre ela constroem discursos e imagens que traduzem sensações e sentimentos. A cidade é lugar de experiências individuais e coletivas que produzem significações simbólicas que vão além da materialidade que se ergue.

Deste modo, nos propomos descortinar a história da “Fiação e Tecelagem Arenópolis S/A” com o intuito de (re)descobrir a cidade de Areia através desta experiência fabril que modificou o cenário urbano, com o esfumaçar das chaminés, o tinir das máquinas e o apito da sirene, que acionados pelos sentidos despertaram nos cidadãos novas sensibilidades. Além do transitar de novos sujeitos históricos, os operários e operárias, cujas relações tecidas dentro e fora da fábrica possibilitaram aos mesmos significar a cidade e serem por ela significados.

Capítulo II – Operários que tecem memórias: uma leitura sócio-cultural da experiência fabril areiense no século XX

(...) é verdade, porém, que nossos ritmos temporais foram subjugados pela sociedade industrial, que dobrou o tempo e seu ritmo, “racionalizando” as horas de vida. É o tempo da mercadoria na consciência humana, esmagando o tempo da amizade, o familiar, o religioso... A memória os reconquista na medida que é um trabalho sobre o tempo, abarcando também esses tempos marginais e perdidos na vertigem mercantil.

(Ecléa Bosi, O tempo vivo da memória).

2.1 A inovação do sistema fabril: é chegado o tempo das máquinas ou o tempo dos homens?

A renovação dos estudos culturais trazida pela Escola Inglesa, representada por autores como Christopher Hill, Eric Hobsbawm e o Edward Palmer Thompson, fez com que o mundo da cultura fosse examinado como parte integrante do “modo de produção”, e não como mero reflexo da infraestrutura econômica da sociedade, que até então era vista a partir de uma cisão entre infraestrutura e superestrutura.

Ao repensar o materialismo histórico, tais autores passaram a ressignificar certos conceitos dentro do marxismo, entre os quais citamos o de “classe social”, pois, colocando-se à distância dos pensadores marxistas que viam a classe social como uma “estrutura” ou como uma “categoria” fixa, Thompson pensa a classe como uma “relação”, um “processo”, que engloba experiências comuns e de pertença identitária as quais contribuem para a formação de uma “consciência de classe”, que por sua vez, consiste na “forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais” (THOMPSON, 1987, p.10). Portanto, na análise thompsoniana, a classe é vista como uma formação social e cultural, a qual ocorre efetivamente e cuja ocorrência pode ser demonstrada empiricamente e analisada historicamente. Nas palavras do próprio autor:

(...) Por classe, entendo um fenômeno histórico que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria prima da experiência como na consciência. Não vejo a classe como uma “estrutura”, nem mesmo como uma “categoria”, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas. (...) a noção de classe traz consigo a noção de relação histórica. Como qualquer outra relação, é algo fluido que escapa à análise se tentarmos imobilizá-la num dado momento e dissecar sua estrutura. (...) A relação precisa estar sempre encarnada em pessoas e contextos reais (THOMPSON, 1987, v.1, p. 9-12).

Por isso, Thompson considera que a experiência econômica por si só não indica a classe, pois esta envolve também as experiências cotidianas, as ideias, as tradições e os valores das pessoas, e até mesmo as experiências de exploração e de insatisfação vivenciadas pelos trabalhadores em suas lutas diárias.

Portanto, a classe é constituída por sujeitos históricos, homens e mulheres em suas experiências próprias, manifestando ações, reações e relações sociais. Thompson também contraria a ideia de um operariado apolítico, ao reforçar a existência de uma “consciência de classe”. Esta se torna possível graças às lutas e experiências que compartilhadas pelos

trabalhadores em meio às suas relações cotidianas, possibilitam a formação de uma “cultura de classe”.

Tais considerações são abordadas por esse historiador nos três volumes de *Formação da Classe Operária Inglesa*, publicada em 1963. Nesta obra, Thompson analisa a trajetória dos trabalhadores ingleses desde o final do século XVIII, buscando resgatar as suas experiências e lutas, ou seja, o seu próprio *fazer-se* frente ao avanço do capitalismo, ao advento da revolução industrial e à dominação de classe exercida pela ascendente e poderosa burguesia inglesa, detentora de terras, de fábricas e, cada vez mais, monopolizadora dos meios de produção social.

Nesse sentido, o autor procura retirar do obscurantismo a ação dos trabalhadores e a sua contribuição ao movimento histórico, afirmando a tese fundamental de que entre 1790 e 1832 ocorreu na Inglaterra a transformação de grupos heterogêneos de trabalhadores em uma classe operária com identidade própria e efetiva consciência de classe.

Todavia, Thompson continuou vincular-se à história social e econômica, mas sem aceitar o reducionismo economicista ou estruturalista, questionando, portanto, o marxismo ortodoxo, além das teorias funcionalistas e estruturalistas. Ele se contrapôs à ideia simplista evocada pela metáfora mal utilizada da base/superestrutura, ao voltar seu interesse para os estudos referentes ao homem e suas múltiplas dimensões ontológicas, valorizando assim a cultura, os costumes, as tradições, os valores morais e as histórias de pessoas comuns – elementos esquecidos tanto pela historiografia liberal quanto pela historiografia marxista predominante.

A sua releitura do paradigma marxista também pode ser observada na maneira como esse teórico utilizou o conceito de “classe social”, pois na análise thompsoniana a classe é um fenômeno histórico, como vimos anteriormente. Logo, ao perceber que a classe operária está formada, o que acontece em um tempo e lugar específicos, é importante compreender as experiências que contribuíram para essa formação, para esse ‘fazer-se’.

Vale ressaltar que para Thompson, entre meados de 1831/33, a nova consciência de classe dos trabalhadores ingleses notava-se na identidade de interesses comuns entre os diversos grupos profissionais e se expressava nas instituições e no sindicalismo, como informa o autor:

(...), havia uma consciência da identidade dos interesses da classe operária, ou “classes produtivas”, enquanto contrários aos de outras classes; dentro dela, vinha amadurecendo a reivindicação de um sistema alternativo. Mas a definição final

dessa consciência de classe era consequência, em grande parte, da reação da classe média a força operária (THOMPSON, 1987, v.3, p.411-412).

Isso ocorre porque a classe média e a classe operária nunca tiveram nenhuma comunhão de interesses, disso resulta um confronto inevitável entre essas classes opostas, identificado pelos dualismos fraco e forte, dominante e dominado, sem esquecer-se que tal identificação se estabelece a partir das relações de poder e suas múltiplas formas de ação. Contudo, Thompson (1987, v.3, p.428) apresenta “seus respectivos interesses diretamente opostos entre si como dois touros em luta,” e conclui:

Essa autoconsciência coletiva foi realmente o grande ganho espiritual da Revolução Industrial, contra o qual deve-se colocar o esfacelamento de um modo de vida mais antigo e, em muitos aspectos, mais humanamente compreensível. Foi talvez uma formação única essa classe operária inglesa de 1832 (THOMPSON, 1987, v.3, p.438).

Percebemos assim que, ao realizar seus estudos e pesquisas os quais resultaram na obra *Formação da classe operária inglesa*, Thompson acrescentou o exame do mundo cultural dos trabalhadores ao materialismo histórico, valorizando ainda as práticas cotidianas de pessoas comuns, comumente percebidas em sua narrativa como trabalhadores, classes pobres, operários, subalternos, salteadores de florestas, artesãos, mulheres, crianças, populares entre outros. É notório considerar que o interesse de Thompson pela problemática cultural não se encerrou nesta relevante obra como fica perceptível na coletânea de artigos reunidos em “Costumes em Comum” (1998), entre os quais destacamos “Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial”, que versa também sobre o mundo do trabalho.

Nesse artigo, o historiador neomarxista inglês nos leva a compreender que as sociedades têm concepções de tempo diferenciadas, embora demonstre a princípio que o tempo da natureza estava atrelado às atividades diárias. Isso porque a notação do tempo estava relacionada à orientação pelas tarefas cotidianas que o sujeito iria desenvolver, havendo assim, pouca distinção entre o “trabalho” e a “vida”.

Portanto, o homem detinha o controle de sua vida produtiva de tal forma que o dia de trabalho se prolongava ou contraía de acordo com as tarefas a ser por ele desempenhadas, isso possibilitava dias de atividade intensa em contraposição a outros de ociosidade. Segundo Thompson (1998), o trabalho era concebido como um ofício, por isso, a relação social estabelecida entre os indivíduos se dava de modo mais satisfatório.

Todavia, esse cenário sofreu mudanças significativas na atitude para com o trabalho e o tempo, a partir do momento em que se estabeleceu o sistema de fábricas, pois este sistema

gerou monotonia e alienação do prazer em trabalhar, desfazendo a representação do tempo regido pela natureza ao passar a medir e calcular o tempo, transtornando e desordenando o cotidiano. Quando essa quantificação do tempo atingiu o mundo do trabalho deu origem à ideia de jornada de trabalho, carga horária, horas extras, férias etc., antes desconhecidas.

Reagindo a tais inovações, os trabalhadores demoraram a conformar-se com a disciplina; por isso, as queixas mais características dos patrões estavam relacionadas “à indisciplina dos trabalhadores, sua irregularidade de emprego, sua falta de sujeição econômica e insubordinação social” (THOMPSON, 1998, p.41). Para resolver essa situação, os patrões perceberam a necessidade de aplicar uma disciplina de trabalho mais exigente, que fosse capaz de impor aos trabalhadores o hábito do trabalho regular e contínuo. Nesse sentido, as mudanças na técnica da manufatura, bem como a exatidão nas rotinas do tempo experimentadas na sociedade capitalista industrial nascente, contribuíram decisivamente para introduzir essa nova disciplina de trabalho.

No entanto, a inovação do processo capitalista foi experimentada pelo trabalhador como uma exploração, devido à expropriação de direitos de uso costumeiros, bem como a destruição violenta de padrões de trabalho valorizados e lazer. O uso de máquinas nas fábricas também impôs aos trabalhadores um hábito de trabalho regular e contínuo. O relógio ao regular os novos ritmos da vida industrial tornou-se uma das necessidades mais urgentes que o capitalismo industrial exigia para impulsionar o seu avanço. (Thompson, 1998).

E não parou por aí, pois os patrões na busca pelo tempo produtivo e lucrativo começaram a calcular o trabalho nas fábricas através de um registro do tempo, com o objetivo de detectar e punir a preguiça e a vilania, bem como recompensar os justos e diligentes. Essa tentativa por parte da burguesia de impor o “uso-econômico-do-tempo” rompeu os limites da fábrica e oficina e chegou aos distritos manufatureiros domésticos, provocando um choque na vida social e doméstica. Uma vez que:

(...) o processo do capitalismo e a conduta não econômica baseada nos costumes estão em conflito, um conflito consciente e ativo, como que numa resistência aos novos padrões de consumo (“necessidades”), às inovações técnicas ou à racionalização do trabalho que ameaçam desintegrar os costumes e, algumas vezes, também a organização dos papéis produtivos (THOMPSON, 1998, p.41).

Esse momento de transição não se deu de forma rápida e fácil, mas trouxe consigo algumas resistências. No entanto, esses conflitos foram “silenciando” à medida que a disciplina era internalizada. Isso porque, para adequar os trabalhadores à nova ordem do

trabalho fabril, foi-lhes introjetado no corpo um relógio moral que internalizou a noção de tempo útil produzido pela ampliação da esfera do mercado.

Essa autodisciplina de uma classe de mercadores foi transformada em um artefato moral que procurava descrever uma nova disciplina para a gente trabalhadora, estendendo a crítica à ociosidade a todas as esferas da sociedade.

Desse modo, as ideias de uma classe dominante, quanto ao discurso moralizante do tempo útil, acabaram por se tornar as ideias dominantes de toda uma sociedade, através de um persistente e minucioso trabalho de introjeção de novas normas e valores, que fizeram do tempo das máquinas o tempo dos homens (DECCA, 1990).

Como enfatiza Thompson (1998, p.298), “na sociedade capitalista madura, todo tempo deve ser consumido, negociado, utilizado: é uma ofensa que a força de trabalho meramente ‘passe o tempo’”.

Entretanto, nesse universo fabril nem tudo foi aceitação e passividade, pois nem todos os homens se renderam diante das “forças irresistíveis” do novo mundo capitalista. Mas resistiram através das incontáveis greves, da sabotagem, do boicote, do roubo, da destruição de equipamentos, ou seja, de toda uma inequívoca capacidade dos operários desencadearem uma luta aberta contra o sistema de fábrica.

Sendo assim, essas significativas transformações sociais, que iniciando na Inglaterra alcançaram tantas outras sociedades e lugares no mundo, convidam-nos a refletir sobre o caso mais específico da Fiação e Tecelagem Arenópolis, situada na cidade de Areia. Esta fábrica, ao impor o uso-econômico-do-tempo aos seus trabalhadores, acabou suscitando pequenas revoltas diárias, nos termos de James Scott as microrresistências, que desencadearam verdadeiras lutas táticas por parte dos operários.

Ademais, orientados teoricamente por Thompson para quem a classe operária é definida pelo seu ‘fazer-se’, resta-nos entender a formação social e cultural desse operariado têxtil a partir de sua inserção no espaço fabril e das experiências adquiridas dentro e fora da fábrica, em seus momentos de lazer e descontração. Por isso, nossa investigação se concentra na forma como esse operariado viveu cotidianamente sua *experiência*.

2.2 O nascimento da Fiação e Tecelagem Arenópolis

No Brasil, a industrialização teve seus primeiros contornos delineados em princípios

do século XIX. Nas fábricas, nenhuma proteção legal amparava os trabalhadores e eram os donos que estabeleciam seus próprios regulamentos, normas e disciplinas em relações contratuais que não garantiam nenhum direito ao trabalhador, mas lhes impunha todos os deveres e obrigações. Como não existia legislação trabalhista da forma que conhecemos hoje, não havia descanso semanal remunerado, férias ou aposentadoria. Tampouco havia indenização para os casos de acidentes de trabalho, que eram frequentes em virtude das escassas horas de repouso e da falta de equipamentos de proteção. Direitos que só serão adquiridos e regulamentados com a Consolidação das Leis Trabalhistas, criada através do Decreto-Lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943 e sancionada pelo então presidente Getúlio Vargas durante o período do Estado Novo.

Todavia, é a partir da década de 1870, que o contexto histórico e social brasileiros, apresentaram sinais relevantes de mudanças, conduzindo a indústria nacional ao processo de expansão e fortalecimento, impulsionado sobretudo, pelas fábricas de tecidos.

Os ares republicanos já começavam a soprar e com eles as inovações. O número de operários na fábrica tendia a crescer e as maiores unidades fabris pertenciam, sobretudo, ao ramo têxtil, que era nessa época o mais dinâmico da indústria. Segundo Stein (1979, p.97) a “indústria democrática apontava o caminho da modernização e revitalização do Brasil. Só ela, pensavam alguns brasileiros, poderia trazer felicidade para o trabalhador e aumentar o capital dos investidores”.

Nos anos de 1880, o processo de expansão e fortalecimento fabril intensificou-se, favorecendo o considerável crescimento da indústria algodoeira e possibilitando a criação de muitas fábricas, as quais conseguiram ampliar seu capital e sua produção. Diante dessa consolidação, o ramo algodoeiro fortificou-se, apontando e abrindo caminho para outros setores industriais. No entender de Hobsbawm (1979, p.53), foi ele que “deu o tom à mudança industrial e foi o esteio das primeiras regiões que não teriam existido se não fosse a industrialização”.

Assim, a indústria se inseriu no período republicano fortalecida, ao emergir como símbolo da modernidade e do progresso. O que contribuiu segundo Perrot (1988), para inaugurar uma nova racionalidade e, por conseguinte, uma nova ordem, com regras de jogo e disciplinas novas.

Na cidade de Areia, conforme apontam os estudos de Lima (1972), a história industrial inicia com a criação de Arenópolis, a primeira e única fábrica têxtil da cidade, a qual fundada em 1924, só iniciou suas atividades produtivas em 1925, ocasião em que as máquinas vindas

da Inglaterra foram montadas por técnicos também ingleses, possibilitando aos operários fiar e tecer. Essa fábrica de fios teve suas instalações localizadas na Rua Professor Xavier Júnior nº277, no centro da cidade.



Imagem 2: Vista aérea da cidade de Areia, onde é possível localizar no espaço urbano a presença arquitetônica da “Fiação e Tecelagem Arenópolis S/A”.

A concentração da pesquisa nos operários dessa fábrica têxtil deve-se ao fato de que esta empresa compôs de maneira indubitável o universo econômico e industrial da cidade, além de participar da tessitura social e urbanística areense, sobretudo entre as décadas de 1940 a 1980.

Na época de sua fundação, um grupo de empresários encabeçado por Armando de Freitas ingressou neste ramo têxtil devido à sua expansão e importância adquiridas no Nordeste durante esse período. Ademais eles perceberam as potencialidades da cidade para esse tipo de produção através de observações feitas que revelaram ser a tecelagem de redes o tipo de atividade com maior destaque entre as trabalhadas pelos artesãos locais.

Assim, na cidade de Areia, no início do século XX, algumas inovações tecnológicas foram implantadas no espaço fabril contrastando com a atividade artesanal desenvolvida anteriormente. As ferramentas foram substituídas pelas máquinas, parte da energia humana pela motriz, o modo de produção doméstico pelo sistema fabril. Tais mudanças trouxeram

forte impacto sobre a estrutura da sociedade, pois o operário diferente do artesão se submeteu a um novo tipo de trabalho que consistia na repetição de gestos e buscava aperfeiçoamento na rapidez da produção. O deslocamento desse operário em direção a um espaço apropriado e exclusivo do trabalho também demarcou a separação entre o público e o privado, entre o “trabalho” e a “vida”.

A ousadia dos empreendedores desse projeto inovador contribuiu para o desenvolvimento econômico e social da cidade, ao gerar oportunidades de emprego e renda, rompendo com a visão pessimista daqueles que enquadravam Areia no âmbito das cidades mortas. Aos poucos, a cidade foi se erguendo e passou a contemplar novos horizontes, o povo foi deixando o conformismo de lado e empenhou-se na recuperação do prestígio e importância evidenciados no século XIX.

Contudo, manter uma fábrica em pleno funcionamento requeria altos investimentos o que arrefeceu o ânimo de alguns participantes do grupo empresarial que acabaram desistindo do projeto fabril. Mas o idealizador da fábrica de fios, Armando de Freitas, deu continuidade ao empreendimento e obteve notável apoio financeiro de seu pai Torquato de Freitas, que além de banqueiro era cafezista e despontava nas lembranças de Horácio de Almeida (1958) como “o maior capitalista de que Areia teve conhecimento”.

Em meio às nossas entrevistas, fomos surpreendidos com a ligação existente entre o casamento do senhor Armando de Freitas e a criação da fábrica têxtil. Essa informação intrigante sobre o casamento dele nos foi relatada pelo senhor Francisco Alves da Silva²⁰, quando afirmou que seu Armando havia casado com uma apanhadora de café a qual trabalhava nos cafezais de seu pai. Mas esse casamento não foi convencional, pois a união foi forçada pelo lendário cangaceiro Antônio Silvino²¹, que passava na região, como apresenta o relato que segue:

Quem casou seu Armando foi Antonio Silvino, foi, que ele era rapaz novo, tomava conta de um barracão (bodega) e Antonio Silvino naquele tempo andava por aí. Aí chegou lá um dia, era a moça e a mãe, ela não tinha pai. Aí ele chegou um dia por lá, mandou a velha matar uma galinha pra ele comer. A velha falou que nem farinha não tinha. Aí a velha entrou lá pra dentro pra matar e começou a chorar e Antonio

²⁰ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Francisco Alves da Silva em janeiro de 2013.

²¹ Antônio Silvino, enaltecido por sua valentia, era líder de um grupo de cangaceiros e ficou conhecido como o Robin Hood nordestino, além de ter sido o ídolo que inspirou Lampião. A história conta que ele morreu no ano de 1914 após um confronto com a polícia de Pernambuco, mas a fábrica de fios só surgiu em 1924. Diante disso surge a seguinte indagação: como seria possível esse cangaceiro forçar um casamento se nesse período ele já havia morrido? Tudo isso nos traz a compreensão do caráter mítico dessa narrativa a qual apresenta um heróico ato de justiça que teria sido praticado por este cangaceiro. Sobre Antônio Silvino ver <http://valdecyvalves.blogspot.com.br/2012/12/arte-rupestre-caverna-mitica-e-cangaco.html>. Acesso em fevereiro de 2013.

Silvino ouviu. Ele perguntou: - Por que é que tá chorando? Ela disse: - Porque só tem mesmo água no pote e o pintinho, não tem nada. Aí ele disse: - Não tem nada não! Fez um bilhete e mandou né pro pai de seu Armando. Aí antes, quando ele tava fazendo o bilhete, aí a velha chorando. Mas por que é que você ainda tá chorando? Aí ela disse que seu Armando tinha bulido com a filha dela. Aí Antonio Silvino disse: - O que? Ela disse: - Foi. Aí ele na carta né, mandou pra despachar a feira e mandou o convite do casamento né? Foi. Mandando dizer com 15 dias vinha pra assistir a festa do casamento. Aí quando a feira chegou ele disse a velha: - Olhe velha, de hoje a quinze dias eu venho assistir o casamento de sua filha com ele. Aí a velha ficou meio assim, aí ele disse: - Olhe se prepare que eu venho! Com 15 dias Antonio Silvino bateu, aí já tava tudo pronto. Aí fizeram o casamento, aí seu Armando saiu de lá, não sei como foi, aí foi que botou a fábrica.

Porém, afetada pela crise econômica que abalou o país, essa fábrica têxtil transformou-se em sociedade anônima no ano de 1946 e passou a ser conhecida nominalmente como “Fiação e Tecelagem Arenópolis S/A”, tendo a família Freitas como seus primeiros acionistas: Armando de Freitas (diretor-presidente), Austragésilo de Freitas (diretor-gerente), Germano de Freitas (acionista), Severina de Freitas (acionista), além de Severino Alves Ayres (acionista), Olinto Vitor de Araújo (acionista) e José Cavalcante de Arruda (acionista). “O prazo de duração da companhia foi fixado pela 1ª Assembleia Geral Ordinária, votada em 30-01-1946, em 20 anos, a contar da data da votação de seus estatutos, conforme registro na Junta Comercial do Estado, sob nº 100 – Livro 7”, como afirma José Alves de Lima (LIMA, 1972, p.16). Todavia, fomos informados por esse antigo funcionário que o funcionamento da fábrica foi além do prazo fixado e só posteriormente é que requereu falência.

O processo de produção da fábrica era o seguinte: o algodão, matéria-prima, era comprado no sertão da Paraíba, beneficiado em Campina Grande e industrializado em Areia. O algodão chegava em fardos que eram transportados pelos operários até o depósito de algodão da fábrica. O processo iniciava com a seleção das felpas de algodão, passando pela mistura de felpas de diferentes fardos – nessa fase o trabalho era manual. As felpas passavam por uma limpeza e a seguir eram transformadas em mantas ou rolos pelas máquinas chamadas abridores e batedores.

Logo depois, passavam pelas máquinas de cardar para serem transformadas em fitas e em seguida, pela fiação, de onde surgiam os fios. Antes de chegar à seção de tecelagem os fios eram engomados. Na tecelagem, os fios horizontais e verticais eram cruzados e entrelaçados, passando por várias máquinas. Os fios para a urdidura²² iam para os carretéis e depois para as urdideiras, que alimentavam o tear. Os fios da trama²³ iam para as espulas, para

²² Urdidura: O conjunto de fios dispostos no tear paralelamente ao seu comprimento, e por entre os quais passam os fios da trama.

²³ Trama: O conjunto dos fios passados no sentido transversal do tear, entre os fios da urdidura.

as lançadeiras e em seguida para o tear. A peça de tecido pronto era revisada e ia para a fase de acabamento, onde era cortada, costurada e enfardada.

Essa mercadoria era transportada através do Porto de Cabedelo para o Rio Grande do Sul, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, além de atender o próprio mercado paraibano.

Por demonstrar grande capacidade administrativa, o industrial Armando de Freitas passou longos anos à frente da empresa, vindo posteriormente a passar o posto a seu filho Austragésilo de Freitas que introduziu máquinas mais modernas que ampliaram a capacidade de produção da fiação, cuja linha de fabricação era fio e tecido cru de algodão. Por essa razão,

No decorrer dos anos 1946 a 1965, a Fiação e Tecelagem Arenópolis S/A funcionou em pleno desenvolvimento, assegurando, não somente a sua condição financeira, como também a estrutura social e econômica do Município de Areia. Dela, os seus operários tinham asseguradamente garantidas todas as condições sociais e direitos criados pela CLT e outros diplomas trabalhistas (LIMA, 1972, p.16).

Contudo, as experiências dos operários compartilhadas através dos relatos orais de memória se contrapõem à afirmativa de Lima (1972), pois este defendia que os direitos trabalhistas assegurados pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) eram cumpridos, como veremos adiante.

É importante ainda considerar que a fábrica, para além de ser o lugar do trabalho, onde homens e mulheres exerceram determinadas funções, estava carregada de história, de memória, de experiências que o sujeito e seu grupo experienciaram. Sendo assim, o espaço praticado e vivido pelos operários, também se constituiu uma fonte em nossa pesquisa na medida em que nos permitiu ler as formas de organização do trabalho e as relações nele vivenciadas.

Ademais, com a execução do projeto fabril, “a pequenina cidade de Areia” teve suas feições modificadas ao implementar a atividade industrial que pressupôs um novo cenário onde ela pudesse expressar suas novas formas de sociabilidade moderna. Uma Areia cuja fábrica, ícone de modernidade, contrapôs-se ao antigo e ao modo de vida econômica até então dominante, pautado na agricultura, sobretudo nos engenhos, como também no comércio urbano e na feira.

Existiu em Arenópolis um emaranhado de experiências complexas, fios de memória que entrelaçados tecem histórias de vida, pois consideramos que o mundo do trabalho é marcado por tensões, composto por sujeitos históricos que nele interagem e modificam espaços, instituem sentidos e significados a tantos lugares e que, através de experiências

vividas isoladamente ou de forma coletiva, ensinam-nos sobre a arte de trabalhar, de ser e se perceber trabalhador, de construir laços de amizade, respeito e reciprocidade entre os seus.

Portanto, os sentidos que se atribuem às experiências variam de acordo com a época, o lugar de que se fala e a pessoa ou documento/monumento que se faz falar.

Como historiadores, precisamos enxergar o estudo da prática desse grupo operário como problematizações possíveis e não como premissas fechadas, para tanto, é necessário ampliarmos as condições de interpretação das ações bem como a motivação dos sujeitos históricos nelas envolvidos.

Nesse sentido, é importante analisarmos a relação existente entre mundo do trabalho e história oral, uma vez que os relatos orais de memória serão aqui utilizados como fonte primordial na tessitura da classe operária areiense de meados do século XX e de suas experiências no contexto urbano desse período.

2.3 Percursos e travessias metodológicas: narrativa, memória e oralidade

O Estatuto da Associação Brasileira de História Oral, fundada em 1994, em seu Art.1º, par.1º, esclarece o seu entendimento sobre história oral nos seguintes termos: “Por História Oral se entende o trabalho de pesquisa que utiliza fontes orais em diferentes modalidades, independentemente da área de conhecimento na qual essa metodologia é utilizada”.²⁴

Segundo Ferreira e Amado (1998, p.viii): “(...) é possível reduzir a três as principais posturas a respeito do status da história oral. A primeira advoga ser a história oral uma técnica; a segunda, uma disciplina; e a terceira, uma metodologia.” Na obra em que essa apresentação está inserida, intitulada “Usos e Abusos da História Oral”, e organizada pelas autoras acima citadas, a História Oral é por elas defendida como uma metodologia:

Em nosso entender, a história oral, como todas as metodologias, apenas estabelece e ordena procedimentos de trabalho – tais como os diversos tipos de entrevista e as implicações de cada um deles para a pesquisa, as várias possibilidades de transcrição de depoimentos, suas vantagens e desvantagens, as diferentes maneiras de o historiador relacionar-se com seus entrevistados e as influências disso sobre seu trabalho –, funcionando como ponte entre teoria e prática. (FERREIRA & AMADO, 1998, p. xvi)

²⁴ Estatuto da *Associação Brasileira de História Oral*, fundada em 1994, Art.1º, par.1º; In: *Revista de História Oral*, nº1, 1998:14

De acordo com Verena Alberti (1989, p.52), a História Oral é:

(...) um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica,...) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, etc...

Na perspectiva de Meihy (2000, p. 29),

História Oral é um conjunto de procedimentos que se iniciam com a elaboração de um projeto e que continuam com a definição de um grupo de pessoas (ou colônia) a serem entrevistadas, com o planejamento da condução das gravações, com a transcrição para o uso, arquivamento e, sempre que possível, com a publicação dos resultados que devem, em primeiro lugar, voltar ao grupo que gerou as entrevistas.

Através das referidas e apropriadas citações, percebemos que a História Oral conta com métodos e técnicas específicas, cuja utilização implica na constituição de fontes e arquivos orais que desempenham um papel significativo na produção de pesquisas e na constituição de estudos históricos. Essa metodologia tem sido utilizada por profissionais das mais diversificadas áreas do conhecimento, que através dos relatos orais dos depoentes registram as memórias desse outro, seu olhar e perspectiva peculiares, emoções e sensibilidades, elaborando a partir desses relatos novas narrativas.

Sendo assim, trabalhar com fontes orais requer todo um treino por parte do pesquisador que participa de forma efetiva na elaboração dessa fonte ao direcionar e conduzir o depoente de acordo com seus interesses, pois nenhuma questão é elaborada de forma gratuita. Daí o cuidado que o entrevistador precisa ter no momento em que conduz a entrevista, além da atenção redobrada em relação ao seu próprio comportamento, para que esse não transmita suas angústias nem force o depoente a responder de acordo com suas expectativas.

Nesse sentido, o encontro deve ocorrer de forma planejada e organizada, em um ambiente que favoreça a reelaboração e manifestação da memória do depoente, de tal modo que este fique à vontade tanto para discorrer sobre suas lembranças através de uma conversa fluida e rica em informações, como para expressar seus sentimentos, sorrir, chorar, lamentar, enraivecer-se, ressentir-se, ou até mesmo esquecer, pausar, silenciar. Cabe ao pesquisador ser paciente, estar com os ouvidos e olhos atentos ao depoente, percorrendo a trilha do relato por ele construído, distanciando-se, assim, do passado e do presente, neste caminho de dobras, idas e voltas.

No entanto, para além das questões técnicas, a utilização da História Oral pressupõe questões éticas, resultantes do compromisso firmado na relação entrevistador/entrevistado, no momento em que este compartilha suas lembranças passadas através do ato de rememoração, enquanto aquele formula uma narrativa escrita, pautada em cortes e interpretações efetuadas na fala do outro, que reflete o quanto esse processo de reelaboração da narrativa é marcado pela subjetividade.

Diante do exposto, o pesquisador se torna responsável tanto pela investigação quanto pela difusão das informações obtidas para o público leitor, enquanto o entrevistado, ao desvelar suas lembranças, torna-se co-autor do conhecimento produzido e sujeito da história.

Dessa forma, entende-se que os relatos orais de memória são passíveis de leituras várias, que resultam de operações complexas e seletivas, pois não há memória nem percepção pura, uma vez que estas reelaboram e ressignificam no presente aquilo que se apresenta aos sentidos. Destarte, o próprio depoente não sabe como o seu relato será lido pelo pesquisador, de modo que uma vez sancionado o uso da entrevista, a sua história será apropriada e adquirirá novos sentidos, por isso esse relato pode vir a assumir o caráter de um recurso tático, por parte daqueles que conhecem os perigos do “viver a contrapelo”, como esclarece Montenegro (2010).

Como o presente age sobre o passado atualizando-o, relativizando-o ou até mesmo deslocando os seus significados, em razão desta interferência, não podemos nos apropriar do passado como reflexo ou cópia do mundo. Segundo Montenegro (2010, p.40), “em razão do trabalho de elaboração, resultante da relação que se estabelece entre as memórias (passado) e a percepção de algo (presente), as marcas que se constituem como memórias devem ser compreendidas como registros híbridos”. E o próprio ato de rememorar contempla mediações e transformações.

Há de considerar também o lugar social do entrevistado, o contexto no qual se insere as suas narrativas e que possibilita a emergência do seu relato,

ao mesmo tempo, há que se compreender o lugar social do pesquisador, seus interesses, os aspectos técnicos e metodológicos da pesquisa e a operação da escrita. Institui-se uma relação em que os relatos orais, (...) se incorporam a um projeto e são deslocados para atender à lógica e à inteligibilidade do texto a ser produzido pelo pesquisador. (MONTENEGRO, 2010, p.41).

Além das questões metodológicas que compreendem entrevista, transcrição, permissão, análise e interpretação, e se constituem um aprendizado contínuo, não podemos

nos esquecer de que estamos lidando com experiências de sujeitos o que exige de nós sensibilidade, respeito e ética.

No entanto, grande parte das narrativas que utilizam os relatos orais de memória enquanto fonte fazem menção a fatos não registrados por outros tipos de documentos, a fatos cuja documentação se deseja completar ou abordar por ângulos diversos.

Nesse sentido, é possível afirmar que a metodologia da História Oral apresenta uma contribuição muito valiosa aos estudos e pesquisas desenvolvidos por profissionais das mais diversas áreas, por possibilitar auxílio no desvendamento de aspectos que outros métodos de investigação não alcançariam. Para Thompson (1992, p.44)

A história oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo. Estimula professores e alunos a se tornarem companheiros de trabalho. Traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade. Ajuda os menos privilegiados, e especialmente os idosos, a conquistar dignidade e autoconfiança. Propicia o contato – e, pois, a compreensão – entre classes sociais e entre gerações. E para cada um dos historiadores e outros que partilhem das mesmas intenções, ela pode dar um sentimento de pertencer a determinado lugar e a determinada época. Em suma, contribui para formar seres humanos mais completos.

No entanto, o autor não advoga com isto a exclusividade dessa metodologia, mas aponta com precisão as possibilidades de enriquecimento que ela fornece na construção da narrativa histórica e, de certo modo, chama a nossa atenção para a necessidade de se complementar as análises a partir da multiplicidade de abordagens e metodologias.

Nessa perspectiva, dentre as possibilidades de enriquecimento da fonte, a subjetividade do entrevistado aparece como um fator diferenciado, conforme argumenta Portelli (1988, p.67):

o elemento único e precioso que as fontes orais trazem para o historiador e que nenhuma fonte possui na mesma medida é a *subjetividade* do entrevistado. Se o enfoque da pesquisa é amplo e suficientemente articulado um panorama da subjetividade de um grupo pode emergir. As fontes orais não nos dizem apenas o que as pessoas fizeram, mas o que elas querem fazer, o que elas acreditavam estar fazendo, e o que elas agora pensam que fizeram.

Sendo assim, a História Oral apresenta como elemento de composição a possibilidade de aproximação da realidade das pessoas, que através da entrevista compartilham suas memórias atribuindo sentido e significado a acontecimentos remotos no tempo presente. Por essa razão, entendemos que a memória não apenas preserva informações, para as quais nos voltamos interessados por conhecer determinado passado, mas é ela mesma um processo

constante de atribuição de significados, não para o passado, mas para o presente, o que, em última instância, significa lidar de forma indissociável, com a relação passado/presente, no percurso das memórias. Pois como afirma Sitton (1989, p.12), “(...) A história oral são as memórias e recordações de gente viva sobre seu passado”.

Apesar do reconhecimento da metodologia da História Oral nos diversos centros acadêmicos, sua utilização em trabalhos e pesquisas tem provocado intensos debates a respeito da própria produção das fontes, nos levando a pensar não apenas a relação entrevistador/entrevistado, mas promover o diálogo pertinente entre história e memória, o que, com frequência, tem exigido remodelagens conceituais e redimensionamentos no escopo das pesquisas.

Desse modo, quando partimos para pensar a prática do historiador, percebemos que o campo historiográfico está repleto de discussões epistemológicas sobre o uso das fontes, e a tentativa de singularizar a narrativa histórica das demais narrativas consiste na busca pela verdade na história. Essa busca é algo comum desde a antiguidade clássica e estava presente nas posições antagônicas sobre a escrita histórica de Heródoto e de Tucídides, como nos apresenta Jeanne Marie Gagnebin (1997). Para Heródoto, a memória das testemunhas representava (simbolizava) a principal fonte histórica que garantia credibilidade à narrativa. Por isso, Heródoto procurava resgatar experiências passadas através de testemunhos alheios e dos seus próprios, construindo uma narrativa que se diferenciava da mítica. Tucídides, no entanto, ressaltava a fragilidade da memória das testemunhas em recuperar os acontecimentos, uma vez que essas adicionavam aos fatos memoráveis suas preferências pessoais. Por isso, a história para Tucídides deveria ser feita no presente, contando com a participação do escritor nos acontecimentos. Contudo, ambos valorizavam a palavra como meio de assegurar a verdade.

Nos anos 1950, Paul Ricoeur, passou a discutir não só a possibilidade de obtenção da verdade pela história, como a própria existência de uma finalidade para a mesma. Esse filósofo francês ofereceu aos historiadores uma importante discussão sobre a narrativa em história, ao transformar a narrativa no modo privilegiado, temporal e lógico, de organização e humanização do tempo. A narrativa seria, nesse sentido, uma espécie de reconfiguração das ações humanas, e funcionaria como uma imitação criadora das experiências temporais.

Na sua longa argumentação, em *Tempo e Narrativa* (1994), esse filósofo nos conduz a uma tese circular em que temporalidade e narratividade organizam-se reciprocamente. Segundo Ricoeur (1994, p.15), “o tempo torna-se tempo humano na medida em que está

articulado de modo narrativo; em compensação, a narrativa é significativa na medida em que esboça os traços da experiência temporal”.

Nesse sentido, as histórias relatadas através da narrativa, representam o tempo vivido, conduzindo-nos ao jogo das experiências sociais. Por isso, o ato de narrar tem um papel fundamental na produção da memória, uma vez que as narrativas ordenam e dão inteligibilidade ao mundo vivido. E o fato desses acontecimentos serem narrados os vincula à compreensão narrativa, que reúne em uma história, acontecimentos dispersos de forma alguma inocente, atribuindo-lhes significados polissêmicos.

Portanto, a história, vista como um dos gêneros que compõem o campo narrativo vê-se tomada na correlação entre temporalidade da experiência humana e o modo de narrá-la. E compreender a narrativa em Ricoeur, torna-se uma necessidade premente para empreender o entendimento da narrativa histórica, igualmente crucial para o tratamento de outro tema caro ao autor: a memória.

Para Ricoeur, a memória individual se alicerça e ganha forma na memória coletiva e quem promove a mediação entre ambas é o terceiro elemento que ele chama de *os próximos*, como ressalta Neves (2009). Daí resulta o importante papel que Ricoeur atribui à história por oferecer esquemas de mediação entre a memória individual e a memória coletiva.

Esse autor ainda ressalta que o lembrar-se é uma experiência de (re)significação, (re)conhecimento, (re)criação das coisas e de si e “não temos nada melhor que a memória para significar que algo aconteceu, ocorreu, se passou antes que declarássemos nos lembrar dela” (RICOEUR, 2007, p. 40).

Deste modo, certificamos-nos, a partir das discussões ora encaminhadas, que a História Oral possibilita a reconstituição e (re)interpretação de fatos históricos passados através dos relatos individuais e coletivos.

Por possibilitar que indivíduos pertencentes a categorias sociais geralmente excluídas da história oficial, possam ser ouvidos, deixando registradas para análises futuras a sua própria visão de mundo e a do grupo social ao qual pertenciam, atestamos a importância da História Oral e destacamos o seu uso por ter-se tornado imprescindível e extremamente significativa para o desenvolvimento da nossa pesquisa.

Além disso, essa metodologia é responsável pelo entrelaçamento entre memória, oralidade e narrativa, todas marcadas por pertencimentos, interesses e subjetividades, que determinam e estabelecem os limites entre a lembrança e o esquecimento, o dito e o não-dito.

Assim, reiteramos o nosso objetivo de tecer, através do brilho da história contada, uma nova tapeçaria textual sobre a cidade de Areia no século XX, a partir do surgimento de sua primeira e única fábrica têxtil, a “Fiação e Tecelagem Arenópolis S/A”.

2.4 No compasso das memórias o (re)construir das narrativas sobre Arenópolis, Areia e seus sujeitos

Aos operários é concedida a possibilidade de dizer-se e deste modo dizer a cidade. Aqui eles serão observados a partir de suas maneiras de fazer cotidianas e pelas representações que estas acarretam. Para Chartier (2002) as representações do mundo social são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam. Nesse sentido, o conceito de representação elaborado por esse autor nos permite articular as relações construídas entre indivíduos ou grupos com o mundo social ou por signos que permitem o reconhecimento de uma identidade social e exibem uma maneira própria de ser e estar no mundo, ao significar de forma simbólica um estatuto, uma ordem, um poder mediante a constituição do que seria o outro.

Portanto, sobre a experiência dos operários de Arenópolis nos sobrevieram as seguintes indagações: Como estes operários representavam a fábrica e a cidade na qual esta estava inserida? Quais as trajetórias e experiências compartilhadas através dos relatos orais de memória? Qual o processo de identificação pelo qual o grupo se definiu, diferenciando-se dos demais?

Como anuncia Prost (1998, p.129) “O grupo só existe na medida em que existe voz e representação, quer dizer cultura”. No embate que se instaura entre as formas de ver e significar sua própria existência, como também do outro que lhe é apresentado como forma de alteridade.

De acordo com Certeau (1994) é importante considerar os usos e práticas que os próprios operários fazem do espaço como habitantes, especialmente o da cidade; estar atento ao modo como esses transeuntes apropriam-se, cada um ao seu modo, dos códigos e dos lugares que lhe são impostos, subvertendo as regras e compondo formas singulares de se inserir na cidade. Ao estudar a reutilização e a (re)invenção do cotidiano a partir de escolhas efetuadas pelos sujeitos e suas relações com a cultura material existente, o que ocorre em

determinados contextos históricos, Michel de Certeau afirma que as representações também interferem na realidade, construindo-a e/ou desconstruindo-a, fazendo necessário ao historiador do cotidiano

Analisar as práticas microbianas, singulares e plurais, que um sistema urbanístico deveria administrar ou suprimir e que sobrevivem a seu perecimento; seguir o plural desses procedimentos que, muito longe de ser controlados ou eliminados pela administração panóptica, se reforçaram em uma proliferação ilegítima, desenvolvidos e insinuados nas redes da vigilância, combinados segundo táticas ilegíveis, mas estáveis a tal ponto que constituem regulações cotidianas e criatividades sub-reptícias que se ocultam somente graças aos dispositivos e aos discursos (ibid, p.175).

Segundo Maria Izilda Matos (2002, p.26) “o historiador do cotidiano tem como preocupação restaurar as tramas de vidas que estavam encobertas, procurar no fundo da história figuras ocultas, recobrar o pulsar no cotidiano, recuperar sua ambiguidade e a pluralidade de possíveis vivências e interpretações”.

Portanto, propomos-nos investigar o cotidiano dos operários para além do espaço da fábrica, ao dar atenção aos relatos orais de memória que ressignificam acontecimentos passados no tempo presente, atestando que “longe de ser o relicário ou a lata de lixo do passado, a memória vive de crer nos possíveis, e de esperá-los, vigilantes, à espreita” (CERTEAU, 1994, p.163).

Mediante essa situação, nosso trabalho se propõe por em evidência o modo como esses sujeitos percebem e interpretam o vivido, contam e recontam suas histórias, a partir das experiências adquiridas enquanto operários da Fiação e Tecelagem Arenópolis S/A.

2.4.1 Tecendo “Marias”? Fiar e tecer: uma atividade muito mais feminina que masculina

Gilberto Freyre, ao escrever *Casa-grande & senzala* (1936), definiu a família patriarcal rural como célula *mater* da formação da sociedade brasileira – “agrária, escravocrata e híbrida”. O autor em sua memorável obra, também destacou o rigor do sistema patriarcal à época, ao dizer que, para preservar as mulheres dos olhares e assédios públicos, o próprio espaço doméstico foi cuidadosamente projetado de forma que as alcovas ou quartos foram construídos sem janelas no interior da casa, para que elas não fossem vistas pelos

homens de fora da família, limitando-as a espiar a rua através das rótulas, vendo sem que fossem vistas.

A descrição da família brasileira proposta por Freyre (1936) recebeu muitas críticas e não foram poucos os autores que o acusam de uma generalização a partir de um modelo de passado longínquo, de um nordeste ainda colonial. Porém, outros afirmam que o autor não falava de um modelo e sim de uma “mentalidade”, que ultrapassava de longe o âmbito da família biológica, para se aninhar no seio da própria sociedade colonial, com repercussões até os dias atuais.

Para Le Goff (1988) a mentalidade estaria situada “ao nível do cotidiano e do automático, da irracionalidade e dos arcaísmos, da afetividade e do inconsciente, daquilo que um determinado homem tem em comum com outros de sua época”. Dessa forma, o modo de pensar e de agir que Freyre descreveu no âmbito de *Casa-grande e senzala*, e que foi estendido ao Brasil, estaria bem próximo do conceito de mentalidade de Le Goff (1988). Trata-se de uma arquitetura mental em que a dominação e a submissão aparecem como uma “doce intimidade”, e a valorização de algumas qualidades dos dominados pelos dominantes (e vice-versa) aparece para que não ocorra, em nenhuma hipótese, uma equivalência entre esses diferentes atores sociais, mas que em última instância acabaram por construir uma estrutura de comportamentos hierarquizados.

Sendo assim, na família patriarcal uma importante função social estava delegada à mulher, na reprodução de herdeiros, no trabalho doméstico e na produção de bens de consumo. No entanto, possuir tais funções na produção ou organização familiar não correspondia à posse de poder ou participação nos mecanismos públicos de controle social, pois numa sociedade que dividiu o mundo entre público e privado, a família consistia no limite de atuação feminina.

Todavia, “a partir de meados do século XIX, quando as primeiras fábricas têxteis começaram a ser fundadas, uma nova categoria de emprego, a de operária, abriu-se para a mulher dos mais baixos estratos sociais” (PENA, 1981, p.91). Isso porque fiar e tecer, produção que antes corria no âmbito doméstico e por conta das mulheres, industrializou-se com o ramo de fiação e tecelagem no qual a participação do trabalho feminino era acentuadamente mais alta, tendo em vista que a mão de obra era mais barata e subserviente.

Portanto, ao pensarmos o cenário industrial do século XIX e mais especificadamente do século XX, não podemos deixar de mencionar a importância das mulheres nesse processo, uma vez que a preponderância da mão de obra feminina nos primórdios da Revolução

Industrial já é algo bastante conhecido e discutido por autores como Rago (1985, 1997), Perrot (1988), Hobsbawm (1979), entre outros, cujos estudos proporcionam uma análise consistente sobre a industrialização e a participação feminina no trabalho fabril. O próprio Hobsbawm (1979, p.64), fazendo referência às fábricas de tecidos da Inglaterra e sua preferência por mulheres e crianças afirma que “em 1838 apenas 23% dos trabalhadores das fábricas de tecidos eram homens adultos”.

Contudo, a leitura desses e outros estudos demonstram a importância crucial e a participação majoritária das mulheres nas fábricas de tecidos, ocupando-se dos fusos e teares, contribuindo significativamente para a consolidação do capitalismo no Brasil e em outros países mundo a fora.

Todavia, o trabalho feminino no contexto da família patriarcal era tratado como complementar. Complementar ou não, o fato é que as mulheres estavam sujeitas a uma jornada de trabalho maior que a dos homens e seus salários eram frequentemente menores. Conforme Pena (1981, p.109):

(...), no final do século já se tinha informações discriminando pagamentos por idade e por sexo, onde crianças e mulheres recebiam salários mais baixos, além de serem estes discriminados também segundo as tarefas desempenhadas no processo de produção. Com o desenvolvimento industrial, famílias inteiras começaram a entrar para as fábricas na categoria de trabalhadoras; [...]. O que convém ressaltar é que, desde o início do processo fabril no Brasil as mulheres, mesmo quando desincumbiam-se de tarefas semelhantes àquelas desempenhadas pelos segmentos masculinos, recebiam salários menores.

Nesse sentido, três questões merecem ser avaliadas e respondidas no que se refere à participação das mulheres no processo de industrialização têxtil na cidade de Areia: Quem eram essas mulheres e como foram atraídas ou recrutadas para o trabalho fabril? Quais as atividades que desempenhavam no interior da fábrica? Quais as condições dentro das quais desenvolviam tais atividades?

Tais questionamentos uma vez respondidos podem nos ajudar a entender um pouco mais sobre o cotidiano dessas mulheres operárias, o significado que o trabalho representou para suas vidas e o papel que elas cumpriram no contexto social, dentro e fora da fábrica.

Convém observar que fiar e tecer eram atividades ocupadas em sua maioria por mulheres e seu desempenho não exigia qualificação, assim a especialização era vista como desnecessária pelos patrões uma vez que o aprendizado das iniciantes se dava no próprio ambiente de trabalho e era ensinado pelas operárias mais experientes. O mesmo não acontecia com os homens, cujas funções a eles destinadas exigiam maior qualificação, como os cargos

de chefia, de contramestres e as gerências. Ademais, o salário que as mulheres operárias recebiam não era fixo, pois quem determinava o valor era a produção, metragem e qualidade do produto nem sempre favorecida pelos fios e máquinas. No entanto, tanto homens como mulheres eram cobrados quanto à agilidade das mãos, atenção vinculada às atividades desenvolvidas e ao alto índice de produtividade, sendo estas as exigências mais frequentes nesse universo capitalista. Não é a toa que o industrial Armando de Freitas “utilizava todos os meios possíveis para a obtenção de lucros, e para concorrer, no mercado, com outras empresas” (SOUZA, 2008, p.105).

As mulheres de Arenópolis compunham cerca de 90% da força de trabalho, embora os cargos de chefia fossem majoritariamente masculinos. Tal dominância demonstrava como as mulheres, mesmo fora de casa, em meio a essa sociedade patriarcal, eram ‘comandadas’ pelo sexo oposto.

Nesse sentido, entre as várias narrativas ouvidas, selecionamos as que melhor se adequam as questões formuladas com o intuito de conhecermos um pouco mais sobre essas mulheres operárias.

Nossas narradoras relatam que a fábrica era espaçosa, iluminada, com janelas que favoreciam a ventilação, embora a constante movimentação das máquinas e de homens e mulheres no interior das instalações ocasionasse o aquecimento desse ambiente. O trabalho operário era braçal e exigia muita concentração, eram horas exaustivas de repetição, que sugavam ao máximo a energia dos operários, que manuseavam máquinas grandes e não utilizavam equipamentos de segurança. Pó, felpas de algodão no ar, calor e barulho compunham o ambiente em que operários e operárias trabalhavam ‘incansavelmente’.

Mas o que motivou essas mulheres a deixarem o aconchego do lar, os encantos da escola e se dedicarem ao trabalho desde cedo? Como reflete Ecléa Bosi (1999, p. 417):

[...] sofremos no dia-a-dia a inexorável divisão que nos constringe a deixar a casa pelo trabalho, a juventude pela maturidade e nos rouba do convívio mais caro. É a força do tempo social marcado por pontos de orientação que transcendem nossa vontade e nos fazem ceder a convenção.

Deixar a casa pelo trabalho: é assim que iniciamos a história de Arenópolis ao tomar como referência o relato comovente da menina Maria do Socorro do Nascimento²⁵ quando rememora a ocasião em que começou a trabalhar:

²⁵ Entrevista concedida à autora pela Sra. Maria do Socorro do Nascimento em agosto de 2012.

Meu pai foi embora com outra mulher, aí minha mãe ficou com oito filhos e eu tinha 12 anos. (...) minha mãe ia dar meus irmãozinhos né? Aí eu fiquei muito triste, chorei muito, aí eu disse: - Minha mãe arruma um empreginho pra mim que eu vou trabalhar pra ajudar a senhora a criar os filhos. Minha mãe falou com uma mulher que trabalhava na fábrica e ela me levou pra me apresentar lá ao dono, mas ele não queria deixar eu ficar porque eu era pequena, assim franzininha, meia pálida. Mas a mulher contou a situação da minha mãe aí ele deixou eu ficar no trabalho. (NASCIMENTO, 2012).

Percebemos que por força das circunstâncias, a vida levava Nascimento ainda criança a envolver-se com o trabalho fabril, não medindo esforços para ajudar sua família nem tão pouco cruzar os braços diante das dificuldades ora apresentadas. Sofreu a dor de ver seu pai trair e abandonar a família, partilhou das tristezas que essa perda acarretara, sentiu medo de ver sua família esfacelar-se, de perder a companhia dos irmãos ainda pequenos, e suportou ouvir cotidianamente os lamentos e queixas de sua mãe. Esqueceu-se da esperança e deparou-se com o ressentimento.

No entanto, ela foi mais forte que a dor! Embora “pequena, franzininha e pálida”, portou-se como uma mulher forte e decidida, enfrentou sua timidez e conseguiu um emprego. É certo que sua história sensibilizara os donos da fábrica, mas sua dedicação às atividades realizadas com tanto esmero, renderam-lhe longos anos de trabalho reconhecido, embora não recompensado. Contudo, ela fez da fábrica um ‘novo lar’, construiu amizades e vivenciou experiências, resultando desse processo crescimento e aprendizado coletivo.

Mas como empregar uma criança que na ocasião tinha apenas 12 anos de idade? Por que razão, sua mãe ao invés de trabalhar, já que o trabalho na fábrica além de cansativo era pesado, simplesmente arranhou um emprego para sua filha livrando-se daquela obrigação? Poderíamos supor que o fez porque precisava cuidar dos seus filhos menores, mas o cuidado das crianças não poderia ter ficado a cargo de Maria do Socorro? Confesso que me senti inquieta com a situação e ao mesmo tempo tímida em levantar tais questionamentos que logo foram esclarecidos em sua fala: “minha mãe tinha tido paralisia infantil quando era pequena”. Eis a resposta: seu condicionamento físico não lhe permitia exercer as atividades que Arenópolis disponibilizava.

Mas as indagações não pararam por aí. Como privá-la do convívio afetivo do lar se não fosse a necessidade urgente do trabalho que aparece ainda na infância como solucionador de problemas? Como tornar prazerosa uma atividade que consumia tempo e lhe roubava do convívio familiar? A despeito de todas as perdas, a maior delas seria sentida se ao invés de se perder, perdesse a família, os irmãos. Por isso, ela insiste em trabalhar, e com esse objetivo

sua história triste é compartilhada e acionada como um escudo que a protege e faz forte ao mesmo tempo em que comove aqueles que a ouvem e os mobiliza.

Eles não queria me aceitar né? Aí a mulher contou a história e da minha mãe, que minha mãe não tinha emprego, não tinha nada, ficou com oito filhos, sem emprego, sem nada e minha mãe tinha tido paralisia infantil quando era pequena, também ela, era assim sabe, a perna dela era meia fininha meia esquecida. Ela manquejava e tudo, aí pronto, aí que nem eu contei, ela ia dar meus irmão aí eu preferi entrar pra trabalhar sem ter a idade de trabalhar né? (NASCIMENTO, 2012).

Assim como Nascimento (2012), muitas mulheres foram contratadas clandestinamente, por não se enquadrarem na legislação trabalhista²⁶ em vigor naquela época. Contudo, as astúcias cotidianas conduziram as mesmas através de uma vontade própria e/ou do consentimento da família a aumentarem sua idade, como enfatiza nossa colaboradora

Eu trabalhei um ano, aí quando eu tava com treze anos, que eu entrei com doze, quando eu tava com treze anos de idade né, aí eu ia sair, ia sair do trabalho, aí eu chorei muito, chorei muito pedindo a ele que não me tirasse né? que se eu saísse, eu e meus irmãos e minha mãe ia passar necessidade né? Aí o mestre da fábrica se chamava seu Crispino, se compadeceu muito de mim e foi falar com seu Austragésilo... que era o dono da fábrica. Aí seu Austragésilo disse que eu só podia ficar se minha mãe fosse e consentisse aumentar a minha idade. Aí no outro dia levei minha mãe né, fui com a minha mãe, fomo lá pro escritório, minha mãe falou lá com seu Austragésilo e tudo aí ele disse olhe sua filha só pode ficar se aumentar a idade pra ela ficar com 15 anos, que eu tinha 13. Aí foi de obrigado aumentar, aí minha mãe aumentou né? Aí eu fiquei, no meu registro eu fiquei de 15 anos, aí fiquei trabalhando. (NASCIMENTO, 2012).

Relatos como esse nos conduzem a reflexões paradoxais: teria sido contratada pela comoção que causara seu drama? A bondade do dono da fábrica teria possibilitado aquela contratação, ou seria apenas mais uma entre as inúmeras forças de trabalho vendidas para enriquecer o bolso do capitalista? O fato é que embora ela rompesse os preconceitos suscitados pela aparência física e se enquadrasse no perfil de operária, submissa às ordens estabelecidas pelo dono da fábrica, desenvolvendo suas atividades com competência, chegando no horário estabelecido e contribuindo para uma produção rentável, sua faixa etária poderia causar transtorno e acarretar sérios problemas.

Portanto, a única alternativa exposta pelo industrial para resolver essa questão seria demiti-la. Tal constatação lhe trouxe preocupações consideráveis, sobretudo ao pensar o que seria de sua família se ela fosse obrigada a deixar o emprego. Desesperada com as

²⁶ A CLT, que regulamentou o trabalho a partir de 1943, traz no seu capítulo IV as disposições sobre o trabalho do menor de 18 anos. Na redação original do artigo 403, proibia o trabalho aos menores de 14 anos. BRASIL. Decreto-Lei nº 5452 de 1º de Maio de 1943. Consolidação das leis do trabalho.

consequências que a perda do trabalho lhe acarretaria, ela chorou muito, como sempre colocando a sua família em primeiro lugar e responsabilizando-se por qualquer infortúnio. Na tentativa de mediar aquela situação, a menina Maria do Socorro Nascimento contou com o apoio sincero e amigo do mestre Crispino que se dispôs a conversar com seu Austragésilo. Após a conversa que tiveram, o dono da fábrica apresentou-lhe outra alternativa: aumentar a idade da operária.

Quanto à menina, outra indagação se instaurava: sair do emprego ou aumentar a sua idade? Não pensou duas vezes e no dia seguinte estava no escritório juntamente com sua mãe para tratar do assunto. A mesma concordou que a filha tivesse sua idade aumentada para continuar trabalhando, desta feita ‘legalmente’.

Mas aumentar a idade? Seria possível? Como resposta constatamos a seguinte subversão da lei, exposta por Nascimento (2012) que esclarece:

[...] aí minha mãe foi tirar o registro, quando chegou lá o nome do dono do cartório se chamava seu Zé Neiva, aí ele não queria tirar de jeito nenhum porque tinha que aumentar dois ano em cima da minha idade. Aí minha mãe contou a situação e tudo, aí ele chegou e comentou né, fez o registro com a idade aumentada mas ele disse a minha mãe assim: - eu vou fazer o registro dela com essa idade mas o que acontecer de hoje em diante com ela você é responsável. Aí como eu era uma menina assim muito calma, só do meu trabalho pra casa, de casa pro trabalho né? Aí graças a Deus aumentou a minha idade, eu fiquei trabalhando...

O registro foi feito, mas a mãe sentiu-se ameaçada e intimidada com a fala do dono do cartório: “o que acontecer de hoje em diante com ela você é responsável”.

Todavia a narradora se compromete diante da situação “aí como eu era uma menina assim muito calma, só do trabalho pra casa, de casa pro trabalho né?” deixando subentendido que sua mãe não teria problemas após esse acréscimo, pois seu comportamento era exemplar. Além disso, seu temperamento calmo e sua submissão no lar também foram manifestos na fábrica, possibilitando à operária trabalhar por longos anos, envolvida em atividades diversas, sem queixas e reclamações. Portanto, ao aumentar sua idade, a menina operária só explicitou o benefício do trabalho, visto como algo dignificante e meio provedor do sustento de sua família. Mas é importante enfatizar que a mão de obra feminina era mais barata e aparentemente mais submissa, e ao dono da fábrica convinha lucrar em toda e qualquer situação.

Na fábrica, Nascimento exerceu algumas funções: trabalhou no acabamento, no liçador, no batedor e na tecelagem e explica que “as tecelagem era umas máquinas de ferro que chamava de tear, os tear, era muitos...” e se põe a gesticular como a atividade era feita,

afirmando que nos dias atuais se ela viesse a se deparar com aqueles equipamentos de outrora, ainda os faria funcionar como antes, pois o ofício era bom e difícil de esquecer.

Nossa outra “Maria”, que tem por nome Maria Violeta da Cruz²⁷, também iniciou suas atividades na fábrica com 12 anos de idade como relata:

Eu tinha doze anos aí tive que aumentar mais um ano para poder trabalhar. [...] Foi através de uma amiga né, que ela era gerente da fábrica, aí eu queria trabalhar, era tudo muito difícil, naquela época era tudo tão difícil. Aí eu estudava mas queria trabalhar, só sei que eu falando com ela e a fábrica tava precisando de ajudante, aí [...], ela arranhou uma vaga pra mim e eu comecei. (CRUZ, 2012).

Constatamos que o contrato de mulheres menores era uma prática habitual, pois importava aos industriais ter acrescido o número de trabalhadores, o que refletia no aumento da produção e considerável retorno financeiro. Entretanto, os salários na nossa compreensão eram ínfimos, pois enriquecendo os patrões, aquelas operárias se faziam cada vez mais “pobres”. Mas a narrativa mencionada anteriormente chama a nossa atenção para um grave problema que se instaurava: a dificuldade de conciliar o trabalho com os estudos. E como constatamos era uma ocorrência comum, os operários largarem seus estudos em detrimento do trabalho, sobretudo no caso das mulheres, que passavam a cumprir uma jornada dupla como operárias e domésticas. As justificativas eram variáveis, mas o trabalho na fábrica tinha sua primazia e apesar de exaustivo e repetitivo, aparece nas lembranças como algo dignificante. Indagada quanto a uma possível conciliação entre trabalhar e estudar Cruz (2012) adverte:

dava não mulher,[...] eu tinha estudado num sabe, eu estudei assim em escola de sítio mesmo, aí eu estudei depois eu fui pro Álvaro Machado...eu nem me lembro mais. Ainda deu pra eu aprender a fazer meu nome, ler uma carta, escrever com uma letra meio garranchada, mas deu...(risos).

A operária, logo que começou a trabalhar, largou os estudos. Contudo, ter aprendido a ler e escrever era o bastante para satisfazê-la, embora as recordações referentes ao ensino e aprendizagem adquiridos se apresentem pouco relevantes ao ponto da nossa colaboradora expressar abertamente “eu nem me lembro mais”.

Situação semelhante é relatada pela menina Maria do Socorro do Nascimento: “Estudar eu estudei muito pouco, porque meu trabalho era assim, sabe? Muito. Só tinha tempo de estudar de noite, mas eu morava num sítio meio longe [...]”. Na tentativa de modificar essa situação, os donos da fábrica abriram uma escola para alfabetização dos

²⁷ Entrevista concedida à autora por Maria Violeta da Cruz em agosto de 2012.

operários e seus filhos, mas essa iniciativa não foi tão promissora devido ao cansaço sentido pelos operários após exaustivas horas de trabalho.

Ao tomar como referência o antigo espaço fabril, essa operária recorda:

A derradeira casa da esquina, ali teve tempo que foi uma escola que a gente estudava (os operários), que até eu estudei lá também. Mas eu não pude estudar muito que meu trabalho não dava pra estudar que era do jeito que eu contei pra você, aí não tinha tempo assim de estudar. Eu ainda estudei quando eu tava trabalhando na tecelagem...que tinha uns horário assim aí naquele horário que eu tinha vago eu estudava, estudei, ainda escrevi alguma coisinha, aprendi assinar meu nome, aprendi alguma coisa né? Estudei, nesse tempo era primeiro ano, aí quando eu tava no segundo ano...eu saí, porque com o trabalho não dava mais para estudar.[...] Depois que não tinha mais escola fizeram o almoxarifado. (NASCIMENTO, 2012).

A narrativa acima nos conduz a uma reflexão sobre a relação que a memória estabelece com os lugares. Poderíamos passar tantas vezes naquela rua e por não experienciar aquele lugar nenhuma recordação emitiríamos, não passaria de pedra, tinta e tijolo. No entanto, para a operária Maria do Socorro Nascimento a derradeira casa da esquina trazia à baila suas lembranças e, apesar das modificações sofridas, ela era capaz de visualizar a imagem presente de uma coisa ausente, fazendo com que a própria materialidade se transformasse em representação.

O menino Luiz Roque da Silva²⁸, filho de uma das operárias, também estudou nessa escola que assim como a fábrica recebeu o nome de Arenópolis. Ao rememorar sua experiência, ele compartilha:

A fábrica, ela tinha a própria escola dela. Em frente ao correio num tem um beco? Onde mora o pai de Elói? Ali, era a escola dos aluno, era a escola pra os aluno, pra os filho dos funcionário da fábrica. Só estudava lá filho de funcionário da fábrica, inclusive eu estudei lá. Minha professora era dona Elenilda, primeira professora minha, a irmã de dona Carminha. Depois foi dona Bel, depois foi dona Penha de seu Tecindo. Dona Zefinha, a mãe de seu Didiu [...].

Como vimos, só estudava nessa escola quem mantinha algum vínculo com a fábrica; fossem os operários, como informa Maria do Socorro, fossem seus filhos, como nos conta Luiz. Como proprietário, seu Austragésilo também era responsável pela manutenção da escola,

Era o dono do prédio, de tudo e dava a manutenção da escola que na época não era essa manutenção toda. Pra começo nem merenda tinha, quem quisesse merendar tinha que levar de casa. Era na época que se você quisesse estudar, você tinha que

²⁸ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Luiz Roque da Silva em janeiro de 2013.

ter o dinheiro para comprar o lápis, a borracha, o caderno, o livro. Nem tinha farda também, era normal entendeu? [...] O horário da gente era de uma as quatro, pela tarde. Eu não lembro se pela manhã tinha, eu sei que tinha a tarde e tinha a noite. A noite era de sete as nove. [...] Como filho eu tinha direito de estudar. (SILVA, 2013).

Estudava porque era o mais velho entre os filhos e pelo acesso gratuito. No entanto, a escola não durou muito tempo e logo fechou suas portas, transformando-se em almoxarifado.

Tais experiências contrastam com a representação de Areia como “Terra da Cultura”, de gente ilustrada, terra de intelectuais e artistas, pois nos leva a compreender a complexidade dos atores sociais que vivenciaram tramas variadas dentro de um mesmo tempo e espaço, ou seja, a Areia do século XX. Leva-nos a abarcar outra percepção, narrativa e prática social presente no espaço da urbe, particularmente da classe operária, marginalizada diante desse contexto de modernização. Isto porque as representações se relacionam com os grupos sociais e como enfatiza Chartier (1994, p.107): “as representações coletivas incorporam nos indivíduos as divisões do mundo social e estruturam os esquemas de percepção e de apreciação a partir do qual estes classificam, julgam e agem”.

Não é a toa que o próprio Silva (2013) ao recordar as oportunidades de estudo em Areia enfatiza que “naquele tempo só quem estudava era o filho de rico, o povo não tinha direito de estudar não”. Essa situação talvez se desse pelo fato das crianças ricas se dedicarem apenas aos estudos, já que os pais podiam mantê-los satisfatoriamente. No entanto, as crianças pobres vivenciavam outra realidade, pois em sua maioria, começavam a trabalhar desde cedo, apresentando dificuldade e até falta de interesse em conciliar trabalho com estudo.

Tanto que seu Cícero Alves dos Santos²⁹, filho de outra operária da fábrica, quando questionado sobre os estudos de sua mãe e sua experiência na escola, informa-nos que “estudava nada, ninguém estudava naquele tempo. Ia tirar os registro, tirava tudo errado. [...] A gente ia pra uma aula que tinha aqui no Rio do Canto, eu ia só atrás de comer leite em pó [...] me dava um bucho inchado o infeliz de noite [risos]”. Observamos que Santos (2013) demonstrou pouco interesse em estudar, para ele o que valia mesmo era a merenda, que embora provocasse mal estar lhe deixava com o “bucho cheio”.

Para além das questões escolares, ao retomarmos a história da operária Maria Violeta da Cruz, percebemos que esta quando admitida na fábrica não passava de uma simples ajudante, como explicita: “era ajudante das fiandeiras. [...] As máquinas era muito grande...aí de um lado elas trabalhando tinha que ter a ajudante. Aí eu era ajudante...elas cuidava da parte da fiação e eu de colocar as canela. [risos]” (CRUZ, 2012). No entanto, quando completou 16

²⁹ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Cícero Alves dos Santos em janeiro de 2013.

para 17 anos, tornou-se experiente no ofício e passou a ser fiandeira, tomando conta de um lado da máquina e sendo auxiliada por uma nova ajudante.

De acordo com nossa colaboradora “a fábrica era grande, tinha a fiação, tinha a urdideira, tinha tiragem, tinha o batedor, tudo isso, a fábrica era grande. Então tinha uma divisão, depois dessa divisão era a tecelagem, agora da tecelagem eu não sei de nada, [risos]” (CRUZ, 2012). Através desse relato, aferimos que existiam sérias limitações quanto ao conhecimento do processo de produção têxtil provocada pela divisão setorial do trabalho fabril, que conduzia operários e operárias a desenvolverem, experienciarem e conhecerem apenas a parte que lhes cabia na produção.

Como analisa De Decca (1990), no sistema de fábricas, estava em jogo relações de poder que determinavam o próprio limite da produção de saberes. Se antes o saber técnico obtido pelos trabalhadores domésticos representava um momento de autonomia quanto ao domínio do processo de trabalho, agora, nas fábricas, a divisão setorial impondo uma disciplina férrea aos trabalhadores retirava-lhes saberes – dentre eles o técnico – e os transferia para o mando do capitalista. Desse modo, a produção de saberes técnicos ficava totalmente alheia àquele que participava do processo de trabalho, pois cada operário desempenhava uma atividade específica de apenas uma das etapas de confecção. “Assim, não estão em jogo na fábrica apenas questões relativas à acumulação do capital, mas também mecanismos responsáveis pela concentração do saber e, conseqüentemente, de dominação social” (ibid, p.39).

Em Arenópolis o trabalho era exaustivo, pois a fábrica funcionava de segunda a sábado, vinte e quatro horas por dia, com seus operários devidamente alocados em suas atividades e desempenhando suas funções sem conhecer ou manipular todo o processo de produção. Dia e noite eles revezavam seu turnos e se organizavam da seguinte forma: o primeiro turno chegava às 06 horas da manhã e saía às 14 horas da tarde, o segundo entrava as 14 e saía às 22 horas da noite, o terceiro ia de 22 horas até às 06 horas da manhã do dia seguinte. Tais jornadas de trabalho e até mesmo o enquadramento em mais de um turno ou em turnos variados afetou consideravelmente a vida desses operários.

Sobre a pressão exercida pelo tempo, Bosi (1999, p.417) traz importantes esclarecimentos que nos conduzem a uma reflexão mais atenta sobre o caso específico desses operários:

O ciclo dia e noite é vivido por todos os grupos humanos mas tem, para cada um, sentido diferente. [...] As jornadas operárias em turnos alternados semanais afetam a

coerência da vida da família, roubam o passado e o futuro. Impedem os projetos e a sedimentação das lembranças, lançam o trabalhador num tempo mecânico, homogêneo, onde qualquer ponto pode ser o de origem, onde não há marcos de apoio.

Desse modo, o ritmo do sono e até o sistema nervoso foi violentado para que estes operários pudessem seguir os vetores de um tempo sem margens e mergulhar nesse tempo vazio que decompõe a vida para que o objeto da indústria se integre e se componha. Assim, “o tempo social absorve o tempo individual” e o tempo gasto no trabalho árduo e monótono desempenhado na fábrica, contrasta com os feriados e as festas, com o lazer e o divertimento em família.

Sobretudo, o tempo com a família era o mais prejudicado, como rememora o filho de uma operária ao relatar a pouca atenção recebida de sua mãe:

Dava que era o jeito (fala com aparente descaso). Pois ela dava atenção a gente assim, no horário de fazer o café da gente e o comer ela fazia, quando terminava de fazer o comer ela ia se deitar, pronto. [...] De dia mesmo quando ela terminava de fazer o comer da gente já ia dormir, não podia tá o dia todo assim não. (SANTOS, 2013).

Com o corpo cansado pelo desgastante trabalho com as máquinas, a operária ainda se via obrigada a dobrar seu turno para ganhar um dinheirinho a mais. Tanto que seu filho recorda que o trabalho da mãe “era cansativo, porque quando a gente dobra de um horário para outro, qualquer um cansa”. No entanto, apesar de todo esforço empregado pela mãe, Santos (2013) enfatiza: “me lembro assim, quando a gente morava nessa rua aí debaixo aí [...]eu ainda me lembro que ela dizia – ai meu Deus que dinheiro pouco[...] era pouco demais o dinheiro. Aí a gente ia para aquelas mata [...] atrás de lenha pra vender por aqui nessa Vila.” Isso ocorria já que na ocasião eles moravam na Chã do Galo, uma rua que fica próxima a antiga Vila Operária, ou seja, o salário que a operária recebia na fábrica não dava para manter a casa e sua família, o que fez com que seus filhos procurassem outras alternativas de sobrevivência, como cortar lenha, pois muitos fogões eram movidos à lenha naquela época. Ademais, o pai os havia abandonado, deixando a responsabilidade da criação e manutenção dos filhos a cargo da “mãe solteira”:

Meu pai trabalhou não senhora, o meu pai foi desligado da gente eu fiquei foi pequeno [...] Então era só ela mesmo, só ela mesmo até nós se casarmos [...]. E o serviço dela, era mais esse serviço de fiação na tecelagem, fazendo aqueles material assim de fio, saco, só era o que eu via mesmo. [...] Tinha horário que ela pegava de seis da manhã às dez e meia, onze horas do dia. (SANTOS, 2013).

Assim, a maioria das mulheres de Arenópolis cumpriam uma dupla jornada de trabalho, como operárias e mãe de família, nas atividades fabris e nos afazeres domésticos. Portanto, restava pouco tempo para diversões e lazer. Todavia, na festa da padroeira de Areia, Nossa Senhora da Conceição, que ocorre ainda hoje no mês de dezembro, Santos (2013) rememora “[...] nessa época ela ainda acompanhava a procissão, às vezes alguma noitinha de novena e às vezes a gente nem ia”. Isso porque sua mãe “era assim, era, católica ela era sim, mas [...] não vou dizer que ela frequentava a igreja direto, vivia mais no serviço”. Ao relatar a experiência de sua mãe, ele confirma com seu tio as informações, já que este estava presente na conversa “Mãe trabalhou naquela fábrica mais de cinco anos não trabalhou tio? Trabalhou. Mais de cinco anos, no tempo não tinha nem esse negócio de sindicato não”.

Todavia, para além da apropriação do tempo e sua interferência no desenrolar das atividades cotidianas, a vigilância era constante e para adequar os trabalhadores à nova ordem do trabalho fabril, foi-lhes introjetado no corpo um relógio moral, que fez do tempo das máquinas o tempo dos homens e estendeu a crítica à ociosidade a todas as esferas da sociedade; deste então, todo tempo devia ser consumido. Nas palavras de De Decca (1990, p.10): “introjetar um relógio moral no coração de cada trabalhador foi a primeira vitória da sociedade burguesa, e a fábrica pareceu desde logo como uma realidade estarrecedora onde esse tempo útil encontrou o seu ambiente natural”.

Em Arenópolis, todo tempo devia ser gasto no desempenho das atividades, na produção acelerada, na vigilância constante, no concerto eficiente de máquinas e na atenção persistente dos operários que velavam junto a estas. Enfim, na exigência máxima imposta a cada trabalhador, absorvido pelo adágio popular “sangue, suor e lágrimas”.

Assim, os olhares atentos dos mestres circulavam pelas instalações fabris, intimidavam os operários, dificultavam conversas e possíveis associações, já que esses eram responsáveis pelo bom desempenho das máquinas e dos homens, de modo que a produção não fosse prejudicada. Aquém desses repressores, as próprias máquinas exigiam dos operários atenção redobrada no ofício, pois esses corriam sérios riscos de se acidentarem tendo em vista o tamanho das máquinas e a falta de equipamentos de segurança. Assim, os homens ‘emudeciam’ enquanto os equipamentos de ferro e aço ‘gritavam’ insistentemente, em um espaço que comprimia sonhos e esperanças.

Nas lembranças da fiandeira Cruz (2012):

Ninguém podia conversar. Se o mestre pegasse as pessoas conversando, aí meu Deus, ia pro carão. Era.(...)Não podia não, conversar não. A atenção era só no

trabalho e mesmo não podia conversar porque aquelas máquinas pesadas né? Se nego fosse se distrair (...) acabava se acidentando e não dava certo, tinha que ter a atenção ali. A atenção só era ali mesmo no trabalho.

Contudo, essa operária assegura que a falta de conversa durante o trabalho ao invés de separar unia os operários. Mas ela esclarece: “Olhe era unido sim porque não existia tempo pra conversa não. Conversa só quando saía, era. Mas dentro da fábrica mesmo não existia esse negócio de ninguém tá conversando, tá de turminha conversando não”. Como Cruz (2012) enfatiza, nas conversas surgem às afinidades que distanciam uns e aproximam outros, aparecem às discordâncias e os conflitos que enfraquecem e diluem uma possível unidade da classe.

Já a operária Nascimento (2012) afirma que no interior da fábrica, os operários “era tudo unido, tudo feliz, trabalhando, ganhando seu dinheiro. Vivia tudo feliz”. Mas o que nossa colaboradora entende por felicidade? Seu relato traz subtendido à ideia de que ser feliz era trabalhar unido e receber cada um a recompensa, ou seja, a felicidade era resultado do trabalho remunerado.

Segundo Castel (2003), o assalariamento ou a chamada *relação salarial* assumiu uma posição central nos tipos de sociedades moderno-capitalistas, tendo suas origens na *condição de assalariado*, uma categoria social existente nas sociedades pré-industriais da Europa, solidificando-se com o processo de industrialização que veio permitir a constituição da relação salarial moderna e que tem na grande empresa o seu local por excelência, sendo definida da seguinte forma por Castel (2003, p.419):

Comporta um modo de remuneração da força de trabalho, o salário – que comanda amplamente o modo de consumo e o modo de vida dos operários e de sua família –, uma forma da disciplina do trabalho que regulamenta o ritmo da produção e o quadro legal que estrutura a relação de trabalho, isto é, o contrato de trabalho e as disposições que o cercam.

O salário era consequência do trabalho desenvolvido, se sobre os operários pesava uma obrigação, aos patrões cabia remunerá-los. Talvez a felicidade dessa operária seja movida pelos bens de consumo que o salário na época lhe proporcionaria. No entanto, ela generaliza sua experiência e transfere aos seus colegas de trabalho um sentimento que talvez lhe fosse próprio quando menciona “era tudo unido [...] vivia tudo feliz”. Seria possível a união entre todos? E embora desempenhando funções e adquirindo status e prestígio diferenciados, todos viviam felizes?

Contudo, apesar da persistente vigilância, a fábrica também testemunhava o nascimento de amizades: “Ah existia muita amizade, não existia esse negócio de nhenhenhe nem de nada não, era amizade. Pelo menos comigo mesmo, sempre na parte que eu trabalhava era só amizade, não existia má querência com ninguém não”, assim rememora Cruz (2012) ao estabelecer os limites espaciais dessa convivência harmoniosa, quando assegura que com ela e nos setores em que trabalhou as convivências eram pacíficas. Em outras partes porém, não acontecia o mesmo: “Tinha, em outras partes às vezes existia confusão. Tem alguns né, em todo canto tem. Aí sempre tinha uma pessoa lá que gostava de uma intriguinha...aquele bate boca, existia isso”. (CRUZ, 2012). Como expressa Certeau (2000, p.38) “cada individualidade é o lugar onde atua uma pluralidade incoerente (e muitas vezes contraditória) de suas determinações relacionais”. Isso também se evidencia na fábrica porque nela foram introduzidas experiências particulares, frequentações, solidariedades, disputas e lutas que se configuram através da narrativa. Portanto, no interior desse grupo, apesar dos interesses comuns, as fissuras e desentendimentos estavam presentes.

A presença do gerente para supervisionar o trabalho em execução inibia a ação do tipo tático por parte dos operários, isso porque a tática só tem por lugar o lugar do outro e se esboça burlando as estratégias do forte, dono do teatro das operações, “(...) pelo fato de seu não-lugar, a tática depende do tempo, vigiando para “captar no voo” possibilidades de ganho. Tem que jogar constantemente com os acontecimentos para os transformar em “ocasiões” (CERTEAU, 1994, p.47). Assim, alguns operários jogavam com os mecanismos da disciplina e não se conformavam com eles a não ser para alterá-los, teimavam em conversar, largavam as atividades pela metade ou diminuía o ritmo do trabalho.

Enquanto isso, mestres e contramestres que supostamente cuidavam apenas da maquinaria também vigiavam o trabalho dos operários e observavam a obediência ou falta de submissão destes às regras estabelecidas e ordens impostas. Na recordação da operária Nascimento (2012):

Tinha o mestre e tinha os contra-mestre, os contra-mestre era os que endireitava as máquina quando se desmantelava. Os mestre ficava ensinando né? Ensinando os contra-mestre e ensinando tudo e também tinha as vezes quando as máquina se desindireitava ele ficava também endireitando, ajudando. (...) Conversar não podia. Podia não que tinha o gerente, que era seu Severino o gerente, eu ainda me lembro até dele... Aff se pegasse a pessoa conversando, levava falta, era suspenso, era todo mundo calado, ninguém conversava não, a atenção só era no trabalho.

Até mesmo o dono da fábrica, na época seu Austragésilo de Freitas, impunha respeito e, sobretudo, medo aos operários. “A gente conheceu ele assim, que ele chegava lá né, fazia

aquelas revisões, [...] de falar, conversar não” (CRUZ, 2012). Pois o patrão não mantinha qualquer tipo de aproximação, limitando-se a observar o desempenho nas atividades e fazer exigências e reclamações quando necessárias. Nesse sentido, Nascimento (2012) compartilha sua experiência e a vivenciada pelos seus companheiros de trabalho:

Eu mesmo, eu ficava assim com medo né? Porque ninguém num tinha direito de conversar só cuidar do trabalho mesmo né? Aí, se a pessoa tivesse assim em pé ou senão conversando assim com qualquer pessoa aí a pessoa já ficava com aquele: - ave Maria lá vem o dono da fábrica, aí daqui a pouco cada qual corria pros seus canto e ia cuidar de suas obrigação. Mas comigo nunca sucedeu não porque eu nunca fui assim sabe, de conversar não. Quando eu entrava no trabalho só era pra prestar atenção no meu trabalho mesmo e pronto. Mas tinha gente que conversava, tinha gente que corria e ia pros seus canto[...].

Como demonstra esse relato, os operários da Fiação e Tecelagem Arenópolis também praticavam suas burlas, quando ao invés de trabalhar ficavam em pé, conversando com uma ou outra pessoa e só voltavam a desenvolver suas atividades quando percebiam que o perigo estava próximo. Nesse caso, era a maior correria, pois eles não podiam permitir que o dono da fábrica ou alguém que ficasse na supervisão, os visse naquela situação de aparente descaso, pelo contrário, voltavam apressados para desempenhar suas obrigações como se nada tivesse acontecido. Essas “maneiras de fazer” dos operários também aparecem na vida social sob o título de “resistências”, “pois os mesmos processos de desvio servem ao fraco como último recurso, como tantas outras escapatórias e astúcias [...]” (CERTEAU, 1994, p.19). Assim, a fábrica concentrava espaços de jogos de táticas silenciosas e sutis que burlavam a ordem imposta.

Aquém das astúcias praticadas, Arenópolis também se configurou como um espaço de sociabilidade, como uma obra coletiva impensável no individual. A operária Nascimento (2012) fez da fábrica mais que um lugar de trabalho, um lugar de encontro entre amigos como afirma: “Minhas amiga era onde eu trabalhava...porque na tecelagem trabalhava muita gente, ali todo mundo se comunicava, todo mundo era colega, porque quando trabalha muita gente assim numa canto aí todo mundo é seu amigo, sua amiga”. Assim, a convivência aproximava pessoas antes desconhecidas e possibilitava a construção de laços que se firmaram extrapolando os muros da fábrica, isto é, na companhia presente nos passeios citadinos, nas festividades locais, nas manifestações religiosas, nos encontros.

Entretanto, a aproximação dentro da fábrica era limitada ao espaço de execução das atividades. Mas existiam ocasiões inusitadas em que os operários aproveitavam para conversar e contar histórias, era o que acontecia quando faltava energia. Como as máquinas

paravam de funcionar, eles experimentavam momentos descontraídos de associação e conversa, como explicita Nascimento (2012) “[...] a gente só conversava assim, tinha vez quando faltava a luz, num tem vez que falta luz né? A gente trabalhava assim de dia, aí pronto, a gente ficava assim sentada junto com as amiga aí ficava conversando”.

Outro momento de constante solidariedade no interior da fábrica acontecia por volta das duas horas da madrugada, ocasião em que os operários e operárias os quais trabalhavam no terceiro turno, que ia das 22 horas às 06 horas da manhã, serviam-se de pão e café enquanto “palestravam” por alguns instantes. “Agora quem trabalhava pela noite, eu trabalhava era duas semanas de dia e uma de noite, agora na hora do café às duas horas da manhã à noite era que a gente se reunia todo mundo pra tomar café e a gente conversava, palestrava até meia hora” (CRUZ, 2012). No entanto, esses momentos de entrosamento e conversas variadas logo eram interrompidos como prossegue Maria Violeta da Cruz: “Aí, depois do café todo mundo ia para suas atividades e pronto, aí todo mundo ficava calado, ninguém conversava não. Se o dono da fábrica chegasse e visse uma pessoa conversando ou fora do seu lugar de serviço era uma suspensão”. Ou seja, o trabalho exigia atenção integral, embora nem sempre o operariado cumprisse tal requisito, sobretudo na ausência de olhares vigilantes e punitivos.

2.4.2 A fábrica na cidade: possibilidades de uma história sensível

Por apresentar-se como fonte sempre movente de acontecimentos, a cidade e as práticas urbanas figuram como tema frequente a inspirar artistas, filósofos, escritores e pensadores. De acordo com Lynch (1997, p.1) “a cidade é vista sob todas as luzes e condições atmosféricas possíveis. A cada instante, há mais que o olho pode ver, mais que o ouvido pode perceber, um cenário ou uma paisagem esperando para serem explorados”. Sendo assim, essas competências sensitivas foram e são forjadas nos momentos banais do cotidiano, nos momentos presentes, nos passados, e ainda em prolongamentos direcionados a um tempo futuro, constituindo fios de sociabilidade urbana. De modo que a cada instante na cidade emergem acontecimentos, os quais podem ser explorados a partir de abordagens variadas.

Areia, como cidade sensível, preocupava-se em selecionar aquilo que se enquadrava ou não nos moldes de uma cidade moderna, separando o que devia ser visto daquilo que se

ocultaria aos olhos dos habitantes e visitantes. A princípio, a fábrica, identificada como ícone moderno se adequou facilmente a cidade que prezava pelo progresso econômico e social de seu povo, mas posteriormente veio a ser banida da arquitetura local.

Nesse sentido, aos 13 dias do mês de Julho do ano de 1946, foi publicado um texto jornalístico no Semanário Independente *O Século* que chamou bastante a nossa atenção.

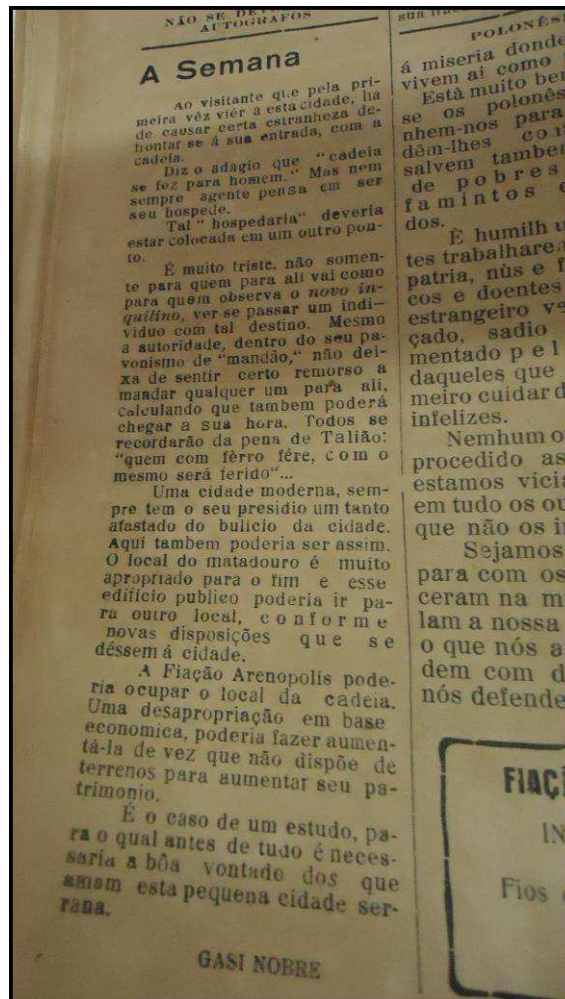


Imagem 3: Matéria de Gasi Nobre sobre a estranheza ao deparar-se com a Cadeia Pública no centro da cidade. Jornal *O Século* (PB) – 13 de Julho de 1946.

Nele, o jornalista Gasi Nobre, compartilhou com os seus conterrâneos impressões sensíveis que lhe eram próprias ao contemplar a entrada da cidade de Areia. Conduzindo-nos a uma reflexão sobre o modo como vivemos a cidade e o que para ela propomos.

Mas o que tornou a fábrica apreciável em um dado tempo e desprezível em outro? Eis uma questão que nos propomos entender no próximo capítulo, avisados que tais mudanças se tornam possíveis devido aos regimes de apreciação que variam de acordo com o tempo e o espaço, ambos de constituição histórica.

Retornemos a matéria escrita pelo jornalista que dizia o seguinte:

Ao visitante que pela primeira vez vier a esta cidade, há de causar certa estranheza defrontar-se a sua entrada, com a cadeia. (...) uma cidade moderna, sempre tem o seu presídio um tanto afastado do bulício da cidade. Aqui também poderia ser assim.(...) a Fiação Arenopolis podia ocupar o lugar da cadeia. Uma desapropriação em base econômica, poderia fazê-la aumentá-la de vez que não dispõe de terrenos para aumentar seu patrimônio. É o caso de um estudo, para o qual antes de tudo é necessária a boa vontade dos que amam esta pequena cidade serrana. (Gasi Nobre).

Ao analisarmos o que foi dito por Gasi Nobre atravessado pelo suporte material que comportou o seu discurso, ou seja, o jornal, somos avisados sobre o público que o mesmo alcançaria, isto é, as pessoas letradas que dispunham de dinheiro suficiente para gastá-lo com o que não era necessidade primária entre os habitantes locais. Uma vez que grande parte da população, embora prezasse pelas notícias que circulavam nesse veículo de comunicação, contentava-se em sabê-las de terceiros, através de conversas e fofocas que rolavam soltas entre os areienses das diversas categorias sociais. Portanto, era no boca a boca que as novidades se espalhavam.

Todavia, cada habitante experiencia a cidade de forma diferenciada. De tal forma que o que causa incômodo para uns, para outros não chama sequer a atenção. Isso porque nossos sentidos são ativados sobre materialidades diversas que adquirem sentido e significação a partir do lugar e tempo em que estamos situados. Das apropriações que efetuamos sobre dados espaços urbanos, ou pelo desuso dos mesmos. Enfim, a malha urbana é complexa e viver o urbano é deparar-se com vozes que insistem em serem ouvidas, e uma delas era a voz de Gasi Nobre.

Havia por parte deste intelectual areiense, o desejo de embelezar a área central da cidade, como um cartão postal de boas-vindas aos visitantes. Para tanto se fazia necessário deslocar a cadeia pública que enfeiava a cidade por não se enquadrar nos padrões de beleza de uma Areia moderna e turística.

É interessante observar que a proposta de mudança se daria através da desapropriação da cadeia e da conseqüente apropriação do seu espaço pela Fiação e Tecelagem Arenópolis, que além de ampliar seu espaço de produção, contribuiria para enaltecer ainda mais a cidade com esse empreendimento que a vinculava diretamente ao progresso e modernização. Segundo Certeau (1994, p.172) “planejar a cidade é ao mesmo tempo pensar a própria pluralidade do real e dar efetividade a este pensamento do plural: é saber e poder articular”.

Mas essa proposta de Gasi Nobre só seria posta em prática se houvesse real interesse por parte daqueles que amavam a pequena cidade serrana e por esta razão se mobilizariam

para concretizar o que na época era apenas um desejo expresso. Nesse sentido, o apelo é feito de forma comovente, no entanto, não alcança o resultado esperado.

Todavia, a cidade a qual nos referimos não se restringe às construções, edifícios e materiais usados para durar no tempo, nem aos traçados de circulação urbana, como as ruas, calçadas e praças, mas agrega a ela, outros modos de apropriação dos espaços e das coisas que circulam rotineiramente por nós. São paisagens e “coisas” materializadas em sons, imagens e gestualidades, habitando os espaços e nos envolvendo de tal modo que ultrapassam as fronteiras das construções realizadas, em outras, - transitórias e imaginárias, advindas da existência humana nesses espaços sociais.

Uma cidade é espaço e dá lugar às experiências vividas e sentidas. É espaço de contatos e contratos sociais, políticos e culturais, é espaço de trocas. Ela também possuiu temporalidades variáveis: pode durar muito tempo, como a cidade arquitetônica; ou pode durar apenas um dia, como um espaço vivido por nós; depende de como interagimos com ela, com os espaços socializados, com a natureza.

O certo é que o impacto causado pela fábrica transpôs e muito a própria materialidade erguida, como comprova o relato da operária Iraci Crispim de Lima³⁰ “aqui na fábrica quando parava parecia ser uma festa de gente, era três turmas”. Além disso, essa mudança de turnos nos faz pensar sobre o impacto que aquela ‘multidão’ provocou nos areienses os quais transitavam pela rua e estavam diante de um fenômeno novo na cidade que deve ter causado certo estranhamento. Mas as mudanças efetuadas no espaço urbano a partir do surgimento de Arenópolis não pararam por aí, pois a fábrica impôs novos ritmos aos cidadãos com a emergência de um novo espaço sonoro, cujos ruídos e sons compuseram um inventário que demonstra a importância dada às sonoridades desaparecidas. E o estudo das paisagens sonoras

[...] contribui muito para a das emoções, a das representações do meio e a dos usos quotidianos. Mas o seu interesse não se limita a isso. A história social tende a tornar-se a dos processos de construção das identidades, individuais ou coletivas, e a das maneiras como se desenham as representações e se organizam as relações sociais. Ora, a história das paisagens sonoras, isto é, das maneiras como estas se constituem, se tornam a arranjar, se desfazem, pode felizmente contribuir para tais projetos. O mesmo acontece com tudo o que diz respeito à história da atenção prestada às sonoridades e ao sentido que se lhes atribui. (CORBIN, 1998, p.104-105).

Nesse sentido, além de modificar o espaço urbano, Arenópolis compôs uma paisagem sonora típica de uma cidade fabril e o fato da mesma localizar-se no centro da cidade fez com que os sons que emitia ecoassem pelos quatro cantos, possibilitando aos próprios cidadãos

³⁰ Entrevista concedida a autora pela Sra. Iraci Crispim de Lima em fevereiro de 2013.

areíenses nortearem o tempo através do estarrecedor apito da sirene. Apito esse que passou a integrar o cotidiano da cidade e ‘comandar’ a vida das pessoas. Como afirma Bosi (1999, p.444-445):

[...] as pedras da cidade, enquanto permanecem, sustentam a memória. Além desses apoios temos a paisagem sonora típica de uma época e de um lugar. Há paisagens sonoras [...] das cidadezinhas onde os sons estão sujeitos aos ciclos naturais de atividade e repouso de seus produtores.

Ao influenciar o tempo interno e externo à fábrica, esse apito funcionava como um sincronizador social que determinava os ritmos biológicos não apenas dos operários, mas dos próprios areíenses. Estes regulavam suas atividades cotidianas e estabeleciam suas práticas de percurso pela cidade a partir daquele apito, cujo poder simbólico proclamava a autoridade e destacava o domínio exercido sobre os operários fabris.

Como afirma Corbin (1998, p. 107) “a riqueza da paisagem sonora resulta da escuta atenta, que visa a constante decifração dos gestos e das condutas sonoras do outro”. Desse modo, existia para os operários da fábrica de fiação e tecelagem uma relação disciplinar entre o apito da sirene e a entrada deles no ambiente de trabalho, como esclarece o relato da operária Maria Violeta da Cruz (2012):

Claro, a sirene eu me lembro, era 15 minutos apitava a sirene a gente tinha 15 minutos pra entrar né? Apitava, quando apitava aí a gente entrava, a gente tinha que chegar antes da sirene apitar porque quando ela apitava a gente tinha que entrar pra fábrica. A gente sabia do horário né, se ia pegar às 2 horas quando faltava 20 pra duas já subia, aí quando a sirene apitava a gente entrava.
Ah, de longe escutava...

Sendo assim, para essa antiga operária uma paisagem sonora também se descortina, pois a memória é capaz de reproduzir em sua mente o apito forte e estridente provocado pela sirene e ouvido em Arenópolis anos atrás. Já a operária Maria do Socorro do Nascimento (2012) também verbalizou expressões sensíveis que povoaram suas lembranças de sons.

Eu tem lembrança, mas não sei fazer o jeito do apito né?(risos)... era assim que nem o apito do engenho, era assim uuuuuuu, aquele apito bem alto. Eu morava no sítio e de lá da fábrica, de lá da vila operária né? Que essa vila operária pertence a fábrica também né? A gente ouvia tudo direitinho.

Isto demonstra que os sons são elementos estruturadores do espaço urbano, comumente negligenciados pelos urbanistas, mas efetivamente presentes na memória dos transeuntes. Isso ocorre porque os sons se tornam referência espaço-temporal quando

vivenciados por um grupo social. Assim, os sons do cotidiano ajudam a modelar uma paisagem, de modo que os sons integram uma série de acontecimentos e categorias maiores do contexto urbano.

Portanto, Areia não estava “silenciosa”, e os sons pesquisados na relação entre Arenópolis e a cidade no século XX são apenas um indício inesgotável, já que a existência cotidiana tem como componente inextrincável o som. Mesmo que os habitantes dessa cidade e, sobretudo, os operários ficassem calados, imóveis, buscando não emitir sons, ainda assim seriam ouvidos e produzidos sons. O simples deslocamento dos operários de casa para a fábrica, da fábrica para as suas casas, de casa para tantos outros lugares, constitui-se como fonte de produção de sons. Ademais, esses sons são sentidos nas conversas que se travaram no espaço do trabalho, o barulho das máquinas, os passos pelo estabelecimento, as reclamações, o cochicho, a sirene da fábrica, os passos pela calçada, os motores, as buzinas e freadas dos carros, as músicas cantadas e ouvidas, o badalar dos sinos na igreja.

Além dos sons que possuem certa especificidade e auxiliam a compor importantes quadros culturais – passeatas, protestos, festejos populares, entre outros. E de repente a natureza emite sons que envolvem a urbe: os pingos de chuva, o canto dos pássaros, o barulho do vento ao balançar as árvores e as cigarras que cantam insistentemente.

Desse modo, a cidade é povoada por sons e as fontes sonoras existentes estão ligadas tanto a práticas cotidianas, quanto a eventos que não dependem da vontade, ação ou movimento das pessoas, como no caso dos fenômenos ligados a natureza. Ademais, os múltiplos sons da urbe são aspectos constituintes da materialidade do espaço acionados nas territorializações realizadas nos atos da vida cotidiana. Portanto, os sons atuam na construção movente de imagens e identidades de uma cidade (FORTUNA, 1998).

Nos atos da vida cotidiana, lançamos mão de competências sensitivas como parte dos recursos para se situar, movimentar e relacionar. Não é a toa que o cotidiano está repleto de momentos aparentemente irrelevantes, mas que carregam entre si traços de valores e códigos partilhados, dos quais os habitantes da cidade são simultaneamente produtores e produtos.

2.4.3 Para além dos muros da fábrica: encontros, diversão e amores

Ao tomarmos o espaço da fábrica como objeto de estudo, constatamos o despertar de muitas relações amorosas plantadas em seu interior e cultivadas além dos muros.

Sensibilidades despertadas, olhares, carinhos e afagos. Isso porque o convívio entre operários tornava a fábrica um ambiente propício para o envolvimento afetivo que iniciava com uma simples troca de olhares e culminava em casamento. Assim, boa parte dos operários namoravam os próprios colegas de trabalho, ou conheciam seus pretendentes através do coleguismo manifesto além do espaço fabril. Nesse sentido, a fiandeira Maria Violeta da Cruz (2012) compartilha com traços de euforia e entusiasmo: “Ah, paquera³¹ existia (gargalhada) paquera existia demais viu?” Quando indagada sobre os lugares que comportavam o flerte e a troca de olhares ela afirma que acontecia tanto dentro como fora da fábrica, “[...] era nos dois espaços, quando passava assim nego olhava (gargalhada) aí depois sabe aqueles cara bonito que trabalhava [...]. Ai meu Deus, essa paquera é só pra gente rir [...] não tem como fugir não”.

Já a operária Maria do Socorro do Nascimento (2012) ao tratar deste assunto deixou claro que da sua parte nunca houve interesse por qualquer colega de trabalho e por isso ela se esquivava das paqueras no interior da fábrica, mas afirma que elas existiam:

Muita gente teve namorado, muita gente noivou, casou, mas eu não, não gostava muito de paquerar não, meu primeiro namorado foi esse daí (apontou para o marido que na ocasião passava pela sala) e com esse eu me casei. Ele trabalhava na padaria e eu trabalhava na fábrica.

Mas como iniciou esse namoro? Questionamos! E ela começou a recordar com saudosismo as experiências vivenciadas e a compartilhar com maior alegria a ocasião em que acompanhada de suas amigas de trabalho foi ao cinema e conheceu seu José

A gente começamo a namorar assim, eu fui pro filme e ele foi também, mas eu não conhecia ele nem ele me conhecia né? Aí tinha uma vizinha minha que namorava com um rapazim, chamava Geraldim que trabalhava na padaria também. Aí pronto eu fui com ela, com a minha vizinha que se chamava Maria de Lurde e minhas irmã. Aí quando chegou lá a gente fomo lá pra cima, não tem aquele canto que fica, tem o primeiro andar e o segundo andar né? ali no Teatro Minerva, aí a gente subimo lá pra cima pro segundo andar e quando chegou lá as menina tudim se sentaram e eu fiquei em pé... as cadeira desocupada que tinha as menina se sentaram tudim e eu fiquei assim em pé. Aí ele chegou olhou assim pra mim e me deu o acento, aí desceu lá pra baixo, aí pronto lá embaixo ele ficava olhando lá pra cima pra mim e eu ficava olhando (gargalhada) nosso namoro começou assim ...aí quando eu saí do cinema ele já tava na porta esperando, na porta da saída né? Aí ele me acompanhou até de frente a padaria e de lá eu desci ...que eu fui embora pra casa e ele entrou na padaria. Começou assim o nosso namoro. (NASCIMENTO, 2012)

³¹ Paquerar: tentar aproximação com (alguém), buscando namoro ou experiência amorosa; azarar.

Percebemos através desse relato que as operárias também tinham suas práticas de lazer e divertimento, entre elas, o cinema. Esse advento cultural que tanto mexeu e ainda mexe com o imaginário das pessoas, constituiu-se enquanto espaço de sociabilidade, em que os encontros aconteciam e a paquera rolava solta. Tal desprendimento era possível porque ali elas estavam livres do olhar punitivo daqueles que estavam fora perambulando pela cidade. Não é a toa que Nascimento (2012) esclarece que quando acabou o filme foi acompanhada por seu José até a padaria em que o mesmo trabalhava, mas adverte:

[...] eu num andava sozinha assim mais ele não, minha mãe não deixava não nem eu queria também né. Porque eu tinha um medo assim de andar sozinha quando eu tava namorando com ele, porque naquele tempo se a moça andava sozinha mais o namorado os povo falava né? E eu tinha muito medo que ninguém falasse da minha vida (gargalhada). E minha mãe também era muito segura. [...] Ela tinha muito cuidado neu, muito cuidado mesmo.

Pois bem, a rua é um importante elemento compositivo urbano, cujos discursos sobre ela elaborados emitem sentidos polimórficos que a apresentam como sendo um lugar praticado, espaço de conversas, encontros, saberes, fofocas, lazer. É um lugar de passagem, onde um usuário passa pelo outro, intocável porque desconhecido, porém passível de reconhecimento por sua relativa estabilidade consumista.

A rua também possui uma lógica de consumo que discrimina e exclui ao projetar barreiras simbólicas que distanciam o eu do outro. Todavia, há um sistema de relações impostas pelo espaço, uma vez que “a coletividade é um lugar social que induz um comportamento prático mediante o qual todo usuário se ajusta ao processo geral do reconhecimento, concedendo uma parte de si mesmo à jurisdição do outro” (CERTEAU, 2000, p. 47).

Há, portanto, na rua certa conveniência que repousa em uma legislação interna, resumida segundo Certeau (2000, p.50) na seguinte expressão: “O que é que vão pensar de mim?”. Assim, a atitude do transeunte deve transmitir o mínimo de informações possíveis, não “dar muito na vista”, ele deve ser cauteloso para usufruir dos benefícios simbólicos e ser aceito pela coletividade ao invés de sofrer a indiferença.

Nesse sentido, para preservar a reputação pessoal, o usuário necessita cumprir as “regras” do uso social, banindo os comportamentos ilegíveis e intoleráveis na rua. Isto ocorre porque

A conveniência é o gerenciamento simbólico da face pública de cada um de nós desde que nos achamos na rua. A conveniência é simultaneamente o modo pelo qual se é percebido e o meio obrigatório de se permanecer submisso a ela: no fundo, ela

exige que se evite toda dissonância no jogo dos comportamentos, e toda ruptura qualitativa na percepção do meio social. Por isso é que produz comportamentos esteriotipados, (...) que têm por função possibilitar o reconhecimento de não importa quem em não importa que lugar (ibid, p.49).

Sair à rua é correr o risco de ser apontado, de ser nomeado pelo outro, é permitir que o seu corpo seja lido e interpretado como um texto, composto não por palavras, mas por comportamentos e gestos. Desse modo, o sistema de relações e comunicação na cidade é fortemente controlado por estas ditas conveniências.

Sendo assim, a menina Maria do Socorro do Nascimento tinha uma reputação a preservar e cuidava para que seus gestos e ações não fossem lidos e interpretados de forma errônea pelos outros. Por isso, seus comportamentos são esteriotipados com a função de possibilitar seu reconhecimento seja aonde for, ou seja, apesar da vida simples ela era ‘moça de família’ e operária exemplar, manifestando uma vida moderada e irrepreensível tanto dentro como fora da fábrica.

Com relação ao namoro com seu José, a operária Nascimento (2012) nos concede alguns detalhes:

Quando ele ia lá pra casa, tinha assim uma banquinha assim, aí ele botava um tamborete assim e tinha um bancão daqueles, que de primeiro os povo usava aqueles banco bem grande nera? de madeira. Aí ele sentava do outro lado no banco de madeira e eu me sentava no tamborete junto da porta e a banquinha ali no meio, aí pronto. Aí minha mãe, tinha uma mesona assim bem grande na sala com os tamborete, que a gente não tinha cadeira não era tamborete. Aí minha mãe chegava sentava assim junto da mesa, botava o óculos aí botava um livro e ficava de frente a gente com aquele óculos e o livro. Aí, e a gente eu do meu lado e ele do outro lado. Ali ninguém num tinha direito a nada num sabe, nem de pegar na mão. Era só eu com o braço assim em cima da banquinha e ele com o braço também sendo do outro lado. Assim eu olhava pra ele e ria, ele também olhava pra mim e ria, aí pronto. Quando completou cinco meses de namoro aí ele noivou comigo.

No término de seu relato, essa operária conclui: “Trabalhei 10 anos, foi o tempo que chegou meu casamento, casei (risos) aí pronto” (NASCIMENTO, 2012). Após o casamento, ela saiu da fábrica, mas não foi uma decisão fácil, pois apesar do trabalho, foi lá que fez amigos e de lá extraía seu sustento, o ‘compensador’ salário. Contudo, o casamento requeria tal postura, pois seu marido trabalhava e o salário dava para manter a nova família que formariam, além disso, seria vergonhoso ver sua esposa trabalhando, pois a ela cabia cuidar do lar, da casa, dos filhos que teriam. Mas a sua mãe e seus irmãos, como ficariam, já que apenas ela e outro irmão trabalhavam – ela como tecelã na fábrica e seu irmão como ajudante no armazém, que pertencia ao dono do sítio em que moravam. “A gente trabalhava, recebia

aquele dinheiro e quando chegava entregava logo na mão dela.” Assim sua mãe fazia a feira e abastecia a casa.

É importante considerar que essas mulheres trabalharam na fábrica quando eram solteiras, fosse pela conquista da “independência” ou com o objetivo de ajudar a família no pagamento das despesas cotidianas. De lá saíram para casar, pois o casamento exigia outras obrigações, entre elas dedicação exclusiva ao lar, cuidado com a família, respeito e obediência ao esposo. Tanto que a operária Maria Violeta da Cruz ao expor o motivo pelo qual deixou o trabalho na fábrica, aos 22 anos de idade, recorda, assim como Maria do Socorro, que foi devido ao casamento. “Foi esse, foi, me casei aí saí [...] mas continuei morando em Areia até hoje” (CRUZ, 2012). Da fábrica para casa, eis a troca de lugares efetuada após o casamento.

É importante destacar que, além de trabalhar na fábrica, a operária Maria do Socorro do Nascimento também ajudava sua mãe nos afazeres diários, ou seja, cumpria uma jornada dupla de trabalho, pois além do trabalho fabril, trabalhava em casa ou no roçado, já que ela morava em um sítio chamado Jaqueira que ficava próximo da cidade, como rememora: “Ajudava em casa. Quando chegava em casa as filha ajudava as mães né, assim cuidar da casa, as vez quem morava no sítio ajudava também nos roçado e assim ia levando a vida né?” (NASCIMENTO, 2012).

Sendo assim, a expansão do núcleo urbano areiense e as chaminés da fábrica modificaram a feição pacata de Areia, imprimindo-lhe outro ritmo de atividade. Isso ocasionou novas formas de vida, que passaram a coexistir com formas de viver do mundo agrário. Animais de carga ainda perambulavam pelas ruas e alguns cidadãos viviam em propriedades rurais que ficavam muito próximas do espaço urbano e de lá extraíam seu mantimento.

No entanto, aquela que sempre colocou a família em primeiro lugar não a deixaria em dificuldades nesse momento. Casar ela casou, mas antes cuidou em deixar três de suas irmãs devidamente empregadas:

Quando eu casei, já deixei minhas irmã, duas irmã no lugar trabalhando né?... Falei com seu Austragésilo aí arrumei emprego pra minhas duas irmã, uma se chamava Cícera, outra se chamava (pausa) não pra três irmã, uma se chamava Cícera, uma se chamava Ana de Assis Batista e a outra Francisca de Assis Batista. Aí deixei todas três trabalhando aí me casei né? (...) fui pra minha casa, tive 11 filhos criei tudinho com a graça de Deus, já casou tudinho, são tudo casado e hoje eu tô aqui pra contar da história (gargalhada). (NASCIMENTO, 2012).

Diferente da operária Maria do Socorro do Nascimento que acompanhada de suas amigas e familiares desfrutava dos espaços de lazer e entretenimento que a cidade de Areia

oferecia na época, Maria Violeta da Cruz tinha seus espaços de atuação limitados pela religião. Criada em um lar de pessoas cristãs que professavam sua fé e se reconheciam como evangélicas, mal saía de casa e quando não estava na fábrica ia apenas à igreja. Quando questionada sobre a sua participação nas festividades que aqueciam as noites areienses ela justificou: “Olhe, eu mesmo na minha parte não tive porque minha mãe era evangélica. Aos 7 anos eu ia pra igreja evangélica, aí quando fui ficando grande no domingo a gente ia pra igreja, não tinha esse negócio não. Era trabalhar e igreja, trabalhar e igreja” (CRUZ, 2012).

Ela ainda recorda que naquela época poucas pessoas seguiam o evangelho: “Era pouca gente porque o evangelho naquele tempo era bem resumido, as igreja era tão pouquinha gente, hoje em dia existe igreja por todo lugar, mas naquela época tinha duas igrejas, era a Congregacional e a Assembleia, que eu me lembre” (CRUZ, 2012). Essa operária fazia parte da Congregacional e sofreu os preconceitos e a indiferença de uma sociedade firmada nos princípios católicos, que colocava o catolicismo como sendo a religião verdadeira e absoluta, a única capaz de conduzir os fiéis à salvação. Preconceito “sempre existiu né, como até hoje às vezes ainda tem gente que não gosta né? Aí fala assim besteira e naquele tempo não era diferente não” (CRUZ, 2012).

2.4.4 A presença da saudade na memória: lembranças “daquele tempo”

Mas apesar dos contratemplos, o tempo de outrora é narrado por nossas entrevistadas como “o tempo bom” e nada do que acontece hoje em dia é tão bom como era antes. Segundo a operária Maria Violeta da Cruz (2012) “era uns tempo atrasado mas que deixa saudade”. E diante dessa constatação, ela observa com certa melancolia:

Ah era diferente, não existia tanta coisa, tanto jovem aí envolvido em maconha nessas coisas não mulher porque uma juventude tão grande, pelo menos os que quisesse trabalhar né? Quem quisesse trabalhar aí trabalhava ... ninguém num via moça assim sem trabalhar, jovem sem trabalhar, era tudo trabalhando, tudo trabalhava. Era muito bom naquela época...era muito diferente de hoje.

Assim, algo bastante comum nos relatos orais de memória, cujo tempo de trabalho se entrelaça à própria vida, é a saudade do trabalho visto como algo positivo, como demonstra o relato a seguir:

Não, só tenho a dizer coisas boas, que foi bom, foi muito bom, positivo mesmo. Não tenho o que dizer não, só tenho que dizer que foi muito bom, pelo menos eu quando eu trabalhava na fábrica e as pessoas também ninguém se queixava de nada. Às vezes se queixava que não dava produção porque o dinheiro baixava um pouquinho: - Ai meu Deus, o dinheiro hoje foi tão pouco porque meu algodão tava ruim. Primeira coisa que vinha era dizer que o algodão tava ruim e a máquina quebrava muito o fio, aí não dava pra ter aquela produção boa. Mas quando o algodão era bom, o fio era forte, olhe pense numa produção boa (CRUZ, 2012).

Portanto, a saudade de que se fala está associada à remuneração pelo trabalho exercido quando a produção era boa. Nesse sentido, a operária Cruz (2012) reforça sua posição: “Eu gostava, até hoje tenho saudade (risos). [...] porque é muito bom a gente trabalhar e ter o dinheiro da gente, né? Aí quando a pessoa se acostuma naquilo, quando para sente falta”. Apesar disso, ela adverte que naquele tempo “era um dinheiro tão pouquinho [...]. Dava pra fazer a feira, dava pra viver como se vive hoje. Agora só sei que hoje a situação melhorou mais né? Naquela época era muito pouco os dinheiro, mas mesmo assim dava pra ir levando”.

Torna-se perceptível e os relatos orais de Cruz (2012) deixam transparecer que a questão financeira era a razão maior de sua saudade, o que nos faz pensar que essa operária já havia sido consumida pelo modo de ser capitalista e nem se dava conta. Todavia, em seu relato ela demonstra uma outra saudade sentida. Saudade embalada pelo som de Luíz Gonzaga:

Ah, dá saudade mulher, dá saudade. Tinha um canto ali no correio...aí me dá aquela saudade, porque ali no correio, naquela decidinha do correio eu ficava mais meu namorado (risos) e ficava ali, teve um tempo que a gente entrava pela frente mas depois mudaram pra entrar por ali por detrás do correio né? Abriram um portão lá grande, aí a gente entrava por ali...aí tinha seu Zé...era o vigia dali, aí quando ele abria o portão pra gente entrar tinha uma radiola tocando as música de Luíz Gonzaga mas era tão engraçado, ele botava aquela radiola pra tocar aquelas música seu Zé, aí a gente descia, aí me dá saudade assim dessas coisa que eu me lembro sabe? Era bom, era legal... (CRUZ, 2012).

Pois bem, quem diria que seu Zé marcaria de forma tão feliz a memória daquela operária pelo simples fato de lhe possibilitar ouvir as músicas do saudoso Luíz Gonzaga? Sem perceber o vigia, fez da entrada do trabalho algo prazeroso. Imagine só o acesso à fábrica nesses momentos, uns entrando enquanto outros saíam, encontrando-se pelos corredores, desejando um bom dia de trabalho, uma mistura de sensações que envolvia alívio, cansaço e disposição em um só lugar.

Após as conversas descontraídas que travamos, atravessados por tantos sentimentos e movidos por tantas emoções, impressionados com os códigos de apreciação, os modos de deleite e os prazeres experimentados, somos convidados a pensar a história narrada como uma

representação. Ao considerarmos que essa história dá a ver um ausente e nos é reapresentada a partir das ideias e imagens do presente, esse tempo que limita o campo de memória e dele extrai as lembranças que é mister recordar.

Não é a toa que a operária Maria Violeta da Cruz ao término do seu relato suscita uma fala emblemática “É do que eu me lembro mulher, é só o que eu me lembro” (CRUZ, 2012). Tal constatação nos faz pensar sobre a lembrança e o esquecimento como elementos intrigantes que travam disputas elementares no campo da memória e determinam o que deve ser dito. Uma vez que “existe um compromisso do não-dito entre aquilo que o sujeito se confessa a si mesmo e aquilo que ele pode transmitir ao exterior” (POLLAK, 1989, p.8).

Além disso, se as nossas narradoras demonstraram preocupação com o modo como gostariam de serem vistas, ao selecionar o que se quer lembrar e esquecer, isso também faz parte da construção da identidade. Segundo Pollak (1989, p.5):

A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com os outros. Vale dizer que memória e identidade podem perfeitamente ser negociadas, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo.

Nessa relação de negociação entre memória e identidade, existe a imagem que a pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que a pessoa constrói e apresenta ao outro e a si, de modo que a pessoa passa a acreditar em sua própria representação ao construí-la para o outro.

Quanto às práticas cotidianas nas quais essas mulheres estavam inseridas, percebemos como analisa Agnes Heller (1995, p.17) que,

O cotidiano está presente em todas as esferas do indivíduo, seja no trabalho, na vida familiar, na escola, no lazer e nas suas relações sociais. A vida cotidiana faz parte integrante do homem, homem partícipe no seu cotidiano, com todos os aspectos de sua individualidade e de sua personalidade. Nela, colocam-se em funcionamento todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, ideias, etc.

Portanto, trabalhar o cotidiano é por em evidência experiências valorativas carregadas de sentimentos. É fazer audível uma saudade que se anuncia: saudade do trabalho daquele tempo, do cinema daquele tempo, do namoro daquele tempo, das festividades daquele tempo, um tempo que reaparece no processo de rememoração como “o tempo bom”, distante e diferente do que se vive hoje.

Assim, no presente é lançado um olhar sobre o passado que conduz o narrador a constantes reflexões que tornam as experiências vividas mais compreensíveis e justificáveis. Através dos relatos orais de memória tornamos visíveis figuras ocultas e fizemos ecoar suas falas para além do âmbito familiar ao identificarmos tanto os usos que fizeram da fábrica e da cidade quanto os sentidos atribuídos às práticas vivenciadas nesses espaços. Enfim, percebemos que as experiências se tornaram marcas deixadas pelo tempo na memória e inscritas no corpo de cada depoente.

Capítulo III – Areia no século XX: a emergência do conflito e o despertar de novas sensibilidades na paisagem urbana

Como arrancar do fundo do oceano das idades um “fato puro” memorizado? Quando puxarmos a rede veremos o quanto ela vem carregada de representações ideológicas. Mais que o documento unilinear, a narrativa mostra a complexidade do acontecimento. É a via privilegiada para chegar até o ponto de articulação da História com a vida quotidiana. Colhe pontos de vista diferentes, às vezes opostos, é uma recomposição constante de dados.

(Ecléa Bosi, O tempo vivo da memória).

3.1 Um breve noticiário de jornal

O ano era 1947 e a data 18 de janeiro, precisamente neste dia uma notícia sobre melhoria de salários na Fiação e Tecelagem Arenópolis corria pela cidade de Areia, anunciada em um semanário independente, o jornal *O Século*.

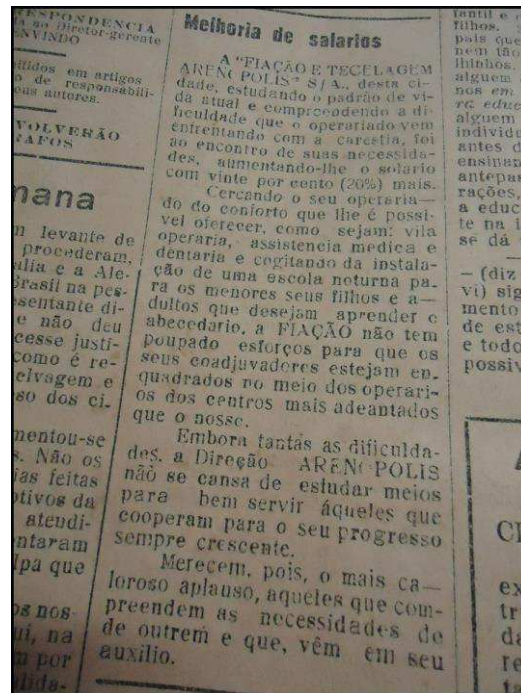


Imagem 4: Matéria de jornal sobre o aumento salarial na “Fiação e Tecelagem Arenópolis S/A”. Jornal *O Século* (PB) – 18 de janeiro de 1947.

A matéria dizia o seguinte:

A “FIAÇÃO TECELAGEM” S/A..., desta cidade, estudando o padrão de vida atual e compreendendo a dificuldade que o operariado vem enfrentando com a carestia, foi ao encontro de suas necessidades, aumentando-lhe o salário com vinte por cento (20%) mais.

Cercando o seu operariado de conforto que lhe é possível oferecer, como sejam: vila operária, assistência médica e dentária e cogitando da instalação de uma escola noturna para os menores seus filhos e adultos que desejam aprender o abecedário, a FIAÇÃO não tem poupado esforços para que os seus coadjuvadores estejam enquadrados no meio dos operariados dos centros mais adiantados que o nosso.

Embora tantas as dificuldades, a Direção ARENÓPOLIS não se cansa de estudar meios para bem servir aqueles que cooperam para o seu progresso sempre crescente.

A matéria finaliza dizendo “merecem, pois, o mais caloroso aplauso, aqueles que compreendem as necessidades de outrem e que, vêm em seu auxílio”.

Analisemos os trechos desta matéria com o objetivo de demonstrar como a direção da fábrica se gabava de seus feitos ao promover uma auto-imagem paternalista e interessada no bem-estar de seus operários.

Observamos que feita a análise das condições de vida do operariado local que vinha sofrendo com a carestia dos produtos vendidos na cidade a direção da fábrica se compromete em ajudá-lo através de um aumento salarial que lhe proporcionaria adequar-se ao padrão de vida atual no que se refere ao suprimento das necessidades básicas para o sustento pessoal e familiar. Deste modo, os patrões demonstram que não estavam alheios aos problemas enfrentados pela classe operária e se mobilizam diante das dificuldades apresentadas ao acrescentar 20% a mais em seu salário.

Além de aparecer como um estabelecimento sensível às demandas do operariado, a direção ainda lhe proporciona conforto e o paternalismo dos patrões é manifesto através da manutenção da Vila Operária, da assistência médica e dentária que lhes acoberta, além do compromisso assumido com a instalação de uma escola para atender aos operários e seus filhos, que veio a ser concretizada pelos proprietários de Arenópolis. Assim, a direção da fábrica afirma não poupar esforços para que o operariado esteja bem suprido, pois não apenas compreende a necessidade do outro como vêm em seu auxílio.

Era através de notícias como essas que a imagem paternalista dos patrões se espalhava pela cidade e o empreendimento fabril adquiria cada vez mais respeito e notoriedade entre os areienses. Mas a realidade não era tão animadora como se apresentava, pois no interior da fábrica os conflitos eram evidentes e as queixas se tornavam cada vez mais constantes. A notícia do aumento fora dada e causou até entusiasmo entre a classe operária. Contudo, o que a lei exigia não condizia com o que estes operários recebiam de fato, como apresentam alguns relatos orais. Enquanto a sociedade areiense enaltecia a direção de Arenópolis por demonstrar aparente comprometimento com a classe operária, dentro da fábrica a situação era bem diferente.

Não fora os problemas salariais, o risco desses operários se acidentarem era enorme e não faltaram casos de mutilações desastrosas e até mortes por acidentes de trabalho. Ademais, a gravidez não era permitida e quando descoberta resultava em demissão.

Todavia, essa imagem paternalista criada pelos patrões e difundida entre o operariado, apesar das contradições factuais e internamente transparentes, fez com que muitos operários se recusassem a participar do sindicato, além de atribuírem o fechamento da fábrica e os prejuízos que acarretou à organização e mobilização dos sindicalistas. Não atentaram que

esses defendiam interesses comuns à classe, exigiam o cumprimento de direitos que lhes eram assegurados pela lei, mas que estavam sendo desrespeitados. Assim, a imagem do sindicato para alguns ex-operários surge na memória com uma aparência opaca e sombria, comprometida como o lado ruim da história.

3.1 A experiência cotidiana dos moradores da Vila Operária

As vilas operárias, assim como todas as estruturas que foram construídas para dar suporte à atividade industrial como a fábrica e seus edifícios fabris, as máquinas e as ferramentas, e até o “saber fazer industrial” são produtos oriundos do modo de produção capitalista. Todos representativos de um momento de profundas mudanças na sociedade, e do desenvolvimento de inúmeras cidades no Brasil e no mundo.

As vilas operárias tiveram sua origem com a Revolução Industrial, sobretudo com as indústrias têxteis inglesas surgidas nos séculos XVII e XVIII. Embora a cidade tenha preexistido ao advento da industrialização, este processo transformou a paisagem citadina anterior imprimindo-lhe um novo ritmo associado ao modo de produção que matizou as relações de vida, convivência e trabalho ao longo do século XIX e princípios do século XX.

Nesse período, as vilas operárias foram construídas no entorno das fábricas para solucionar a questão da moradia e fixação do operariado próximo às indústrias. Deste modo, os patrões possuíam maior capacidade de controle da classe operária em diversas circunstâncias do cotidiano.

A questão da dominação dos trabalhadores a partir da ótica “fábrica e Vila operária” foi escrita e interpretada de diversas formas pela historiografia. Na historiografia brasileira³², também encontramos obras que se propuseram analisar a questão da habitação popular, cujos autores enfatizam a moradia operária como um lugar privilegiado da extensão de dominação para além dos muros da fábrica.

³² RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar: A utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1997; DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo – 1920-1934*. Rio de Janeiro/RJ: Paz e Terra, 1987; LEITE LOPES, José Sergio. *A Tecelagem dos Conflitos de Classe na “Cidade das Chaminés”*. São Paulo: Marco Zero & Brasília-DF: Editora da UnB em co-edição com MCT/CNPq, 1988.

Ao problematizar as lutas operárias em Paulista, especificamente da Companhia Têxtil Paulista, na década de 1950, numa remota “fábrica-vila” atualmente subúrbio de Recife, o antropólogo José Sérgio Leite Lopes, em sua obra “A Tecelagem dos Conflitos de Classe na Cidade da Chaminé”, atentou para o desencadeamento de processos que culminaram na apropriação da “Vila Operária” pelos trabalhadores. Para Leite Lopes (1988, p. 16-18), as fábricas com vila operária formam um “padrão específico de relações de dominação”, são fábricas que “subordinam diretamente os seus trabalhadores para além da esfera da produção”, estas fábricas constituem uma “configuração de uma estrutura de relações sociais de dominação, dentre outras configurações possíveis no interior do modo de produção capitalista e no interior do conjunto de relações entre a classe operária e o patronato”. De acordo com esse autor, a existência da fábrica com vila operária foi profundamente marcada pelas relações de dominação. Portanto, a “boa conduta” era um pré-requisito para o acesso ao emprego e a moradia, sendo a subordinação dos moradores da vila um reflexo do medo que sentiam de perderem a casa e o emprego, além de prejudicar seus familiares que poderiam vir a precisar de algum benefício futuro como emprego na fábrica ou casa na vila.

Mas a análise de Leite Lopes se concentra no problema do conflito de classes dentro deste caso particular de padrão de dominação. Enquanto nossa investigação concentra-se na forma como o operariado areiense viveu cotidianamente sua experiência.

Nesse sentido, Thompson (1987) põe um espaço entre os agentes sociais (operariado) e os condicionamentos (situação objetiva/fábrica com vila operária) que é a noção de experiência. Com a noção de experiência a determinação é algo exterior ao indivíduo, há uma determinação da experiência de classe, mas não da consciência de classe (1988a, p.10) ele afirma. Para Thompson, o conceito de experiência também abarca manifestações culturais da classe operária, pois

as pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como ideias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos, ou (como supõem alguns praticantes teóricos) como instinto proletário, etc. Elas também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou (através de formas elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas. Essa metade da cultura (e é uma metade completa) pode ser descrita como consciência afetiva e moral. (THOMPSON, 1981, p.189).

De acordo com Thompson, a classe operária é definida pela própria classe (autofazer) quando esta vive sua experiência, portanto, só podemos entender a formação social e cultural do operariado têxtil da cidade de Areia a partir da compreensão de sua experiência histórica

vivida não apenas na fábrica como também na vila operária. Assim, procuramos investigar o modo de vida e as formas culturais desse operariado têxtil em sua inserção como moradores da Vila.

Idealizada pelo industrial Armando de Freitas, a Vila Operária foi construída por iniciativa dos proprietários da “Fiação e Tecelagem Arenópolis S/A” como solução para o problema habitacional dos operários e mantém ainda hoje sua localização no bairro Frei Damião, na rua Armando de Freitas e era constituída de apenas 26 casas.



Imagem 5: A Vila localiza-se na Rua *Armando de Freitas*, nome dado em homenagem ao idealizador e 1º gerente da fábrica de “Fiação e Tecelagem Arenópolis S/A”.

Essa Vila, conhecida como Vila Sant’Ana, ficava um pouco distante da fábrica, no alto de um morro. Tanto que, ao término da rua, era possível ter uma visão ampla de todo espaço fabril (lugar do trabalho), bem como ouvir o convidativo apito da sirene por ocasião das mudanças de turno, como esclarece a operária Maria do Socorro do Nascimento (2012): “[...] era assim uuuuuuu, aquele apito bem alto. Eu morava no sítio e de lá da fábrica, de lá da vila operária né? Que essa vila operária pertence aquela fábrica também né? A gente ouvia tudo direitinho”.

Além disso, o nome pelo qual a Vila ficou conhecida, Sant’Ana, parece ter ligação direta com a religião católica praticada pela maioria dos operários e sobretudo pelo patronato fabril, que mantinha fervorosa fé e participava ativamente das missas e procissões como relatam antigos moradores de Areia.

Embora a criação da Vila tivesse como propósito acomodar os operários e suas famílias, ela dispunha de um número reduzido de casas, por isso, entre os critérios utilizados para a sua aquisição, estava à escolha de um operário cuja família estivesse em uma situação financeira muito precária, o qual demonstrasse comportamento subserviente, dedicação ao trabalho e bom rendimento na produção fabril, ou seja, uma espécie de ‘operário padrão’.

No entanto, qualquer operário que tivesse interesse no imóvel deveria dirigir-se até ao gerente de Arenópolis, fazer sua solicitação e apresentar suas justificativas, para que este pudesse avaliar o caso e alojá-lo juntamente com sua família em uma casa disponível. Assim, cabia ao gerente ponderar o que havia ouvido e estabelecer relação com a concretude dos fatos e os critérios da direção, assegurando sempre que possível à moradia do seu operariado. Portanto, só residiam na Vila pessoas que tivessem vínculo empregatício com Arenópolis. Sobre esse assunto, a operária Maria Violeta da Cruz (2012) tem algo a nos dizer: “[...] era assim, a pessoa não tinha casa, aí chegava lá no escritório se trabalhasse, aí falava lá com o gerente do escritório se tinha uma casa, [...] se tivesse ele arranjava pra pessoa e a pessoa ficava lá morando”.

Mas a moradia desses operários era temporária, pois eles não tinham direito algum sobre o imóvel, já que todas as casas faziam parte do patrimônio da fábrica. Enquanto residissem na Vila, os operários eram responsáveis pelo pagamento da energia. Quanto à água, como não havia encanação na rua, os moradores deslocavam-se até a cacimba para buscá-la e abastecerem suas casas.

Ademais, o fato de morarem em uma casa que pertencia aos donos da indústria na qual trabalhavam, fez com que estes operários fossem vigiados pela direção de Arenópolis, tendo limitados seus espaços de atuação para além dos muros da fábrica. Caso não demonstrasse um comportamento digno, ao agir com descaso, insubordinação e sem arcar com as responsabilidades que lhe cabiam como inquilino, o operário era advertido e sofria ameaças de despejo. Deste modo, morar na Vila Sant’Ana impunha aos operários uma suave servidão, mas, apesar dos contratemplos e das advertências, fomos avisados que nenhum operário foi expulso durante o período em que a “Fiação e Tecelagem Arenópolis S/A” encontrava-se em pleno funcionamento.

Atualmente, ao passearmos pela Vila, constatamos consideráveis modificações efetuadas no espaço urbano. Todavia, uma das casas manteve a estrutura de antigamente, que possuía as seguintes características físicas como demonstra a casa a seguir:



Imagem 6: A fachada dessa casa que se localiza na Vila Operária é a única que mantém-se conservada desde a sua fundação.

Essas casas não eram muradas e suas fachadas tinham uma estrutura simples, composta de uma porta central e duas janelas grandes, todos feitos de madeira. Com relação à parte interna, as casas comportavam os seguintes compartimentos: uma sala ampla dividida ao meio por uma coluna de tijolos, três quartos, uma cozinha, um banheiro e quintal. Esses cômodos eram pequenos, mas chegaram a alojar famílias com cerca de dez integrantes. Como afirmamos, apenas uma das casas conserva essas particularidades e ainda hoje é ocupada por uma ex-operária da fábrica, a senhora Maria de Lurdes da Silva³³. As demais casas foram reformadas e outras até demolidas para que novas edificações se erguessem.

Cruz (2012), que também morou na Vila, definiu desta forma a sua casa: “[...] a casa era boinha, a casa era de tijolo, de telha, era piso de cimento, era uma casinha boa, uma casinha toda fechada, era uma casinha boa, calçada, tinha banheiro”.

Embora definida pelo urbanismo como lugar, a Vila Operária foi transformada em espaço pelo cotidiano e pelas práticas dos moradores, pois esses ao se apropriarem de suas casas lhes imprimiram novas feições, debaixo daquele teto de tijolos consistentes, construíram seu lar ao viver o amor e as desavenças em família. A casa também imprimia ao espaço certa quietude que contrastava com o barulho estarrecedor no ambiente de trabalho, com a rapidez e agilidade das mãos empregadas a serviço das máquinas.

³³ Essa ex-operária ‘conversou’ conosco mas não permitiu que gravássemos a entrevista. Fevereiro de 2013.

Na casa, esse lugar de descanso, de partilha e afeto, os operários eram chamados pelo próprio nome. Existiria algo mais pessoal e particular? Pois bem, diferente do tratamento recebido em Arenópolis, onde todos eram vistos como grupo e despersonalizados; na Vila, cada um era acolhido como um ser singular, eles desfrutavam da camaradagem entre os vizinhos, se confraternizavam e solidarizavam-se uns com os outros.

É certo que as pedras e os materiais nem sempre resistem ao tempo, como aconteceu com tantas casas que ali existiam e foram demolidas. Mas, até podem arrasar as casas, mudar o curso das ruas, as pedras também mudam de lugar, no entanto, como destruir os vínculos com que os homens se ligavam a elas? Podem suprimir a direção, a forma, o aspecto, destas moradias, destas ruas, destas passagens, mas cada casa, construída de cimento e tijolo, resistente ou não as mudanças do tempo, permanece intacta na lembrança de cada morador. Reiteramos que as pedras e os materiais nem sempre resistem ao tempo, mas os grupos resistem-no e trazem na memória a imagem do lugar com o qual estabeleceram seus vínculos.

Portanto, os relatos cotidianos dos operários da Vila são também feitura de espaço, pois nos permitem enxergar um outro tempo e o outro no tempo. Além disso, eles não habitavam em casas comuns que nada tem a nos dizer, pelo contrário, suas casas estavam povoadas de lembranças, de encontros, de partilha, enfim, de um emaranhado de experiências que contribuíram não só para a feitura histórica de cada morador, como foram construtoras da história da própria Vila Operária.

Vila essa, que testemunhou o nascimento de histórias de amor seladas no altar, de amizades que perduram até os dias atuais, de ressentimentos agravados com o tempo, de momentos de tristeza e de alegria. Seus moradores divertiam-se com as festividades, entre elas a Festa Junina que ainda hoje é rememorada pela animação: fogueiras pela rua, músicas soltas no ar, quadrilha e comidas típicas, bandeirinhas por todos os lados. Existia ainda a comemoração do pastoril e do carnaval. Ah! O carnaval deixava os moradores eufóricos, ao ponto de caminharem a pé até o centro da cidade com o objetivo de se divertirem nos blocos carnavalescos.

A operária Iraci Crispim de Lima (2013) recorda que “tinha o bloco *Fiação na Folia*, era muito bonito naquele tempo. Assim, a fábrica saía pelas ruas com o seu bloco de carnaval a colorir e espalhar alegria entre os areienses.” De acordo com Luíz Roque da Silva (2013), filho de uma antiga operária, “em época de carnavais olhe, tinha confete no meio da rua que dava quase um palmo, de confete e serpentina no meio da rua, ali no centro. Tinha quatro blocos de carnaval, só bloco do melhor que tinha [...] a fábrica tinha sua equipe”.

Outra festividade testemunhada pela operária Iraci Crispim de Lima tem como referência o *Dia do Trabalho* comemorado oficialmente em 1º de maio: “tinha o dia dos operário, dia primeiro de maio. A gente morava na Vila e enfeitava aquela vila todinha [...] era muito bonito” (LIMA, 2013). Todavia, ao recordar as experiências vividas naquele lugar ela afirma contundente: “nem naquela Vila eu gosto de passar que eu me lembro do tempo que eu morava lá. Era tão bom, o povo tudo legal”. Hoje dona Iraci Crispim, mora em uma rua bem próxima à Vila, sua casa é pequena e possui uma estrutura bem precária. Seu relato nos faz recordar a fala poética de Cecília Meireles: “És precária e veloz, felicidade. Custas a vir, e, quando vens, não te demoras”.

Assim, nos deparamos mais uma vez com o saudosismo daquele lugar, daquela experiência, daquela Vila, daquele tempo... Experiências de um passado longínquo, mas narrado no tempo presente. Assim, as narrativas ordenam e dão inteligibilidade ao mundo vivido, haja vista que o ato de narrar tem um papel fundamental na produção da memória.

Portanto, voltamos à tese circular proposta por Ricoeur (1994) para quem temporalidade e narratividade se organizam reciprocamente. Segundo Ricoeur (1994, p.15), “o tempo torna-se tempo humano na medida em que está articulado de modo narrativo; em compensação, a narrativa é significativa na medida em que esboça os traços da experiência temporal”. A narrativa seria, nesse sentido, uma espécie de reconfiguração das ações humanas, e funcionaria como uma imitação criadora das experiências temporais. Portanto torna-se compreensível que a história, vista como um dos gêneros que compõem o campo narrativo vê-se tomada na correlação entre temporalidade da experiência humana e o modo de narrá-la.

Todas as histórias vivenciadas na Vila Sant’Ana e narradas por ex-operários nos fazem perceber que:

Destruída a parte de um bairro onde se prendiam lembranças da infância do seu morador, algo de si morre junto com as paredes ruídas, os jardins cimentados. **Mas a tristeza do indivíduo não muda o curso das coisas: só o grupo pode resistir e recompor traços de sua vida passada.** Só a inteligência e o trabalho de um grupo (...) podem reconquistar as coisas preciosas que se perderam, enquanto estas são reconquistáveis. Quando não há essa resistência coletiva os indivíduos se dispersam e são lançados longe, as raízes partidas. (BOSI, 1999, p.452). (grifos nossos)

É fato que “a tristeza do indivíduo não muda o curso das coisas”, mas as lembranças são capazes de resistir ao tempo e se perpetuar enquanto registro escrito. Eis a esperança que envolve os relatos orais de memória e se manifesta nestas linhas. Como nos lembra Pollak

(1989) “[...] no momento em que as testemunhas oculares sabem que vão desaparecer em breve, elas querem inscrever suas lembranças contra o esquecimento”.

Porém, sabemos que a memória é seletiva e por ser seletiva nem tudo fica gravado ou registrado. Há portanto, um trabalho de organização que comprova o quanto a memória é um fenômeno construído que envolve negociação direta com quem escuta e desta forma não está isenta de transformação em função dos outros.

Todavia, se alguns ex-operários resistiram ao tempo e foram capazes de recompor traços de suas vidas passadas na Vila, fossem experiências individuais ou coletivas, outros silenciaram e não demonstraram o mínimo interesse em compartilhar suas histórias. Entre elas, a operária Maria de Lurdes da Silva que se mostrou tímida e temerosa, limitando-se a responder sim ou não as perguntas que lhe foram dirigidas, sem mencionar fatos novos nem acrescentar algo aos já existentes. Mais nervosa ainda ficou quando pedimos permissão para gravar a entrevista. Aí foi que a fala entalou de vez. Olhos abugalhados, nó na garganta. Inquieta levantou-se, veio até a porta e através de suas ações não precisou nem sequer mencionar uma palavra porque logo entendemos: ela queria que fôssemos embora. Não quis mais tocar no assunto, silenciou. E após esclarecermos detalhadamente os objetivos da pesquisa permitiu que ao menos fotografássemos a fachada de sua casa, exposta anteriormente. Questionamos-nos acerca daquele comportamento e enfim partimos.

É importante esclarecer que a casa em que essa antiga operária mora hoje é de sua propriedade, mas ela a adquiriu após a falência da fábrica. Dos operários e antigos moradores da Vila Operária, apenas ela e outra colega continuam morando na Vila. Mas a outra aparece esporadicamente por ficar a maior parte do tempo na cidade de Esperança acompanhada por seus familiares e amigos.

Todavia, a forma como Maria de Lurdes nos tratou e o medo demonstrado em apenas tocar no assunto da fábrica e sobretudo das casas na Vila Operária, despertou nossa curiosidade de conhecer como essas casas que faziam parte do patrimônio da Fiação e Tecelagem Arenópolis S/A foram adquiridas, sendo esse um assunto do qual trataremos ao término deste capítulo.

3.3 Os acidentes de trabalho, as dores do progresso!

“Nossa Senhora da Conceição, tinha essa santinha dentro da fábrica [...] que ele disse que era pra proteger a gente pra não haver acidente, ele dizia”. Assim relata a operária Iraci

Crispim de Lima (2013) sobre a religiosidade de seu Austragésilo. Católico como ele era, mantinha um altar com essa santa em um salão onde os operários aguardavam a hora de entrar em seus turnos, nos conta essa operária. À proteção suplicada à santa, somava-se tanto a vigilância ‘quase intransponível’ dos mestres, que também davam assistência no concerto das máquinas quanto à prudência e atenção dos operários para com o trabalho executado, ações que mantinham relação direta com a prevenção requerida pelos patrões diante do risco destes operários se acidentarem.

Personagem sob risco de acidente e ameaça de demissão, o operário da “Fiação e Tecelagem Arenópolis S/A” dedicava total atenção e cuidado no manuseio das máquinas, como lembra a operária Maria do Socorro do Nascimento (2012) “a gente tinha muito cuidado para não torar fio porque quando torava fio a lançadeira voava”. Apesar disso, alguns acidentes de trabalho³⁴ eram inevitáveis, como ela rememora:

Olha, lá na fiação só uns acidentezinhos de leve num sabe? Mas na tecelagem aconteceu um acidente de morte [...] morreu uma pessoa conhecida, morava ali na vila e caiu lá num canto que as correia da máquina pegou e quebrou as costela e levaram pra Campina mas ele morreu...mas não era constante não, era muito difícil.

Apesar de serem raros os acidentes que findavam em óbito, a notícia corria pelos quatro cantos da cidade informando sobre mais uma fatalidade que ceifava a vida de um operário e este tinha por nome Pedro Crispim.

Ao retornarmos a Vila Operária em busca de informações sobre antigos moradores que trabalharam na fábrica, fomos avisados que a senhora Iraci Crispim de Lima havia trabalhado em Arenópolis e morava ali pertinho, na Chã do Galo. Dirigimo-nos até sua casa e assim ficamos sabendo de sua ligação com o operário Pedro Crispim, pois este era seu irmão. Ao lembrar dele seus olhos ficaram marejados de lágrimas e a pausa silenciosa foi interrompida pela descrição do acidente:

Eu sei que é assim, a gente tava trabalhando, mesmo no meu horário que eu trabalhava. Tava de dia e ele ia trabalhar de noite. Aí começou a cochilar [...] aí mãe acordou ele: - Pedro, Pedro, tu não vai trabalhar não? Ele chegou tarde, parece que tinha uma coisa pra acontecer, aí levantou-se e foi. Aí, quando foi no outro dia, a gente tava trabalhando no salão [...] quando de repente deu um aviso na luz, acendendo e apagando, pois num tinha sido ele que tinha caído dentro da polia [...].

³⁴ De acordo com a lei nº 6.367, de 19 de outubro de 1976, no artigo 2º define que “Acidente do trabalho é aquele que ocorrer pelo exercício do trabalho a serviço da empresa, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte, ou perda, ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho”.

Menina, quando o povo tirou eu corri logo pra casa dizer a mãe, aí levaram ele pra Campina depressa [...]. (LIMA, 2013)

Após o acontecido os operários “ficaram tudo aperreado. A gente só vivia falando desse fato, só vivia chorando”, porque apesar de haver sido socorrido com vida, acabou falecendo no hospital em Campina Grande-PB.

Para a família da vítima a perda foi irreparável, despedaçou a alma fazendo com que surgissem ressentimentos profundos. Iraci Crispim afirma que eles não foram ressarcidos pela perda de seu irmão, ou seja, nenhuma indenização foi paga a família. No entanto, seu Austragésilo prestou assistência aos familiares no que diz respeito a uma pequena ajuda de custo, a medicação e ao encaminhamento médico daqueles que comovidos com a perda tiveram a saúde comprometida e o emocional abalado.

Ao relatar tais fatos, as datas não são precisas e a falta de acesso a outras informações limita nosso estudo. A própria Iraci Crispim de Lima não menciona a posição ou participação do sindicato diante do acidente e contraditoriamente ressalta o tempo todo a ‘bondade’ de seu Austragésilo, chegando a relatar com certo orgulho sobre a aproximação que tiveram após a morte de seu irmão “quando meu irmão morreu ele só era lá em casa”. E rapidamente se põe a recordar “a gente ia pra praia que ele levava, de tempo em tempo ele levava os operários pra praia pra dar uma volta. Passava um dia e depois vinha no outro. [...] levava as custas dele, era uma pessoa muito boa ele, dava atenção a gente tudinho, aos operários” (LIMA, 2013).

Assim, desprovidos dos seus direitos e inibidos pelo ‘paternalismo patronal’, alguns operários tinham seus gritos de protesto sufocados em meio ao vão de suas experiências traumáticas. Todavia, “para poder relatar seus sofrimentos, uma pessoa precisa antes de mais nada encontrar uma escuta” (POLLAK, 1989, p.6). Essa escuta manifesta a escolha por parte do depoente de uma testemunha autorizada a registrar lembranças que se encontram em vias de esquecimento, pois “no momento em que as testemunhas oculares sabem que vão desaparecer em breve, elas querem inscrever suas lembranças contra o esquecimento” (POLLAK, 1989, p.7). Portanto, esse controle da memória se estende a escolha dessas testemunhas, as quais confiam seus relatos orais sem medo de serem punidos pelo que dizem, nem de se exporem a mal-entendidos.

Mas como observa Pollak (1989, p.8) “[...] existem nas lembranças de uns e de outros zonas de sombra, silêncios, “não-ditos”. As fronteiras desses silêncios e “não-ditos” com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento”. Sendo assim, precisamos estar atentos às nuances

comportamentais e memorialistas dos nossos interlocutores, e deste modo aptos para discernir silêncios, esquecimentos e omissões a partir do que nos é contado.

Por sua vez, a operária Maria do Socorro do Nascimento (2012) quando questionada sobre ter sofrido ou presenciado algum acidente informa:

Comigo aconteceu, a lançadeira voou do outro tear, que a gente chamava tear num sabe? Era umas máquina bem grande de ferro. Aí avoou do outro tear bateu na minha cabeça aí foi sangue, eu fiquei toda ensanguentada. Aí nesse tempo era doutor Moraes, aí me levaram lá pro consultório lá de doutor Moraes, doutor Moraes fez lá o curativo e tudo e parece que me deu um dia de licença... fui pra casa, aí graças a Deus fiquei boa e fui trabalhar no outro dia.

A assistência médica foi decisiva neste momento e há fortes indícios de que a motivação da operária em estar no dia seguinte trabalhando se deve ao fato de que ela recebia por produção, portanto, um dia sem trabalhar seria prejuízo no fim do mês.

Para as mulheres, que compunham a maior parte da mão de obra empregada, o risco de acidentes implicava em atenção contínua durante toda a jornada de trabalho. Mas apesar do cansaço físico e das dores musculares ocasionadas pelo esforço empreendido, a disponibilidade dessas mulheres para trabalhar permanecia firme, pois dali extraíam o sustento diário da família e por esta razão algumas chegavam até mesmo a dobrar os turnos de trabalho para receber um acréscimo no salário.

Contudo, o risco dessas operárias se acidentarem era imenso, não só pela falta de equipamentos de segurança como pelo cansaço sentido durante as duras jornadas de trabalho. Assim, bastava um cochilinho, uma falta de atenção e a máquina não perdoava: eram dedos decepados! Foi o que aconteceu com a operária Celina Henriques da Cruz³⁵, mãe da menina Maria Violeta da Cruz, que como a filha exerceu a função de fiandeira. Ela, após noites exaustivas de trabalho e sem tempo para dormir, sofreu um acidente com consequências graves: “Eu tava uns 5 dias sem dormir trabalhando muito, pegava de 10 soltava de 6. Aí não sei se foi um cochilinho que eu dei (a entrevistada ilustra com as mãos o decepamento dos dedos) aí me levaram pro hospital pra pontear” (CRUZ, 2008). Sua feição transparecia tristeza no momento em que relatava este fato doloroso, pois bastou apenas um cochilinho e as mãos tão ágeis perderam dedos tão preciosos para desenvolver suas atividades diárias. Seguiu-se assim, momentos de agonia, tristeza e aflição, não só para a acidentada, mas para a própria família paralisada diante do acontecido. A fiandeira Celina Henriques da Cruz ficou um mês de repouso, em processo de recuperação por recomendação médica, mas durante este tempo a

³⁵ Entrevista concedida à autora pela Sra. Celina Henriques da Cruz em agosto de 2008.

direção da fábrica não lhe prestou qualquer assistência. Além disto, a operária ainda ficou sem receber o salário. Após o tempo determinado ela voltou à fábrica, mas logo foi demitida, pois as dificuldades de articular as mãos surgiram acompanhadas da ineficiência e baixa produção. Da porta para fora, sem direito assegurado nem tampouco indenização paga, era este o quadro desolador que haviam pintado para a operária que carregava no peito a dor do ressentimento³⁶, a triste lembrança da mutilação não apenas de dedos, mas de uma vida que teve roubada de si o direito de trabalhar.

Como enfatiza Pierre Ansart (2001) em *História e Memória dos Ressentimentos*, “é preciso considerar os rancores, as invejas, os desejos de vingança e os fantasmas da morte, pois são exatamente estes os sentimentos e representações designados pelo termo ressentimento”. Todavia, importa ressaltar que o historiador encontra dificuldade redobrada quando analisa não somente os ódios, mas tenta compreender o não dito, o não proclamado, o que é negado e se constitui como um móbil das atitudes e concepções sociais, pois a consideração dos ressentimentos nos conduz à zonas confusas que comportam nas memórias incertezas. Apesar dessas peculiaridades, os ressentimentos e os sentimentos de hostilidade compartilhados são capazes de gerar cumplicidade e solidariedade no interior de um grupo.

Portanto, o relato deste e de tantos outros acidentes não contemplados pelas narrativas aqui expostas, nos remetem as seguintes reflexões propostas por Ecléa Bosi (1999, p.470-471) ao citar Alfredo Bosi em *Os trabalhos da mão*:

Na idade da Máquina, a mão teria, por acaso, perdido as finíssimas articulações com que se casava às saliências e reentrâncias da matéria? O artesanato, por força, recua ou decai, e as mãos manobram nas linhas de montagem à distância dos seus produtos. Pressionam botões, acionam manivelas, ligam e desligam chaves, puxam e empurram alavancas, controlam painéis, cedendo a máquina tarefas que outrora lhes cabiam. A máquina dócil e por isso violenta, cumpre exata o que lhe mandam fazer; mas, se poupa o músculo do operário, também sabe cobrar exigindo que vele junto a ela sem cessar: se não, decepa dedos distraídos. Foram 14 milhões os acidentes de trabalho só no Brasil de 1975. (Os trabalhos da mão, Alfredo Bosi).

Acidentes de trabalho como esses marcaram tanto a vida das mulheres como dos homens de Arenópolis. Na lembrança da operária Maria do Socorro do Nascimento (2012):

Meu irmão teve um acidente no dedo, a cabeça do dedo dele torou. Ele trabalhava no, meu Deus como era o nome do canto que ele trabalhava? Batedor, batedor? Parece que era no batedor, parece que era. Aí a máquina quebrou o dedo dele aí cortou né?

³⁶ O sentido psicológico de ressentimento é algo como a raiva ou a irritação perante uma desfeita.

Ela segue informando que a direção da fábrica o encaminhou ao hospital a fim de receber os primeiros socorros e apesar da deficiência física causada pelo acidente, diferente do caso anteriormente relatado, ele continuou trabalhando.

A operária Rosa Maria do Nascimento³⁷, outra “Maria” entre as entrevistadas, trabalhou durante 15 anos na fábrica e era tecelã. Conseguiu empregar-se graças à intervenção do mestre Luís, um homem que em suas palavras “(...) era muito bom e muito bruto, ele falava na sua cara que você chorava tantas vezes”. Tal afirmativa nos leva a inferir que suas lembranças também continham muito do ressentimento causado pelas humilhações sofridas, pelo tratamento rigoroso, pelas palavras ríspidas e duras, enfim, pela disciplina imposta. Contudo, não podemos esquecer que para Nascimento (2009), o mestre Luís também “era um homem bom”, afinal, foi graças a sua intervenção que ela havia conseguido o emprego e por esta razão mantinha profunda gratidão pela sua vida.

Na Fiação e Tecelagem Arenópolis ela iniciou suas atividades como aprendiz na parte da tecelagem e afirma que aprendeu rápido o ofício, chegando a assumir seu lugar junto à máquina em pouco tempo. Esta tecelã nos contou que era comum a lançadeira do tear soltar-se e ser arremessada pela máquina, sem direção, atingindo algum operário. A peça que se soltava era pontiaguda e de metal, podendo causar um sério acidente. Nesse sentido, ela recorda com tristeza o episódio em que duas pessoas ficaram cegas: “(...) as máquina não eram boa, as primeiras máquinas. E quando se desmantelava que quebrava o fio a lançadeira era tão baixa a janela que saltava pra o meio da rua e tem duas pessoas cegas da lançadeira quando voou,...”. Quando indagada a respeito da frequência desses acidentes ela afirmou que não eram comuns, mas causavam grande comoção, sobretudo, entre o operariado.

Todavia, entre as nossas narradoras há uma relato comum sobre o acidente da operária Creuza: “Teve uma que se chamava Creuza Moza a lançadeira bateu no olho dela e vazou o olho dela...o olho dela vazou e botaram um de vidro”.

Outro acidente com um fim bastante trágico foi relatado pela operária Rosa Maria do Nascimento (2009): “Olhe, a costureira que costurava os sacos, no dia de santo Antônio a máquina tava rodando e ela tinha uns cabelo bonito, grande, a costureira que costurava os sacos né? Aí, a correia da máquina pegou o cabelo dela e arrancou com tudo”. Mas o que veio a acontecer posteriormente? Isto a tecelã não soube contar, silenciou-se. Contudo, tais acidentes eram previsíveis em um espaço onde máquinas e homens sem equipamentos de proteção trabalhavam rotineiramente.

³⁷ Entrevista concedida à autora pela Sra. Rosa Maria do Nascimento em abril de 2009.

Mas apesar dos acidentes, dos ressentimentos e tristezas que estes acarretaram, os operários persistiram na busca por desenvolver suas atividades fabris e receber o salário, que se mostrava essencial para manutenção da família e sustento da casa. Embora o progresso tenha trazido consigo tantas dores, o trabalho é sempre mencionado em suas narrativas como algo positivo, sagrado e dignificante.

3.4 A formação do sindicato: mobilizações e consequências

O trabalho não é só ação, mas o lugar da ação. Nele os operários interagem, se socializam, distinguem ambientes tranquilos de seções ruidosas, traçam os limites de sua atuação coletiva e individual. Sabem até onde podem ir e são avisados sobre as consequências da insubordinação e indisciplina. No entanto, eles jogam com as estratégias disciplinadoras impostas pelos patrões e seus agentes ao burlar a ordem imposta através das astúcias que compõem uma antidisciplina, uma maneira de pensar investida numa ação calculada e praticada no espaço fabril. Assim, a invenção do cotidiano ocorre durante um jogo de relações de força, entre dominantes e dominados na luta por espaço e poder. (CERTEAU, 1994)

A fábrica também se apresenta como um campo complexo, que traz consigo as dimensões corporal, social e política do trabalho de modo interligado. Diante das contradições manifestas neste espaço, cuja concretude das ações em muito diferiam das propostas pela lei, com relação a pagamento, licença a maternidade, indenizações por acidente de trabalho, entre outros, os conflitos se acentuam.

Da operação manual ao funcionamento das máquinas e das máquinas aos acidentes, as mutilações, para então emergir as medidas de proteção ao operário e a importância do sindicato e da legislação trabalhista.

Em Arenópolis, a formação do sindicato dos trabalhadores contou com a participação efetiva de Francisco de Assis Lemos de Souza que na época era professor na Escola de Agronomia do Nordeste (EAN), atual Universidade Federal da Paraíba (UFPB), e tesoureiro do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) da Paraíba. Ele fez aliança com o estudante Ivanhoé Baracho, que durante a administração de Pelópidas Silveira (1955-1959) veio a ser Secretário da Agricultura da Prefeitura de Recife e com o Vice-Prefeito de Areia, José Henrique Batista. Apesar das ocupações e cargos que lhe eram conferidos, todos eles eram areienses e preocupavam-se com a situação do operariado da Fiação e Tecelagem Arenópolis.

O professor Francisco de Assis Lemos de Souza chegou a conhecer o senhor Austragésilo de Freitas, proprietário da fábrica, e o define da seguinte forma em seu livro *“Nordeste - o Vietnã que não houve - ligas camponesas e o golpe de 64”*: “Verdadeiro “gentleman” como pessoa, aquele industrial, como capitalista, não era diferente dos demais. Utilizava todos os meios possíveis para a obtenção de lucros, e para concorrer, no mercado, com outras empresas” (SOUZA, 2008, p.105). Deste modo, ele e seus aliados não mediram esforços para implantar um sindicato na cidade com o objetivo de atender aos interesses da classe operária e, sobretudo, o direito das mulheres, a fim de engajar o operariado na luta pela execução de seus direitos trabalhistas.

Assim, eles iniciaram seus primeiros contatos com os operários daquela fábrica, fazendo amizade e os deixando à vontade para compartilharem as experiências traumáticas vividas internamente, que na ocasião não chegavam ao conhecimento dos cidadãos areienses situados além dos muros da fábrica. Esses operários sentiam-se desprotegidos, constantemente ameaçados e faltava-lhes o apoio necessário para modificarem aquela situação de descaso e prejuízo, físico e material, do qual eram vítimas. Mas essa força viria de fora, do contato estabelecido com aqueles homens cuja ajuda foi indispensável.

A partir do contato estabelecido entre eles, das conversas travadas e questões discutidas, Assis Lemos, Ivanhoé Baracho e José Henrique perceberam que dois entre os trabalhadores se destacavam pela “coragem e inteligência” manifestas, pela capacidade argumentativa e consciência de classe. Eram eles: Aduino Teixeira de Aguiar, conhecido como Sedar e Mestre Vicente. Logo esses operários se tornaram representantes da classe ao qual pertenciam, pois não demorou muito e o Sindicato foi criado³⁸, com a finalidade de atender os interesses da classe operária e sobretudo das mulheres operárias. Todos os integrantes, que ocuparam os cargos na direção do Sindicato de Construção Civil da Fiação e Tecelagem Arenópolis S/A, foram escolhidos através de uma eleição. Sedar foi eleito Presidente, Mestre Vicente ficou sendo o tesoureiro e os demais cargos foram ocupados por operárias.

Veja-se a força que essas mulheres possuíam, tanto numérica quanto operacional, mostrando-se na maioria das vezes mais destemidas que os homens na luta sindical, como testemunhou Souza (2008, p.105-106):

³⁸ Não se sabe a data de criação do sindicato, pois não foi encontrada documentação, nem depoimento que a apresentasse.

Naquela tecelagem, 90% dos trabalhadores eram mulheres. [...] Foi observado que as mulheres, na luta sindical, eram muito mais corajosas e decididas que os homens. Talvez porque sabiam que num confronto com a Polícia ou com outro adversário qualquer, o agressor sentir-se-ia inibido em agredi-las.

A participação dessas mulheres operárias era em grande parte motivada pela agressão psicológica que sofriam no momento em que engravidavam. Ser mãe em Arenópolis era algo fora de cogitação, tanto que as mulheres que arriscavam quando descobertas logo eram demitidas. Ou seja, elas “não tinham o direito de engravidar e, quando isso acontecia, tinham que esconder a gravidez enquanto suportassem. Apertavam o ventre o quanto podiam, tendo algumas chegado a dar à luz em pleno ambiente de trabalho”, como rememora Souza (2008, p.105).

Todavia, a legislação trabalhista garantia a licença por gravidez, mas esse direito não era respeitado. Pela lei, tanto a operária licenciada quanto a sua substituta deveriam receber seu salário. Mas a empresa preferia demitir sua funcionária a ter que pagar o salário às duas. Tal postura gerava indignação por parte das operárias que mesmo não concordando com o que acontecia com suas colegas de trabalho, ficavam muitas vezes caladas para não serem também prejudicadas com ameaças de demissão. Por entenderem que era melhor receber o salário, mesmo que fosse pouco, do que ficar de mãos vazias. Além disso, quando não havia demissão o resguardo da mulher não era respeitado, pois esta era obrigada a retornar as suas atividades fabris depois de alguns dias.

Segundo os relatos orais de memória, alguns operários mais próximos de seu Austragésilo de Freitas, comovidos com essa situação, se prontificaram em ajudar essas mulheres operárias indo até a direção da fábrica para tratar desse assunto. Após o esclarecimento de casos específicos pela comissão de operários, seu Austragésilo mostrou-se irredutível e não aceitou as propostas apresentadas nem firmou qualquer acordo que beneficiasse ambas as partes. De acordo com Souza (2008, p.106) “a demissão de quatro operárias casadas e grávidas, de uma só vez, foi a gota d’água que faltava para a revolta geral”.

Com a formação do Sindicato, muitas dessas mulheres saíram do anonimato e se revoltaram contra o sistema fabril. O fato delas serem casadas e ajudarem nas despesas familiares também afetaria os demais membros da família que teriam os poucos recursos financeiros comprometidos e, por esta razão, eles também se mobilizaram em favor delas. Além disso, o abalo emocional que sofreriam com a perda do emprego poderia vir a comprometer o desenvolvimento da criança.

Sensibilizado, o sindicato se reuniu para ver que medidas tomar na defesa dessas mulheres. Após a reunião, os operários entraram em greve e houve passeatas pela cidade denunciando à população o que estava acontecendo na fábrica. Assim, eles tornaram pública uma luta cotidiana entre os operários e os dirigentes da empresa – luta silenciosa, pouco espetacular, pouco registrada – de casos que antes se encontravam suprimidos entre quatro paredes.

Segundo Souza (2008, p. 106) “a Polícia, comandada, pessoalmente, por Luiz Bronzeado, Chefe de Polícia ou Secretário da Segurança – não me recordo que cargo exercia – tentou evitar aquelas manifestações”. No entanto, não obteve êxito, pois a coragem, decisão e firmeza das operárias inviabilizou a ação policial. Tanto que, Bronzeado e sua turma organizaram um cordão policial para fechar a rua e impedir a continuação da passeata, mas quando parecia que eles não deixariam a passeata prosseguir, as operárias marcharam firmes e romperam esse cordão, saindo vitoriosas.

Na ocasião da greve que ocorreu por volta de 1965, seu Austragésilo passeava em Londres e em apenas 24 horas de movimento grevista, o consultor jurídico da época, o Dr. Inácio Ribeiro juntamente com o advogado de defesa do Sindicato, o Dr. José Gomes da Silva, uniram-se aos operários e lhes instruíram a voltar ao trabalho, pois eles próprios se encarregariam de lutar para que as reivindicações do operariado fossem atendidas.

Assim, a greve alcançou seu objetivo mais urgente com a readmissão das operárias, e após essa manifestação, o Sindicato saiu fortalecido e os operários que trabalhavam dez horas ao invés de oito horas por dia também conseguiram receber as horas extras. No entanto, alguns operários comentaram que o motivo primordial da greve havia sido a luta por melhoria salarial, pois as horas extras eram pagas e os direitos operários eram devidamente assegurados pela CLT.

Tal fato nos faz perceber, como explicita Certeau (1994), que os operários supostamente entregues à passividade, à disciplina, fabricam a partir de suas determinações relacionais modos de operação ou esquemas de ação que precisam ser retirados do esquecimento para servirem de modelos de ação, já que os tidos “dominados” nem sempre são “passivos” e “dóceis”.

Apesar das reivindicações atendidas, as consequências trágicas também viriam com o aviso prévio da demissão de Mestre Vicente e de outros operários que participaram tanto da greve quanto da passeata. Mesmo assim, o Sindicato continuou em pleno funcionamento. Mas

depois da movimentação grevista e da atuação do sindicato, a indústria “Fiação e Tecelagem Arenópolis S/A” não conseguiu mais manter-se erguida.

Para além dos muros da fábrica, assim os operários tornaram visíveis lutas que só eram suas, apresentaram Arenópolis como um espaço de contradições entre a imagem exemplar que difundia pelos jornais e a experiência angustiante vivida pelo operariado, especialmente pelas mulheres operárias.

Eles lutaram pelo aumento salarial, para que a lei fosse cumprida e seus direitos trabalhistas assegurados, portanto suas reivindicações eram legítimas. O que ninguém imaginava era que a fábrica viesse a fechar e o pouco salário que recebiam fosse reduzido a nada. Mas foi exatamente isto que aconteceu: “[...] aí quando seu Austragésilo viu que não aguentava mesmo, porque não aguentava pagar o salário inteiro né? Que era pra pagar o salário”. Qual o foi a alternativa encontrada por ele para resolver a questão? Fechar as portas da fábrica.

A solução inesperada por parte do operariado fez que com que ocorresse um deslocamento em relação ao culpado: antes o dono da fábrica, pela exploração do trabalho fabril e não cumprimento das leis trabalhistas; agora o sindicato, por ter provocado uma reação no industrial que trouxe ainda mais prejuízo para a classe operária, isto é, o fechamento da fábrica e a perda total de salários e indenização. Quando seu Austragésilo fechou as portas da fábrica, acabou por ali o emprego e remuneração, tudo feito às escondidas e sem aviso prévio. O senhor Francisco Alves da Silva (2012) testemunhou o acontecido e é enfático ao afirmar que “Quem acabou com a fábrica foi o sindicato!” e prossegue nos contando como se deram os fatos:

Foi assim, aquele menino, como era o nome do danado? Era Sedar, sim era um operário da fábrica, ele era contra-mestre. Aí apareceu o sindicato em Esperança. Aí vieram aqui, fizeram uma [...] aí quando foi no sábado, na hora do pagamento, Sedar foi pra porta do escritório, que quando aquelas operária ia saindo, aqueles operário, ele ia pegando o talão de pagamento e anotando. Aí levou pra Esperança e foi da vez que o Sindicato atacou seu Austragésilo. Começou a atacar e seu Austragésilo não aguentava, aí saiu daí até corrido, de noite. O povo ia trabalhar, mas quando chegaram lá tinha num sei quantos carro e disse vamos botar as máquina em cima, cadeira e tudo e pronto, foram pra Bayeux. Aí pronto, ficou o povo aqui tudo com a mão na cabeça, sem saber de nada. Aí ficou jogada aí né?

Imagina a situação do operariado voltando pra casa com as mãos na cabeça, sem esperança de voltar a trabalhar na fábrica, sem dinheiro pra pagar as despesas mensais, todos de mãos vazias.

Além de afirmar que não teria condições de pagar o salário devido aos operários, a primeira medida tomada pelo proprietário Austragésilo de Freitas foi vender as melhores máquinas para a sua co-irmã a S/A Indústria Têxtil de Mandacaru, planejada e implantada pelo mesmo na capital do Estado. Alguns operários que não se envolveram com o sindicato e por isso, não participaram nem da passeata, nem da greve, também se envolveram nesta empreitada sendo admitidos na nova empresa. Mas lá, seu Austragésilo também enfrentou um sindicato com capacidade de defesa superior ao de Areia. Tanto que essa indústria funcionou apenas alguns anos, vindo posteriormente a requerer falência e ser transformada em uma Cooperativa.

No entanto, entre alguns ex-funcionários, correu solto o comentário de que o fechamento da fábrica se deu após o casamento de seu Austragésilo, como representa a narrativa de Cruz (2012):

(...) depois que ele casou com uns tempo foi pra João Pessoa aí começou levando as máquinas e levando e levando e foi acabando, acabando até que acabou. Eu não sei te explicar não mas, sei lá, acho, sei não, o homem casado novo, eu acho que queria fazer os gosto da mulher que só queria morar em João Pessoa. Aí por aí foi. Mas o motivo real mesmo eu não sei não, não sei te falar não.

Tal associação foi possível, porque durante o período em que ocorreu a greve, seu Austragésilo viajava em lua de mel na cidade de Londres e ao chegar a Areia, desgostoso com a notícia da passeata e mobilização do sindicato, decidiu fechar a fábrica. Mas essa postura irreduzível e precipitada findou em “um prejuízo desalentador, tanto para os donos primitivos, como para os atuais, e ainda para os operários e suas famílias, que foram os mais prejudicados” (LIMA, 1972, p.17).

Em Areia, a “Fiação e Tecelagem Arenópolis S/A” não pôde mais progredir, tanto pela falta de capital de giro quanto pela utilização de máquinas primitivas, pois sem dinheiro para adquirir um maquinário mais moderno os novos proprietários tiveram prejuízo com a redução da produção. Assim, a diretoria administrativa que passou às mãos dos acionistas Octacílio Themóteo de Souza e Arnaldo Gomes Barbosa, apesar de bem intencionada, não conseguiu superar o desnível gerado anteriormente e passou a fábrica para as mãos de um grupo de cearenses que teve como Diretor Presidente o Sr. Francisco Augusto Cavalcante de Castro, como Diretor Gerente o Sr. Newton Cavalcante de Castro e a Sra. Maria Elza Lino Gonçalves de Castro como diretora Secretária, mas esses também não conseguiram erguê-la.

Desse modo, tornou-se cada vez mais difícil e inviável a recuperação da “Fiação e Tecelagem Arenópolis S/A” e como a empresa já estava devendo bastante aos seus credores,

precisamente em 1970 ela passou pelo triste caminho da decadência, acelerada no princípio de 1971.

Ninguém acreditaria que um dia qualquer a fábrica de fio de Areia viesse a transformar o seu aspecto vivo; o seu movimento constante; os seus operários amparados, não desempregados e dispersados; o seu majestoso prédio com suas janelas envidraçadas, por onde deixava ecoar o tinido de suas máquinas em movimento, as quais produziam noite e dia o progresso da terra. Mas assim aconteceu e todos terminaram vendo, embora abismados, porém sabendo que tudo ocorreu por iniciativas que nasceram dos próprios filhos de Areia. (LIMA, 1972, p. 17).

“Tudo ocorreu por iniciativas que nasceram dos próprios filhos de Areia”, sim, Lima se refere ao sindicato, as mobilizações, a greve, a passeata, as exigências por melhoria e pelo cumprimento das leis trabalhistas, a não conformidade diante de um quadro que se apresentava desolador: exploração e mais exploração dos operários pobres que enriqueciam o bolso dos capitalistas. Contudo, a fala de Lima é marcada de desgosto, pois com o fim da fábrica ele também perdeu o seu cargo de gerente e ainda hoje é conhecido na cidade como Zezinho da fábrica.

Todavia, ao nos depararmos com o processo de falência da “Fiação e Tecelagem Arenópolis S/A”, percebemos a falta de compromisso e o descaso daqueles que assumiram a fábrica após a saída de seu Austragésilo. Assim, a falta de capacidade administrativa e a passividade diante de empréstimos que os endividavam cada vez mais, terminou por conduzir a fábrica à falência.

3.5 Arenópolis fecha as portas: é declarada a falência

Após a falência, o cenário era outro:

Prédio deteriorado, abandonado e com vários desabamentos. Muita poeira, metralhas, sujeiras e detritos. Portas, janelas e paredes deterioradas com amplo acesso pelos fundos do prédio. As máquinas sem nenhuma conservação, enferrujadas, depreciadas e sem a maioria dos acessórios e motores pela ação de pessoa ou pessoas ignoradas e desabamento do teto. (FREIRE, 1979, p.03).

Assim foi descrita pelo síndico Elmo Duarte Freire a situação em que se encontravam as instalações da fábrica em 1979, após completo abandono por parte de seus donos.

Processada pelo juiz da comarca de Areia-PB, o Dr. Genésio Gomes Pereira Filho, a falência da ‘Fiação e Tecelagem Arenópolis S/A’ foi requerida pelo Banco do Brasil S/A³⁹, devido a cobrança de uma Cédula de Crédito Industrial que não foi paga pelos proprietários. Durante o processo, todos os atos oficiais da falência foram publicados no Diário Oficial do Estado e no jornal “A União”⁴⁰.

De acordo com o relatório⁴¹ do síndico Elmo Duarte Freire, responsável por efetuar o tombamento dos bens da “Fiação e Tecelagem Arenópolis S/A”, entre as várias causas da falência, a mais determinante propriamente dita foi a falta de administração e incapacidade de seus dirigentes. Embora, alguns atos praticados tivessem características de crime falimentar, tais como: diretores ausentes, os quais morando no Ceará apareciam esporadicamente em Areia; escrituração dos livros atrasada; balanço não apresentado ou levantado regularmente.

Ademais, o síndico observou a partir de conversas travadas com cidadãos areienses que a “Fiação e Tecelagem Arenópolis S/A” ia muito bem e de repente faltou dinheiro e conseqüentemente o não cumprimento das obrigações pecuniárias da empresa, ocorrendo contra ela, na praça⁴² de Areia, várias execuções⁴³. Fato esse que apressou o estado de “quebra” do Falido.

Freire chegou a Areia no dia 19 de abril de 1979 e iniciou os seus trabalhos, acompanhado por um Oficial da Justiça designado verbalmente pelo Juiz, com a supervisão do Promotor Público. No entanto, a situação calamitosa em que se encontravam os bens da fábrica, dificultou bastante o trabalho do inventário.

Por esta razão, o síndico tomou algumas providências imediatas como: limpeza da poeira e dos detritos encontrados tanto na parte interna quanto na parte externa do prédio da fábrica, no escritório e almoxarifado, além do deslocamento de peças e motores, fechamento de janelas e portas, como também a permanência de um vigia no lugar.

Feitas as devidas observações, o síndico encontrou o cofre da empresa e tendo sido avisado naquelas proximidades que a chave e o segredo do cofre se encontravam com um ex-funcionário da empresa, o Sr. Martinho José Maximiniano, ele foi ao seu encontro e solicitou

³⁹ O requerimento da falência pelo Banco do Brasil S/A, teve como base o Inciso I, do art.2º, do Decreto Lei nº 7.661, alegando que o Falido não pagou o débito ajuizado, referente à cobrança de uma Cédula de Crédito Industrial, com garantia de penhor cedular sob nº EIC /73-07, com vencimento para 20 de agosto de 1974.

⁴⁰ Ver os anexos desta dissertação.

⁴¹ Relatório de Tombamento da massa falida “Fiação e Tecelagem Arenópolis S/A”, da cidade de Areia, do estado da Paraíba, feito pelo síndico Elmo Duarte no ano de 1979.

⁴² Praça: conjunto das instituições comerciais e financeiras de uma cidade.

⁴³ Execução: ajuizamento de dívida líquida e certa representada por documentos públicos ou particulares a que a lei atribui força executória.

que ele o acompanhasse até o antigo prédio para juntos abrirem o cofre. A abertura do cofre foi realizada na presença do Oficial de Justiça Sr. Everaldo Ferreira da Silva e de dois inspetores do Banco designados para esse fim. Para surpresa dos que ali estavam presentes, no interior do cofre foram encontrados apenas documentos e folhas do Balancete Diário.

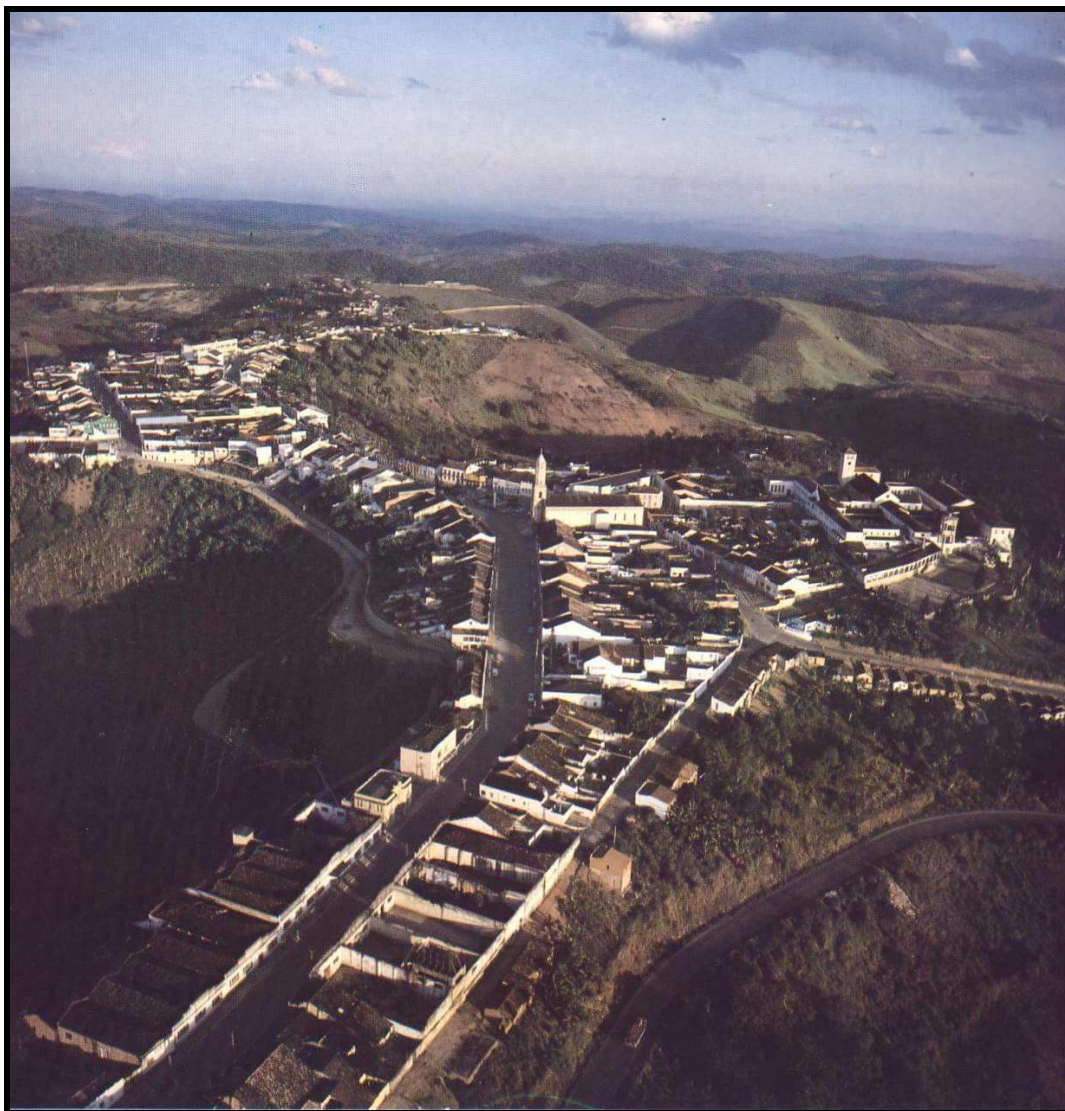


Imagem 7: Vista aérea da cidade de Areia, onde a “Fiação e Tecelagem Arenópolis S/A” aparece neste momento já deteriorada e destelhada.

Ao procurar a documentação da “Fiação e Tecelagem Arenópolis S/A”, esses senhores se depararam com a caótica escrituração dos livros que já não vinha acontecendo desde 1974. No mais, não foram encontrados fichas, ou livro Razão, ou ainda o livro Diário e ou livro Caixa, o que tornou evidente a desorganização da referida fábrica. Para comprometer ainda mais essa situação de aparente descaso, os documentos contábeis, livros, registros e documentos diversos da empresa, estavam jogados em uma prateleira inadequada e pelo chão

do almoxarifado como descreve o síndico Elmo Duarte Freire. Ali, a poeira, a sujeira e os documentos se confundiam com os restos de sucata, metralha e umidade da chuva, uma vez que metade do teto já havia caído. Tais infrações constituíram crime falimentar conforme o disposto do art. 186 do Decreto Lei nº 7.661, de 21 de junho de 1945.

Segundo o relatório de Freire (1979), o estado precário de conservação da maior parte dos bens da empresa e a destruição quase total de seus arquivos, controles e registros contábeis, deveu-se sobretudo, a ausência de seus Diretores e/ou Representantes. Tanto que, em 1979, todos os imóveis residenciais, dois depósitos, o prédio da Casa de Força e uma dependência junto à garagem do Escritório da empresa, achavam-se ocupados por famílias e negócios.

Contudo, na sua maioria, eram famílias que se alojaram naqueles prédios, pois esses se encontravam sem nenhuma administração, tornado-se oportuna a sua ocupação. Outros prédios foram aproveitados para depósitos, garagens, e até uma firma comercial funcionava em um dos armazéns com sua distribuição PIBIGÁS, que depositava no 1º Cartório a quantia de Cr\$ 600,00 por mês em forma de aluguel. Os demais ocupantes não pagavam aluguel, alegando a maioria que tiveram acesso aos imóveis com autorização do Juiz.

No entanto, boa parte daqueles moradores, segundo as informações que foram dadas ao síndico e apresentadas no Relatório de Falência, pagou aluguel durante longo período aos senhores Martinho José Maximiniano, conhecido como Leão e José Gomes da Silva, o Sanfoneiro, ambos eram ex-funcionários da empresa. Embora o Juiz tenha determinado a suspensão daquela cobrança por considerá-la irregular, essa ilícita arrecadação efetuada por esses senhores deveu-se ao abandono do prédio por parte dos diretores da Fiação e Tecelagem Arenópolis S/A em fins de 1974. Tendo em vista que o Sr. Francisco Augusto Cavalcante de Castro (Diretor Presidente), Sr. Newton Cavalcante de Castro (Diretor Gerente) e Sra. Maria Elza Lino Gonçalves de Castro (Diretora Secretária), abandonaram a empresa sem deixar representante legal, ficando tudo na mão de alguns funcionários, que pouco interesse tiveram em conservar seu patrimônio, tendo em seguida, sido decretada a sua falência.

De acordo com as informações obtidas pelo síndico durante o tombamento dos bens da massa falida, o Sr. Francisco Augusto C. de Castro e sua esposa Maria Elza Lino G. de Castro, participavam à época de outras empresas no estado do Ceará: Aquirás Ind. e Comércio Ltda; Posto Central Ltda; IRPEL – Ind. de Redes Central Ltda. Ambos movimentavam suas contas particulares no Banco do Brasil do Estado do Ceará S/A- em Cascavel- CE. Concomitantemente, foi encontrado nos arquivos de Arenópolis, diversos títulos quitados, de

emissão e aceite das empresas acima referidas e empréstimos e reformas, naqueles empreendimentos do Ceará. Além de diversos comprovantes de depósitos em suas contas particulares naquele Banco, embora o síndico não soubesse se foram e como foram contabilizados.

Nas palavras do síndico Elmo Duarte Freire:

O Sr. Francisco Augusto C. de Castro, considerando-se a ausência de vários bens do Ativo Imobilizado da empresa, livros e registros contábeis, bem como informações verbais outras, de pessoas com quem trabalhou, como resultado de sua gestão à frente da Arenópolis, mostrou absoluta falta de capacidade administrativa ou propósitos inescrupulosos. (FREIRE, 1979, p.12)

Com o completo abandono da fábrica, ocorreu a imediata ação depredadora do público que havia invadido aquelas instalações, ocasionando a oportunidade de apropriação de objetos de valor.

Contudo, alguns ex-operários afirmam que os equipamentos mais representativos foram levados ainda na gestão dos dirigentes da empresa e que muitas máquinas (os teares, entre outras) foram quebradas a propósito e vendidas para as sucatas de “ferro velho”.

De acordo com o síndico eles chegaram até mesmo a citar uma dessas operações que foi realizada pelo Sr. Francisco Augusto de Castro juntamente com o Sr. Adalberto Targino (o gordo) de Alagoa Grande, envolvendo vários caminhões de “pioelho de algodão”. De outra operação, não se sabe com quem, o síndico ressalta que houve o conhecimento da fiscalização Estadual quando era transportado um caminhão de latas de cardas.

Mas apesar do abuso, destruição e desperdício ocorridos em toda a dimensão da fábrica e expostos pelo Relatório de Tombamento, o patrimônio da “Fiação e Tecelagem Arenópolis S/A” ainda era suficiente para amparar os créditos habilitados e livrar-se das dívidas.

3.6 A Vila operária posta em leilão. Qual a reação dos moradores?

Após a falência da Fiação e Tecelagem Arenópolis S/A e feito o tombamento dos bens da massa falida, todo o patrimônio da fábrica foi posto em leilão, para que através da aquisição de seus bens por novos proprietários, fosse possível conseguir em dinheiro a quantia necessária para quitação das dívidas junto aos credores.

A notícia do leilão chegou ao conhecimento dos moradores de Areia com os anúncios de jornal e através do rádio a notícia espalhou-se pelas cidades vizinhas. Em cumprimento ao prazo previamente estabelecido, os bens de Arenópolis foram postos em Leilão Público no início de Julho de 1981. O leiloamento foi realizado na Sala de Audiências do 1º Cartório, no edifício Mãe Luiza, à Rua Santa Rita, 130 - térreo, por volta das 10 horas da manhã. Esse edifício mantém conservada sua estrutura arquitetônica até nossos dias e localiza-se no centro da cidade de Areia.

Assim, os terrenos e edificações, as máquinas e equipamentos, os móveis e utensílios que a empresa possuía, foram todos postos em leilão. Até mesmo as casas da Vila Operária estavam incluídas e seriam leiloadas por Cr\$ 71,00 cada uma.

Todavia, a maior parte dos moradores da Vila não possuía essa quantia em dinheiro para arrematá-las e sofriam com a ameaça de despejo caso as casas fossem compradas por novos donos. Esses moradores ainda recorreram ao Banco do Brasil na esperança de obter algum empréstimo, mas não alcançaram êxito. Além disso, o fato das casas não serem vendidas á prazo dificultava ainda mais a situação dos moradores e ex-operários. Assim, apenas oito deles, de melhor condição financeira, conseguiram arrematar as suas casas durante o Leilão Público.

Mas o grupo ameaçado de despejo traçou suas estratégias de luta com o objetivo de conseguir a aquisição de suas casas. Para tanto, eles realizaram reuniões na casa de seu Romão, um ex-operário sindicalista que encabeçou o movimento de resistência e enfrentamento aos responsáveis pelo Leilão Público que colocaria as casas por eles ocupadas à venda.

Vários estudantes universitários também se engajaram nesta luta em favor dos moradores da Vila Sant'Ana, conseguindo para advogar em defesa deles a Dr.^a Teresa Braga, da cidade de Campina Grande. Sobre as reuniões feitas na casa de seu Romão, seu Cícero Andrade da Silva⁴⁴, atual morador da Vila, mas que na época ocupava a função de vigia da massa falida recorda:

As reunião quem vinha era a doutora Tereza Braga, de Campina Grande, advogada, tinha uma estudante aqui da Escola chamada Márcia, tinha João [...] também estudante né? Só sei que se ajuntava esse pessoal aqui e as irmã do Colégio, irmã Marta. Foi exatamente quando fizeram esse traçado aqui e a reunião ficava na casa de seu Romão [...].

⁴⁴ Entrevista concedida à autora em novembro de 2009.

Assim, eles compartilhavam ideias, motivavam uns aos outros e traçavam os passos a serem seguidos pelo grupo da esperança de saírem vitoriosos diante daquela situação que tanto os oprimia. Com esse objetivo organizaram uma passeata, para expor publicamente a sua revolta e discordância referentes ao leilão de casas que “pertenciam” aos ex-operários na Vila e mobilizaram os moradores e suas famílias nessa manifestação de protesto. Na passeata compareceram tanto os homens quanto as mulheres e crianças, estando às últimas à frente do movimento com cartazes por elas produzidos e fazendo muito barulho com o tinir das panelas em mãos. Levando-nos a compreender que de tudo fizeram para chamar a atenção da sociedade areiense para o tamanho descaso do qual estavam sendo vítimas.

Alguns estudantes universitários também participaram daquela manifestação de caráter social em favor dos antigos operários e por essa razão foram intimados a comparecer na Delegacia da cidade de Areia. Todavia, apesar das intimidações sofridas eles não compareceram, mas não houve violência neste sentido.

Seu Cícero Andrade da Silva não participou desse movimento, porque na época sua casa já tinha sido vendida. Mas através da intervenção da advogada Teresa Braga, ele havia ganho um pedaço de chão e mostrou-se conformado e feliz com o terreno. Todavia, não demonstrou solidariedade aos demais colegas cujas causas não estavam resolvidas, apesar de justificar sua ausência por estar trabalhando. Sobre a passeata, ele recorda:

Essa passeata eu já tinha sido independente a minha casa já tinha sido vendida não é? Aí eu tava trabalhando, mas disse que foi, o que ajuntaram aqui de moleque batendo caçarola, lata velha, que subiram pra rua sem camisa. Ajuntaram os moleque botaram na frente e os adulto saíram atrás. Mas esse tempo eu tava trabalhando (...) quando houve essa passeata. A minha casa já tinha sido vendida, eu já tava voando não é? Agora se não tivesse sido vendida a minha casa eu tinha entrado no meio não tinha serviço que tivesse me empatado [risos]. Mas graças à Deus de que a doutora veio, e soube o tempo que eu já tinha morado aqui, 6 anos e que a casa eu não recebia mais, já tinha sido vendida, mas antes me fez presente esse chão e eu graças à Deus fiquei melhor do que lá. (SILVA, 2009).

A passeata foi até o Fórum da cidade, onde os bens da massa falida “Fiação e Tecelagem Arenópolis S/A” seriam leiloados, mas o preço estipulado para as casas da Vila Operária não foi convincente e os arrematantes acabaram não as adquirindo, o que favoreceu os ex-operários e moradores, ao conceder-lhes mais tempo para continuarem engajados na sua empreitada. Seu Cícero Andrade da Silva que testemunhou o acontecido relatou sobre esse fato:

Pegaram o orçamento (...) aí saíram de Solânea, Remígio, Arara, Guarabira, Alagoa Grande, Campina Grande, Esperança. Eu sei que o dinheiro que chegaram a

arrumar, o dinheiro que arrumaram batalhando isso tudim pra pagar essas casas, não deu pra comprar um quarto de tijolo pra fazer nem essa casinha que tem aqui, vizinha aqui.

Ou seja, apesar do esforço daqueles moradores em se dirigirem até as cidades vizinhas na tentativa de arrecadar o dinheiro necessário para arrematarem as suas casas, eles não foram bem sucedidos, pois o valor estipulado era muito alto e eles não conseguiram o valor suficiente. Mesmo assim, eles não cruzaram os braços diante das dificuldades ao exercitar a paciência e ser perseverantes.

Quando as suas chances pareciam esgotadas, os moradores souberam da notícia que o então governador da Paraíba, o Sr. Tarcísio de Miranda Burity, estaria na cidade de Remígio. Desse modo, se dirigiram até essa cidade e conseguiram falar com o governador e suplicar sua ajuda e intervenção. O governador, aparentemente sensibilizado com o momento crítico que aqueles ex-operários estavam enfrentando, se comprometeu a comprar as dezoito casas restantes e dar a escritura a cada morador. “Se o governador não tivesse tomado as providências tinha se acabado tudo no mundo mesmo”, observa enfaticamente Silva (2009).

A questão ainda se prolongou por cerca de seis meses, mas finalmente os ex-operários da falida fiação e tecelagem conseguiram a posse definitiva de suas casas. Convém lembrar que quando a fábrica fechou “a Vila acabou-se mesmo de uma vez, foi ficando um deserto mesmo [...] todo mundo foi embora, não tinha o que fazer, não tinha serviço”. Por essa razão, alguns operários abandonaram as casas que foram ocupadas por pessoas que nunca tiveram qualquer vínculo empregatício com Arenópolis, mas que também lutaram pela posse definitiva das casas.

Quando a causa foi resolvida e o governador conseguiu a aquisição dos imóveis, os moradores da Vila Operária organizaram uma festa para o recebimento das escrituras. Aquele foi um dia de grande celebração na Vila Operária. Nas recordações de Silva (2012) “A festa teve o dia que fizeram as entrega das escritura, dos diploma [...] foi festão, botaram uma gambiarra no meio da rua né, foi até bom assim mesmo, muita cachaça, muita farra, foi bom”. Luíz Roque da Silva (2013), filho de um dos moradores da Vila, complementa: “Até seu Mané Tambor veio tocar, [...] ele que tocou no dia da festa. [...] depois que todo mundo recebeu as escritura aí pronto, foi só forró. Mas foi bom demais!”.

Apesar das provações e ameaças sofridas, naquele momento os moradores da Vila experimentaram o doce sabor da vitória após a amarga luta, comemoraram, compartilharam da alegria. Causa ganha, luta vencida!

Na ocasião, além dos moradores e suas famílias estavam presentes o Sr. José Henrique Batista que era dono do cartório e estava com as escrituras, a advogada Teresa Braga e como o governador Tarcísio Burity não pôde estar presente, encaminhou sua comitiva juntamente com seu secretário a fim de representá-lo: “quem veio foi o secretário dele, e era tudo caba de gravata, era uns doutor de gravata branca que era pra fazer as entrega (...) era tudo gente importante”. (SILVA, 2009)

Diante disso, o que seria uma simples entrega de escrituras, tornou-se também um acontecimento de cunho político. De acordo com Bosi (2003, p. 21-22):

Quando um acontecimento político mexe com a cabeça de um determinado grupo social, a memória de cada um de seus membros é afetada pela interpretação que a ideologia dominante dá desse acontecimento. Portanto, uma das faces da memória pública tende a permear as consciências individuais.

E assim aconteceu, pois Tarcísio Burity era um homem público e ocupava um cargo político importante no nosso Estado, era o governador da Paraíba. Percebemos então que a atenção dedicada ao caso específico daqueles ex-operários e moradores da Vila, deixa subentendido certa “troca de favores”: as casas pelo voto. Desse modo, Tarcísio Burity, ao conseguir as escrituras e entregá-las aos moradores que lutaram por sua aquisição, tornou-se o ‘salvador dos moradores da Vila’, os quais passaram a nutrir por esse homem profunda gratidão, como demonstra seu Cícero: “Eu agradeço a Deus nos céus e publicamente ao governador Tarcísio Burity. Deus que bote ele onde merecer (risos) é que ele já morreu, aquilo que é bom demora pouco”. Assim, a face da memória pública ao permear a consciência individual dos integrantes desse grupo, os tornou defensores de Tarcísio Burity⁴⁵ a quem afirmam terem apoiado nas campanhas políticas posteriores.

Contudo, a entrega das escrituras na Vila San’Ana também causou descontentamento por parte de antigos operários e fez surgir entre eles um sentimento de injustiça, pois nem todas as pessoas que conseguiram o imóvel eram ex-operárias. Mas esses cidadãos areienses que não tinham vínculo algum com Arenópolis, só se apropriaram das casas devido ao abandono por parte dos operários que com o fechamento da fábrica mudaram de cidade em busca de novas oportunidades de emprego. Todavia, enquanto eles ocuparam as casas, alguns

45 Tarcísio de Miranda Burity, chegou a governador da Paraíba, em 1979, pela ARENA. Em 1982, renunciou ao cargo, para disputar uma vaga na Câmara dos Deputados, recebendo a maior votação da história da Paraíba: aproximadamente 173 mil votos. Em novembro de 1986, foi eleito, mais uma vez, governador pelo PMDB (desta vez pelo voto popular) e permaneceu à frente do executivo paraibano entre 15 de março de 1987 e 15 de março de 1991.

ex-operários continuaram morando em Areia, sem casa na Vila e pagando aluguel. Esses mantiveram a esperança de que os imóveis ocupados por aqueles que não trabalharam na fábrica seriam desapropriados e entregues a quem tinha maior direito: os ex-operários e suas famílias. Todavia, a esperança de conseguirem as casas foi frustrada com os fatos que seguiram.

Pra senhora ver, gente que nunca trabalhou ganhou casa aqui e gente que trabalhou não teve, ficou sem. Num teve porque não tava aqui, porque não tava dentro das casa, quem tava dentro das casa ganhou tudinho [...]. Quem tomou conta dos imóveis aqui foi ajeitando devagarzinho aí ficaram. (SILVA, 2009).

Os moradores e agora proprietários de suas casas na Vila Operária, efetuaram inúmeras modificações no espaço, deixando além do nome, poucos indícios sobre a constituição social e arquitetônica da Vila que não conservou suas fachadas e compartimentos devidamente igualitários.

Além disso, após a aquisição das casas, entre aqueles cujas escrituras foram entregues em mãos e que gasto algum tiveram com a sua aquisição, alguns acabaram vendendo o imóvel e se desfizeram de um bem cujo trajeto percorrido para alcance do sonho, deveria ultrapassar o mero valor monetário.

Todavia, assim que as escrituras foram entregues e os bens da massa falida leiloados aqueles operários cuja vida estava atrelada a cotidianidade fabril e aos ecos dela resistentes, perderam sua identificação como classe operária areiense, pois o laço de pertencimento se desfez...O espaço de suas vivências foi destruído e nada podiam fazer a não ser lamentar.

3.7 É preciso redescobrir a paisagem das cidades

Aqui estamos nós, no ano de 2013 caminhando pelo centro da cidade. Na rua nenhum vestígio encontramos que faça referência a antiga fábrica, nossos olhos contemplam novos prédios, Igreja, Caixa Econômica, Pousada, Lojas, casas e mais casas. Para que essas novas construções se erguessem, foi necessário que outras fossem demolidas e com elas histórias de toda uma vida.

Entre os moradores atuais, alguns recordam vagamente de Arenópolis, já os antigos moradores sempre associam a fábrica ao apito da sirene, ao fumaçar das chaminés, a

‘multidão’ que entrava e saía por ocasião das mudanças de turno. Naquela época a dinâmica da cidade era outra e se descortinava aos olhos do passante, à semelhança do *flâneur* de Walter Benjamin (1994)⁴⁶, uma outra paisagem.

Em seus ensaios sobre a obra do poeta francês Charles Baudelaire, Benjamin chama a atenção para a figura do *flâneur* que, com um prazer quase voyeurístico, comprazia-se em observar refletidamente os moradores da cidade em suas atividades diárias. Dessa paixão do *flâneur* pela cidade e a multidão, decorre a *flânerie* como ato de apreensão e representação do panorama urbano. O *flâneur*, portanto, é o leitor da cidade, bem como de seus habitantes, através de cujas faces tenta decifrar os sentidos da vida urbana. De fato, através de suas andanças, ele transforma a cidade em um espaço para ser lido, um objeto de investigação, uma floresta de signos a serem decodificados – em suma, um texto. (BENJAMIN, 1994)

Segundo Benjamin (1994), a cidade é tudo para o *flâneur*, sua casa, sua paisagem. Não é somente o espaço da cidade que está à disposição do *flâneur*, é também sua história.

Portanto, os antigos operários de Arenópolis hoje vivenciam essa experiência do *flâneur*. Mas para eles, caminhar e ver se confundem na lembrança, pois o tempo de lembrar está entrelaçado ao tempo de trabalhar. Nesse sentido, a lembrança na memória da operária Violeta vem acompanhada da valorização do trabalho e de uma crítica e certo estranhamento em face à sociedade atual, onde ela encontra tantos jovens ociosos a perambular pelas ruas, sem rumo, sem trabalho.

Ah! O tempo. Sempre tão contraditório. Não flui uniformemente. O homem foi quem tornou o tempo humano em cada sociedade e cada classe, assim como cada pessoa o vive diferenciadamente. Assim, a *flânerie* conduz essa operária a um tempo desaparecido – o dela e o da cidade. Desse modo, ela não apenas aponta as transformações do cenário urbano como revela sua historicidade. Nas palavras de Maria Violeta: “[...] foi um tempo bom aquela época, ninguém via essas criançaada, esse povo, essa rapaziada tudo aí sem emprego né? Não, ninguém via isso porque os rapazinho já queria ir trabalhar, já trabalhava”.

A arte de fiar memórias e tecer narrativas faz com que essas histórias não se percam, histórias de vida, da fábrica, do operariado, do viver cotidiano, das lutas e conflitos que colocaram em evidência a formação de uma classe: a classe operária areiense. Classe que não teve a pretensão de ser homogênea em sua constituição, nem tampouco suprimir o indivíduo

⁴⁶ Veja-se: BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas III: *Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo*. 3ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

em detrimento do grupo, pois o próprio grupo era composto por indivíduos cujos relatos orais aqui transcritos e interpretados nos possibilitaram interpretar o outro (o operariado areense) em outro tempo (as décadas de 1940 e 1980). Convém ressaltar que o narrador (entrevistado) ao lembrar-se de sua história individual e compartilhá-la conosco, automaticamente nos fala da história coletiva na qual essa está imersa. E, por mais que a estrutura física da fábrica não mais exista, na recordação dos entrevistados a memória a repõe em seu lugar de origem, lhe atribuindo mais que forma, significação e sensibilidade. Portanto, o testemunho deles comprova que destruíram paredes, não as histórias de vida...

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante muito tempo, os estudos de História privilegiaram os documentos escritos, sobretudo os oficiais, fontes que possibilitavam ao historiador realizar o seu trabalho, garantindo a veracidade dos acontecimentos e processos ali registrados. Mas a partir de meados do século XX, esses procedimentos foram questionados e com a entrada em cena da História Cultural, o historiador passou a acolher e dar existência e visibilidades às várias narrativas.

Nessa perspectiva, o foco do historiador voltou-se para a memória coletiva dos grupos e para uso de metodologias alternativas ao trabalho estrito com documento, como fica evidente nos trabalhos apoiados pela metodologia da história oral, na qual a essa pesquisa se fundamenta. Na ausência de documentos oficiais, arquivos, atas e livros, a História Oral nos possibilita investigar as marcas de historicidade deixadas pelo tempo através da memória desses ex-operários.

A eles coube a difícil tarefa de recompor lugares destruídos pelo tempo, através da arte de lembrar. Com isso, as tramas e urdiduras que envolveram Arenópolis e seus operários se entrelaçaram, não na tecelagem de fios, mas de palavras e gestos que compuseram uma nova tapeçaria textual para e sobre a cidade. São “histórias de vida”, que extrapolando os muros da fábrica, nos fizeram ouvir ecos despertados pelo presente e trouxeram do passado memórias impregnadas de recordações de espaços que não mais existem.

Embora compreendêssemos a fábrica como o lugar do trabalho, ela também era paisagem de uma vida, espaço de sociabilidade, ali operários vivenciaram experiências comuns, que lhes permitiram identificar-se enquanto grupo e criar laços de pertencimento e cumplicidade. Ali eles sonharam e compartilharam ideais, acreditaram em uma mudança que os favorecesse ao se engajar em lutas que resultaram em perdas e ganhos.

O fechamento da fábrica contribuiu para dispersar um grupo de trabalhadores e suas memórias, de fato, eventos como esse corroboram para que várias memórias se apaguem, muitas histórias deixem de ser conservadas e antigas tramas de sociabilidade sejam desfeitas. Portanto, mais que a simples transmissão de informações nosso interesse voltou-se para documentar uma história que sentíamos estar se perdendo com o fim da vida daqueles que dela foram testemunhas diretas.

A integração desse grupo de operários nos estudos da História Social teve como objetivo incorporar esses novos sujeitos sociais nos estudos históricos e através dessa inclusão

proporcionar aos operários da Fiação e Tecelagem Arenópolis S/A, refletir sobre as transformações efetuadas no ambiente fabril e construir suas experiências.

Com essa pesquisa, desvendamos aspectos até então não aprofundados da cultura operária, particularmente do operariado têxtil na cidade de Areia/PB. Observamos que através de suas memórias são contadas histórias significativas do local de trabalho, da convivência na Vila Operária, da cotidianidade urbana. A pluralidade dessas narrativas, as diversas experiências que esses operários adquiriram, demonstram que existem diferentes maneiras de viver e interpretar o vivido.

Quanto a Arenópolis, mudanças poderiam ter sido feitas, direitos garantidos e assegurados, mas faltou vontade de poder, disposição, desprendimento daqueles que detendo os meios de produção os usavam contra e não em benefício do trabalhador. Pois pensar em “operário e industrial”, “dominante e dominado”, “fraco e forte” de mãos dadas, unidos em força e coração, é utopia. O isolamento e a exploração da força de trabalho se faziam presentes, as desigualdades eram alarmantes, os capitalistas visavam apenas o lucro pelo lucro. Impondo a homens e mulheres o tempo das máquinas, essas gigantes de ferro incansáveis, que pareciam movimentar-se sozinhas, pensar e desejar enquanto homens e mulheres se faziam seus meros servidores.

Os industriais não se importaram com o cansaço, a fadiga, a desmotivação causada por um tratamento que não era humano, mas repressivo, de um trabalho que era mera repetição de gestos. Mas não vá alguém pensar ser esta a representação de um grupo como um todo homogêneo, entre os operários existiram as fissuras, as disparidades, os diferentes significados e sentidos atribuídos ao ato do trabalho, as variadas sensações e sensibilidades que comportaram um mesmo espaço: a fábrica. Houve uma não conformidade, uma antidisdisciplina, aqueles operários supostamente subordinados e entregues aos mandos e desmandos dos capitalistas, nem sempre se mostraram passíveis e dóceis.

Como consequência surgiram os enfrentamentos, a revolta em face às humilhações e os operários irmanados pelo sofrimento deflagram uma greve em sinal de solidariedade a companheiros punidos injustamente. Desse modo, rompeu-se o silêncio através da denúncia, que fez ecoar o grito dos operários: – Os nossos direitos não estão sendo cumpridos! E como consequência o afastamento, o desemprego, a solidão. Trabalhadores frustrados, empresários desanimados e desgostosos, descaso, vingança. A venda das melhores máquinas e a entrega da fábrica a outros que não tiveram capacidade administrativa para reerguê-la ou

demonstraram pouco interesse em fazê-lo. Com isso, Arenópolis percorreu o triste caminho da decadência, da falência, do abandono.

A fábrica fechou, seus bens foram leiloados, a esperança da chaminé voltar a fumar findara com a venda da massa falida. O próprio tempo encarregara-se de mudar a feição viva e reluzente da outrora Arenópolis pelo acolhimento das traças e ruína.

A rua, onde se localizava a antiga fábrica, nunca mais será a mesma, cessaram os ruídos das máquinas, o apito da sirene, o transitar de operários(as) pelas ruas, apagaram-se do espaço materialidades e sociabilidades do passado, a cidade fabril silenciou. O que esperar de espaços vazios? Restou-lhe a destruição total. A antiga fábrica se tornou terreno e hoje novas edificações ocuparam seu antigo lugar, ficou apenas a lembrança de uma experiência fabril que não mais existe, mas que povoa a nossa escrita com os rastros oriundos de um passado que o tempo não consegue apagar.

Por falar em tempo, é chegada a hora de concluir essas linhas, que nos deram acesso a uma nova paisagem da cidade. Mas antes, convém repensar “a invenção do dia” como fez o poeta areense, Walberto Cardoso, filho de João Cardoso (meu avô), no momento em que ele pensa a fábrica como espaço desconhecido. Tal postura é assumida porque durante a sua infância ele morou na mesma rua que um dia testemunhou o fumar das chaminés, o apito da sirene, o transitar dos operários, sensibilidades que se perderam no tempo e que ele já não consegue lembrar. A imagem que dela ficou foi ausência, pois na medida em que o menino crescia os prédios da fábrica e a rua assumiam outras feições. Assim, o autor verbaliza recordações presentes em sua memória e proclama:

Desconheço aquela paisagem
Que cobria os meus olhos, os meus pés, os meus dedos,
Sirenes do dia

Desconheço o brejo e suas fábricas
As crianças que brincavam comigo,
que atravessavam a história do beijo

Não desejei perseguir as ruas por onde construí estes
descaminhos
Onde ficou o nosso hóspede no momento em que o porão
se desfazia
Emparedado à sombra da renúncia?

Assim foi a casa, a cozinha, o quintal
E a fração do almoço,
Como a proclamar o diário da boca
E assim a obrigação de dobrar lençóis...
O sol – maior que os quartos – e a terra nos vestia de
intervalos.

Entre os inventários, a ruína
o rito das traças, a melodia devorada
fora da sala o incompleto palácio

e a oração da tarde
a percorrer a ingênua cidade

o anúncio da hora prévia
e exata da verdade.

(CARDOSO, 2009)

Verdade? Sim, que a verdade seja dita: a história de Arenópolis não finda aqui, com a traça que corrói documentos, com a demolição de prédios e paisagens de uma vida inteira, com o longo tempo de viver e o breve tempo de narrar desses ex-operários, com o fim da tarde que se anuncia. A história se perpetua na memória daqueles que dela fizeram parte e ainda se encontram à espera de testemunhas autorizadas.

Mas como a memória histórica tem no registro escrito um meio fundamental de preservação e comunicação, aqui fica o registro escrito da “Fiação e Tecelagem Arenópolis S/A” e das experiências compartilhadas por alguns de seus ex-operários. Todavia, caros leitores, contra o estático passado que nos desafia, redescubramos outras paisagens da cidade!

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. *História oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1989.

ALMEIDA, José Américo de. *Quarto Minguante*. Edição fac-similada de 1975.

ALMEIDA, Horácio de. *Brejo de Areia*. Memórias de um Município. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1958.

ANSART, Pierre. História e Memória dos Ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella & NAXARA, Márcia (org.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas. Editora da Unicamp, 2001.

ARANHA, Gervácio Batista. “A história renovada: a emergência dos novos paradigmas.” (pp.41-73) In: *Saeculum: revista de história*. João Pessoa: Editora Universitária-UFPB. Nº4/5. Dez.2000.

_____. *Trem e imaginário na Paraíba e região: Tramas políticoeconômicas (1880-1925)*. Campina Grande: EDUFCG, 2006.

_____. “Da vida pública noturna nas cidades do norte brasileiro: recepção ao teatro e ao cinema na passagem do século XIX para o Século XX”. In: *Ariús: revista de ciências humanas e artes*, Campina Grande, v.14, n.1/2, jan./dez. 2008.

AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira*. 6ªed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ; Brasília: Editora da UnB, 1996. [Introdução: p.27-47].

BARROS, José D`Assunção. *O campo da história: especialidades e abordagens*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. Os desafios atuais da História do Trabalho. In: *Anos 90*, Porto Alegre: UFRGS, vol. 13, nº. 23/24, p. 87-104, 2006.

BRANDIM, Ana Cristina Meneses de Sousa. Entre as peças do jogo de xadrez, em Teresina: algumas reflexões sobre o urbano e a dificuldade de pensar o outro. In: NASCIMENTO, Francisco Alcides do e MONTE, Regianny Lima (orgs). *Cidade e Memória*. Teresina. PI: EDUFPI/ Imperatriz, MA: Ética, 2009.

BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas III: *Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo*. 3ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BRESCIANNI, Maria Stella. História e historiografia das cidades em percurso. In: FREITAS, Marcos César de (org). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.
_____. Cidade, cidadania e imaginário. In: SOUZA, Célia Ferraz de; PESAVENTO, Sandra Jatahy. (orgs.) *Imagens urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano*. 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade*. Lembranças de Velhos. 8.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Trad. Iraci D. Poleti. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

_____. A operação histórica. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Orgs.). *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Edições Francisco Alves, 1995, p. 17- 48.

_____. *A invenção do cotidiano: 2. Morar, cozinhar*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim – o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador; conversações com Jean Lebrun*. São Paulo: UNESP/IMESP, 1999.

_____. A História Cultural: entre práticas e representações. 2. ed. Algés: DIFEL, 2002.

_____. *A história ou a Leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

_____. *A história hoje: dúvidas, desafios, propostas*. 1994.

CORBIN, Alain. “Do Limousin às culturas sensíveis.” (pp.97-110).). In. RIOUX, Jean Pierre e Sirinelli, Jean-François (orgs). *Para uma história cultural*. Tradução de Ana Moura. Lisboa: Editorial Presença, 1998.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo – 1920-1934*. Rio de Janeiro/RJ: Paz e Terra, 1987.

DE DECCA, Edgar. *O nascimento das Fábricas*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

FERREIRA, M. & AMADO, J. In: FERREIRA & AMADO. *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: 1998.

FLORES, Elio Chaves. Dos feitos e dos ditos: História e Cultura Histórica. In: *Saeculum – Revista de História*, ano 13, nº. 16. João Pessoa: Departamento de História/ Programa de Pós-Graduação em História/ UFPB, jan./ jun. 2007, p. 83-102.

FORTUNA, Carlos. Imagens da cidade: sonoridades e ambientes sociais urbanos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 1998, nº51, p.21-41.

GOMES, Angela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. “Espaços e tempos entrecruzados na história: práticas de pesquisa e escrita.” (pp.135-166) In. *História: cultura e sentimento*. Outras histórias do

Brasil. Organização Antonio Carlos Montenegro... [et al.]. Recife: Ed. Universitária da UFPE; Cuiabá: Ed. Da UFMT, 2008.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértio, 1990.

HELLER, Agnes. *O Cotidiano e a História*. Rio De Janeiro: Paz e Terra, 1995.

HOBBSAWM, E. J. *Da revolução industrial inglesa ao imperialismo*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1979.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (orgs.). *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

JOFFILY, Irineu. *Notas sobre a Paraíba*. 1.ed. 1892; edição fac-similar. Brasília: Thesaurus, 1977.

LE GOFF, Jacques. *As mentalidades: uma história ambígua*. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (orgs.) *História: Novos Objetos*, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988, p.68-83.

LEITE LOPES, José Sergio. *A Tecelagem dos Conflitos de Classe na "Cidade das Chaminés"*. São Paulo: Marco Zero & Brasília-DF: Editora da UnB em co-edição com MCT/CNPq, 1988.

LIMA, José Alves de. *Aspectos e retrospectos da agricultura e da agro-indústria areiense, seus problemas e carências assistenciais*. Areia: Gráfica do Artesanato Dom Aauto, 1972.

MEIHY, Jose C. S. *Manual de história oral*. São Paulo: Loyola, 2000.

MONTENGRO, Antonio Torres. *História Oral e Memória. A cultura popular revisitada*. 3.ed. São Paulo: Contexto, 1994.

_____. *História, metodologia, memória*. 1.ed. São Paulo: Contexto, 2010.

NASCIMENTO, George da Silva do. *Pátrio-biografia: Horácio de Almeida e sua história da Paraíba*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

NEVES, Margarida de Souza. “Nos compassos do tempo. A história e a cultura da memória.” (pp.21-33). In: *Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia*. Organização Raquel Soihet... [et al.]. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2009.

NORA, Pierre. Entre a memória e a história. A problemática dos lugares. In: *Projeto História: São Paulo, SP, 1981*. Tradução Yara Aun Houry. (pp.7-28)

PECHMAN, Robert Moses (Org). *Olhares sobre a cidade*. 1.ed. Rio de Janeiro: UFRJ EDITORA, 1994.

PERROT, Michele. *Os excluídos da história: operários mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & história cultural*. 2ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

_____. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27, p. 11-23, jan./jun. 2007.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.3-15, 1989.

PROST, Antoine. “História social e cultural indissociavelmente” (pp.123-137). In: RIOUX, Jean Pierre e Sirinelli, Jean-François (orgs). *Para uma história cultural*. Tradução de Ana Moura. Lisboa: Editorial Presença, 1998.

RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar: A utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1997.

REZENDE, Antonio Paulo de Moraes. “Cidade e modernidade: Registros Históricos do Amor e da Solidão no Recife dos anos 1930” (pp.45-71). In. *História: cultura e sentimento*. Outras histórias do Brasil. Organização Antonio Carlos Montenegro... [et al.]. Recife: ED. Universitária da UFPE; Cuiabá: Ed. Da UFMT, 2008.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*, tomo I. Campinas: Papyrus, 1994.

_____. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução: Alain François. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

RIOS, Kênia Sousa. História oral: que história é essa? In: Cadernos do CEOM, Santa Catarina: UNOESC, ano 14, nº 12, p. 10-22, 2000.

ROCHE, Daniel. “Uma declinação das Luzes” (pp.25-50). In. RIOUX, Jean Pierre e Sirinelli, Jean-François (orgs). *Para uma história cultural*. Tradução de Ana Moura. Lisboa: Editorial Presença, 1998.

ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004. (coleção primeiros passos)

SÁ, Maria Braga de. *Os Engenhos Rapadureiros e a Expansão da Agroindústria Açucareira no Município de Areia*, Microrregião do Brejo Paraibano. Recife. 1980.

SITTON, Thad et alii. (1989) *História Oral* – una guía para profesores (y otras personas). México (D.F.): Fondo de Cultura Económica.

SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa. Por uma vida menos infame. In. Souza Antônio Clarindo Barbosa (org). *Populares na cidade: vivências de trabalho e lazer*. João Pessoa: Ideia, 2011.

SOUZA, Francisco de Assis Lemos de. Rebelião na Tecelagem, liga de Areia e atentado. In. *Nordeste, o Vietnã que não houve: ligas camponesas e o golpe de 64*. 2.ed. João Pessoa: Edições Linha d'Água, 2008.

STEIN, Stanley J. *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

THOMPSON, E. P. *A Miséria da Teoria ou Planetário de Erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Trad. Waltelsir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. *A formação da classe operária inglesa*. v.1. A árvore da liberdade, v.2. A maldição de Adão, v.3. A força dos trabalhadores. 2.ed. Tradução de Denise Bottmann, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Capítulo VI: Tempo, Disciplina de trabalho e capitalismo industrial. p. 267- 304.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VELHO, Gilberto & KUSCHINIR, Karina (org.). *Pesquisas urbanas: desafios do trabalho antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

FONTES

FONTES CARTORIAIS

Processo de Falência, encontrado no Cartório Maia de Albuquerque do 1º Ofício da Comarca de Areia-Pb.

FREIRE, Elmo Duarte. *Relatório de Tombamento da massa falida Fiação e Tecelagem Arenópolis S/A*, 1979.

JORNAL IMPRESSO

O Século, Areia (PB) – 1946-1947

ENTREVISTAS

CRUZ, Celina Henriques da. *Entrevista concedida à autora*. Areia. Agosto de 2008.

CRUZ, Maria Violeta da. *Entrevista concedida à autora*. Areia. Agosto de 2012.

LIMA, Iraci Crispim de. *Entrevista concedida à autora*. Areia. Fevereiro de 2013.

NASCIMENTO, Maria do Socorro do. *Entrevista concedida à autora*. Areia. Agosto de 2012.

NASCIMENTO, Rosa Maria do. *Entrevista concedida à autora*. Areia. Abril de 2009.

SANTOS, Cícero Alves dos. *Entrevista concedida à autora*. Areia. Janeiro de 2013.

SILVA, Cícero Andrade da. *Entrevista concedida à autora*. Areia. Novembro de 2009.

SILVA, Francisco Alves da. *Entrevista concedida à autora*. Areia. Janeiro de 2013.

SILVA, Luíz Roque da. *Entrevista concedida à autora*. Areia. Janeiro de 2013.

SILVA, Maria de Lurdes da. *Conversa informal com a autora*. Areia. Fevereiro de 2013.

ANEXOS

SERVIÇO JURÍDICO Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da Comarca
Campina Grande - PARAIBA de AREIA (PB).

177

Y A

Melelino

Em 10.03.1978

Luiz Paulo

Representante

O BANCO DO BRASIL S.A., com sede em Brasília (DF), agência da Administração Federal Indireta, por sua agência dessa cidade, e esta por seu advogado subfirmado regularmente cons-
tado nos autos da execução instaurada contra FIAÇÃO e TECEL-
GEM ARENÓPOLIS S.A., escritania do 1º cartório, dessa comarca
vem perante V. Ex.ª, nos autos da FALÊNCIA da mesma Fiação
Tecelagem Arenópolis S.A., expor e afinal requerer o seguint

1. Em virtude da operação de crédito descrita nos auto da execução que o peticionário instaurou contra a falida (EI 73/07 - Cédula de Crédito Industrial), perante esse Juízo, peticionário demandou executivamente contra a falida, para cobrança da quantia de Cr\$ 146.368,00 (cento e quarenta e oit mil, alíás, cento e quarenta e seis mil e trezentos e sessen e oito cruzeiros), tudo de acórdo com o descrito na petição : nicial da execução.
2. No curso do processo de execução, o débito executado acrescido dos acessórios legais, foi amortizado com pagamen- tos parciais e por força da venda de bens penhorados, restanc no entanto, um saldo devedor remanescente, visto que os bens lienados em leilão não bastaram à liquidação do débito.
3. ISSO POSTO, com arrimo na Lei de Falências, o BANCO DO BRASIL S.A. vem perante V. Ex.ª declarar que é credor na falencia de FIAÇÃO e TECELAGEM ARENÓPOLIS S.A., pela quantia d Cr\$ 65.500,00 (sessenta e cinco mil e quinhentos cruzeiros), d corrente do saldo devedor existente nos autos da execução qu instaurou contra a mesma falida para cobrança da cédula de cr- dito industrial já referida, requerendo que a falência sejam pensados os autos da execução que promoveu contra a falida, no- quais se acha o título representativo de seu crédito líquido e certo.
4. O peticionário protesta pela oportuna juntada de no- vos documentos e demais provas que se fizerem necessárias no curso da falência, na hipótese de impugnação. Pede, outrossim, que o crédito acima mencionado seja incluído no quadro geral dos credores, observadas as formalidades legais.
5. Requerendo, finalmente, que a presente seja recebida com observância do que se contém no art. 82 e seguintes da Lei Falimentar, e que as intimações ao peticionário sejam feitas na pessoa do advogado signatário desta, que tem endereço à rua

DISTRIBUIÇÃO

Reg. Geral n.º 502
 523 ao 1.º Cartório.
 Dezembro de 1974
 Lita Neves Perazzo
 Distribuidor

R. hoje.

D.R. e A., cite-se.

Areia, 19 de dezembro de 1974.-


 Juiz de Direito

O BANCO DO BRASIL S.A., com sede em Brasília Distrito Federal, Órgão da Administração Federal Indireta (arts. 4º-II-c e 189-I do Dec-Lei nº 200/67), por sua agência desta cidade, e esta por seu advogado subfirmado (Bel. Raphael Carneiro Arnaud, inscrito na O.A.B., seção da Paraíba, sob nº 657, e no C.P.F. sob nº 0057/41554, com escritório à rua Sete de Setembro, n.º 52, na cidade de Campina Grande-Pb), vem perante V. Ex.ª, com os fundamentos abaixo e apoio no art. 41 e seguintes do Dec-Lei Nº 413, de 9.1.69, combinado com os arts. 580, 585-VII e 659 do Código de Processo Civil, instaurar contra a FIAÇÃO e TECELAGEM A RENOPOLIS S/A, estabelecida à rua Professor Xavier, nº 227, nesta cidade, a presente

EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL

1. Em virtude da operação de crédito abaixo descrita, o exequente é credor da executada, da quantia líquida e certa de Cr\$ 146.368,08 (cento e quarenta e seis mil e trezentos e sessenta e oito cruzeiros e oito centavos), afora juros vencidos e vincendos e a multa legal de 10% (art. 58 do dec-lei nº 413/69):

- EIC-73/07: Uma Cédula de Crédito Industrial, no valor nominal de Cr\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil cruzeiros), emitida a 20.08.73, entre outras condições, a juros de 19,2% a.a., com vencimento para 20.08.74, garantida pelos seguintes bens: onze (11) fardos de algodão em pluma, tipo "5"; vinte (20) fardos de algodão em pluma, tipo "7"; 277 sacos de fio de algodão e quatro (4) duplicatas mercantis, conforme inscrição sob nº 10, fls. 3, do Livro nº 10-A, no Registro Imobiliário local, e por força do aditivo celebrado a 30.09.74, devidamente registrado no mesmo Registro de Imóveis, bens esses que ficaram sob a guarda e responsabilidade do sr. Lívio de Azevedo Maia, como fiel depositário. Ocorre que a Cédula se acha vencida e, incluindo o principal, despesas e juros contabilizados até 30.09.74, apresenta um saldo devedor de Cr\$ 146.368,08 (cento e quarenta e seis mil e trezentos e sessenta e oito cruzeiros e oito centavos). (Docs. 1, 2, 3 e 4).

2. Isso posto, e como tenham malogrado as tentativas para uma solução amigável da pendência, requer o BANCO DO BRASIL S.A. a CITAÇÃO da executada para, em 24 horas, pagar a quantia de Cr\$ 146.368,08 (cento e quarenta e seis mil e trezentos e sessenta e oito cruzeiros e oito centavos), acrescida dos juros moratórios, multa legal de 10% (art. 58 do dec-lei n.º 413/69) e custas processuais. Não o fazendo no prazo e pela forma ~~requerida~~ requ

-2-

rantia (descritos no item 1, desta petição), prosseguindo a execução até final, inclusive com a venda dos bens penhorados (algodão), a exceção das duplicatas mercantis que já se acham em poder do exequente, para cobrança e que, se liquidadas, serão destinadas (o seu produto) à amortização ou liquidação do título, objeto desta execução. Feita a penhora, pede-se que dela se ja intimada a executada. Requer, outrossim, a intimação do sr Livio de Azevedo Maia, brasileiro, casado, agricultor, resident no imóvel "Jussarinha", desta comarca, dada a sua qualidade de depositário do algodão apenhada.

3. DESVIO DO ALGODÃO APENHADO:- Na hipótese de ficar apurado o desvio de quaisquer dos bens apenhados (algodão), de logo, o exequente protesta pelo oportuno pedido de prisão civil do depositário infiel. (art. 28 do dec-le. n. 413/69).

4. P R O V A S:- ^{em} caso de resposta, ficam requeridas as seguintes provas: depoimento pessoal da executada, com a cominação de confesso; inquirição de testemunhas, oportunamente arroladas; juntada de novos documentos; realização de exames, vistorias, perícias e demais provas que se fizerem necessárias no curso da lide.

5. C U S T A S:- Está o exequente isento do pagamento de custas e taxas, por força do estatuído no art. 50 da Lei n. 4.595, de 31.12.64, combinado com o art. 24 do Regulamento de Custas da Paraíba.

6. VALOR DA CAUSA:- 0 do pedido.

7. INTIMAÇÕES:- As intimações ao exequente deverão ser feitas na pessoa do advogado signatário da presente que tem o endereço mencionado no "caput" desta petição.

- Com um instrumento procuratório, uma Cédula de Crédito Industrial, um Orçamento de aplicação do empréstimo, umativo à Cédula e um extrato de conta, D.e.A.,

P. deferimento

Areia (Pb), 19 de dezembro de 1.974

Raphael Carneiro Arnaud - Advº

MANDADO DE AVALIAÇÃO

O Doutor Genésio Gomes Pereira Filho, Juiz de Direito desta Comarca de Areia, Estado da Paraíba, em virtude da lei, etc.

Manda ao sr. Avaliador Judicial deste Juízo a quem for este apresentado indo por mim devidamente assinado que, em seu cumprimento dirija-se a esta cidade de Areia, e aí sendo AVALIE os bens da massa Falida Fiação e Tecelagem Arenopolis S/A, a seguir: TERRENOS E EDIFICAÇÕES:- Um prédio da fabrica situado á rua Prof Xavier Junior nr. 254, edificado em terreno proprio, medindo 83 metros de frente e fundo por 35m de profundidade, construido em concreto-armado e alvenaria, coberto em estrutura de madeira e telha canal, transcrito no Registro Imobiliário desta Comarca sob nr. 7.810, livro 3-0, em data de 1.10.1951; oito prédios situado á rua Professor Xavier Junior sob nr. 227, 233, 241, 247, 251, - 263, 287 e 273, edificados em terreno que mede 70, m de frente e fundos, por 28 , de comprimento de ambos os lados, e construções de alvenaria de tijolos e telhas, piso de cimento liso, transcrição nr. 7.810, livro 3-0, em data de 11.10.1951; seis casas geminadas situadas na mesma rua de nrs. 152, 164, 170, 313, 319 e 323, edificadas em terreno proprio medindo em média, cada 5,00 m de frente e fundos por 28, mm de comprimento de ambos os lados, construção de alvenaria de tijolos e telhas, piso em cimento comum, cobertas de estrutura de madeira e telhas canal, transcrições nrs. 7.810, 6.899 e 6.9803 - de 23.5.1949 e 11.10.1951; seis casas populares, geminadas, situadas á rua Arenopolis nrs. 772, 776, 780, 784, 790 e 794, medindo em média, cada, 5,00 m de frente e fundos por 15,00m de comprimento de ambos os lados, constru

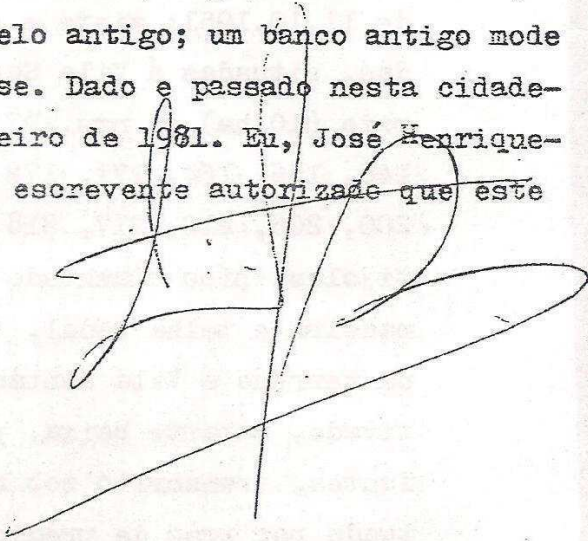
cobertura em estrutura de madeira e telha canal, digo, ~~te-~~ ^{JO}
 lha canal, transcrição nr. 7.810, livro 3-0, em data de
 11.10.1951; uma casa geminada á rua Padre Chacon nr. 495
 medindo 7,00 m de frente e fundos por 20,00 m de comprime-
 mento de ambos os lados, construção em alvenaria de tijo-
 los e telhas, transcrição nr. 7.810, livro 3-0, em data-
 de 11.10.1951; vinte e seis (26) casas populares, gemina-
 das, situadas á Vila Santa Ana, edificadas em terreno pro-
 prio (10 ha) de nrs. 97, 123, 127, 131, 132, 140, 147, -
 148, 156, 164, 171, 172, 179, 180, 187, 188, 196, 199, -
 200, 206, 212, 217, 218, 225 e 229 e 219, construção de-
 tijolos, piso cimentado comum, cobertura de estrutura de
 madeira e telha canal, transcrição 6.903 em 23.05.1949 ;
 um terreno á Vila Santa Ana - antigo propriedade VOLTA, cul-
 tivado, na parte baixa, proxima á claria eli existente e
 fontes, transcrito sob nr. 6903 em 23.05.1949; terreno si-
 tuado por traz de prédio da fabrica localizado no lugar -
 QUEBRA, onde se localiza a fonte de abastecimento de
 agua da fabrica, atualmente ocupado pela Prefeitura Muni-
 cipal local, transcrito sob nr. 7.810, livro 3-0, em data -
 de 11.10.1951; Terreno acidentado denominado APA, locali-
 zado á rua Aderaldo de Almeida, por traz dos oito prédios-
 , digo rua Prof. Mancel de Azevêdo Maia, por traz dos oi-
 to (8) prédios situado á rua Prof. Xavier Junior, cultiva-
 do na parte acidentada e algumas construções na parte al-
 ta, transcrição nr. 7.810, de 11.10.1951; MAQUINAS E EQUI-
 PAMENTOS.- cinco Cardas da marca Ingolstadi modelo KB-40
 de fabricação alemã, capacidade nominal 9,00ks.- fabrica-
 ção de 1963; quatro filatórios Rings de 300 fusos cada, al-
 ça de "9" e anel de 3", sendo dois de marca PLATS e dois-
 de marca WITTI, com dois motores eletricos de 7,5 hp. e
 um de 10 hp. Uma sucata compreendendo os seguintes equipa-
 mentos: Conjunto de batêdores Johns e Sons Manchester, e
 cinco cardas Dobson de 36", uma Dobson de 40", uma Howard
 de 56", um conjunto de estiragem Platt, um conjunto de es-
 tiragem Howard, massoroqueiras Platt, Howard e Dobson , &

III

quadro de distribuição incompleto, ou melhor dito, danificado. MOVEIS E UTENCIOLIOS: 03 Bureaux antigo, confeccionado em madeira, acabamento em verniz; um bureaus mecanografo, confeccionado em chapa de ferro com cadeira giratória; um cofre tamno médio, digo, tamanho médio, fabricação São Paulo, modelo antigo; um banco antigo modelo em madeira.- Cumpra-se. Dado e passado nesta cidade de Areia, aos 23 de janeiro de 1981. Eu, José Henrique-Batista de Albuquerque, escrevente autorizado que este fiz e assino.

278

Juiz de Direito



Uma das maiores e bem organizadas festas caipiras da época junina será realizada no dia 19 de junho pela Diretoria da Associação dos Servidores da Escola Técnica Federal da Paraíba (ASSET). Trata-se do II SAO JOAO DO POVO que irá, sem dúvida, repetir o sucesso total do ano anterior. O grande forró terá lugar no Ginásio coberto do Clube

Astrêa, com ingressos individuais vendidos a Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros). Eles são numerados e vão pra o sorteio de uma Bicicleta Galoi 10, brinde especial da Casa das Bicicletas.

O encontro matutino será abrilhantado com a participação especial do artista GENIVAL LACERDA que será coadjuvado pelo Conjunto Musical "OS BARBAROS".

MASSA FALIDA DA FIAÇÃO E TECELAGEM ARENOPSIS S/A COMARCA DE AREIA - PB. Leilão público

O BANCO DO ESTADO DA PARAÍBA S/A, síndico da falência de FIAÇÃO E TECELAGEM ARENOPSIS S/A, devidamente autorizado pelo M.M. Juiz de Direito da Comarca de Areia, deste Estado, fez saber, que, no próximo dia 12 (primeiro) de julho de 1981, pelas 9 (nove) horas, no fórum daquela Comarca, serão vendidos em Leilão Público, englobada ou separadamente pelo porteiro dos auditórios, os seguintes bens da massa: Imóveis: sítios à rua Xavier Júnior, Prédio nº 254, avaliado em Cr\$ 800.000,00; Casa nº 152, avaliada em Cr\$ 200.000,00; Casa nº 170, avaliada em Cr\$ 80.000,00; Prédio nº 227, avaliado em Cr\$ 250.000,00; Prédio nº 233, avaliado em Cr\$ 180.000,00; Prédio nº 241, avaliado em Cr\$ 30.000,00; Prédio nº 247, avaliado em Cr\$ 280.000,00; Prédio nº 251, avaliado em Cr\$ 250.000,00; Prédio nº 263, avaliado em Cr\$ 280.000,00; Prédio nº 273, avaliado em Cr\$ 280.000,00; Prédio nº 287, avaliado em Cr\$ 300.000,00; Casa nº 313, avaliada em Cr\$ 200.000,00; Casa nº 319, avaliada em Cr\$ 200.000,00; Casa nº 323, avaliada em Cr\$ 250.000,00; Casa nº 164, avaliada em Cr\$ 300.000,00; Casa à rua Padre Chacon nº 495, avaliada em Cr\$ 100.000,00; Seis casas geminadas à rua Arenópolis de nºs 772, 776, 780, 784, 790 e 794, avaliada em Cr\$ 50.000,00 cada, totalizando Cr\$ 300.000,00; um terreno à rua Manoel de Azevedo Maia, avaliado em Cr\$ 50.000,00; Um sítio no lugar Quebra, avaliado em Cr\$ 200.000,00; Um sítio no lugar Vila Santana, avaliado em Cr\$ 400,00,00; Vinte e seis (26) casas populares, situadas na Vila Santana, avaliada em Cr\$ 70.000,00 cada, totalizando Cr\$ 1.820.000,00; Um cofre, avaliado em Cr\$ 20.000,00; Um banco de madeira, avaliado em Cr\$ 3.000,00; Um bereaux mecânico, avaliado em Cr\$ 2.000,00; Um bereaux de madeira, avaliado em Cr\$ 3.000,00; Cinco (5) parafusos marca Ingotstadi, avaliada em Cr\$ 250.000,00; Quatro (4) filatorias Rings, avaliada em Cr\$ 200.000,00; Sete (7) cordas velhas, avaliada em Cr\$ 50.000,00; Três (03) bancos de estiragem, avaliado em Cr\$ 50.000,00; Um transformador AEG, avaliado em Cr\$ 40.000,00; Um conjunto de batedores, avaliado em Cr\$ 50.000,00 e Uma noveleira Manchester, avaliada em Cr\$ 15.000,00. O total da avaliação é de Cr\$ 9.613.000,00 (nove milhões seiscentos e treze mil cruzeiros). João Pessoa, 28 de maio de 1981

BANCO DO ESTADO DA PARAÍBA S/A

Ass. Hegivel P/Sindicó

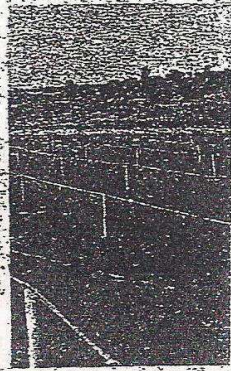
Implantado na Paraíba o método de irrigação por micro-aspersão

Técnicos do Instituto Nacional de Reforma e Desenvolvimento Agrário (IRYDA), da Espanha, implantaram, na Paraíba, o primeiro campo experimental de irrigação por micro-aspersão. O método pioneiro em todo o país, que proporciona uma economia de água em 30% na irrigação de culturas diversas. Este sistema se torna mais barato do que a própria aspersão como é feito normalmente pelos proprietários rurais do Estado.

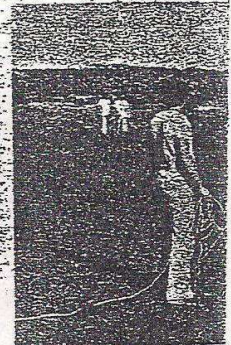
O campo experimental de micro-aspersão foi instalado no município de Sumé para a cultura de banana. Segundo os técnicos espanhóis, agrônomos Luiz Antônio Fanton e José Maria Graells, que se permaneceram neste Estado por um período de três anos, o novo sistema já vem sendo aplicado na zona rural de Espanha com ótimos resultados. O preço da instalação de um sistema desse tipo ficará em torno de Cr\$ 387 mil por cada hectare de terra, compreendendo um poço, catavento, tubulação de elevação, depósito, tubulação de alimentação e de distribuição.

Para os casos em que o proprietário já tenha água suficiente e queira instalar um motor bomba, este custo será bem menor. O rendimento do plantio de banana em uma hectare de terra, aplicando a micro-aspersão, será de 50 mil quilos do produto, correspondendo a um valor de aproximadamente Cr\$ 500 mil.

O IRYDA firmou convênio com o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS), objetivando um intercâmbio de experiências, trabalhos conjuntos de consultoria e formação de recursos humanos em assuntos de irrigação, drenagem e recuperação de solos salinos, pla-



A irrigação por micro-aspersão



Técnicos na preparação

nejamento e desenvolvimento rural e engenharia rural e águas subterrâneas. Explicou o chefe do 2º Distrito, Engenharia Rural (DNOCS), Daniel Oster, que esse convênio, prosseguirá as ações combativas aos efeitos estacionais que ciclicamente ocorrem no Nordeste.

A técnica utilizada pelos espanhóis no campo já despertou os bricantes de equipamentos agrícolas do Estado exemplada fábrica C de Plásticos de Camp Grande, que iniciou fabrico do micro-aspersor para irrigação.

O primeiro passo espanhol será a instalação desse sistema em uma propriedade particular no município Sousa, usando a micro-aspersão na cultura citrica de laranja e laranja. Para esse tipo de cul-

estudantes a ingressar na Universidade Federal da Paraíba. A informação partiu do presidente do DCE, Walter Dantas, um dos idealizadores da proposta. Amanhã, à tarde, dirigentes do Diretório Central dos Estudantes vão se reunir para discutir em maior profundidade a nova idéia.

CELEBRAÇÕES

Segundo Walter Dantas, o Diretório Central dos Estudantes pretende promover festas, carnavais e outras formas de comemorações pela aprovação dos alunos, na própria instituição, numa maneira de promover o primeiro contato do DCE com os estudantes que ingressam na Universidade Federal paraibana.

Será uma forma de recepção, comemoração pelo sucesso dos alunos, e um primeiro contato do DCE com os novos estudantes, que, em

etapa posterior, poderão, de imediato, acompanhar as atividades do Diretório, comentou o atual presidente do Diretório Central dos Estudantes.

Visando a coordenação de divulgação dos resultados do Exame Vestibular, já a partir deste ano, os dirigentes do Diretório Central dos Estudantes deverão, dentro em pouco, manter contatos com a Comissão Permanente do Vestibular, para os acertos finais, após de debatida a possibilidade de dirigirem a divulgação das listas com os nomes dos aprovados.

as candidatas selecionadas passarão por uma série de novos exames, tais como psicotécnico, que será realizado em Recife; Inspeção de Saúde, também em Recife e uma entrevista em local a ser determinado posteriormente pela Capitania dos Portos da Paraíba. Depois de concluídos estes trabalhos é que serão convocadas as candidatas para uma primeira apresentação no dia 24 de março, oportunidade quando a Capitania estará marcando a data das incorporações.

O aqui estabelecido...
Guilherme...
coletivos...
lojas sejam...
os ônibus...
Azevedo.

A info de Serviços Municipal, sr. tabelendo das paradas "será dentro vel"

Por coi comerciante Prefeitura M transportes de paradas de mais algu rio João Fra Em rece comerciantes tura Municipi paradas de c des Pereira, do o comerci

Multas aplicadas pelo Ipeem em 80 chegam a 63 mil

Mais de sessenta e três mil cruzeiros foi a importância das multas aplicadas pelo Instituto de Pesos e Medidas em 14 empresas da Grande João Pessoa que estavam infringindo as suas determinações, informou ontem o delegado do IPEM, Sérgio de Tarso Vieira, para em seguida exortar a participação dos consumidores no sentido de denunciar os estabelecimentos comerciais desonestos.

Com uma maior colaboração dos consumidores, acredita Sérgio de Tarso Vieira, o órgão terá maiores condições de desenvolver seus trabalhos de fiscalização, e orientou a todos para quando verificar a existência de suspeitas de pesos ou volumes de mercadorias acondicionadas, procurar o setor de fiscalização.

As fiscalizações nos setores comerciais foram realizadas durante o mês de dezembro nos estabelecimentos comerciais de Santa Rita, Bayeux, João Pessoa e Cabedelo. Sendo que o maior número de irregularidades foram apresentadas nos postos de gasolinas de João Pessoa, todos intimados a prestarem esclarecimentos e pagar a multa.

As principais irregularidades apresentadas nas bombas eram com relação ao seu interior, que é um dispositivo de bloqueio. Com este defeito as bombas permitem novo abastecimento sem deixar o registro zero do bloco de medidas. Para este mês Sérgio de Tarso Vieira vai intensificar ainda mais as fiscalizações para poder constar denúncias de que estabelecimentos comerciais continuam com aparelhos defeituosos.

Dama por...

A Praça limpa, aberta... seus oitizeiros cansados das presente de fim cho da carta e mázio Franca, Oliveira Lima, p ver transferido a ca Pedro Américo elogiando a man sio Franca agiu, problema de cur

Na carta, o veira Lima lembra século "que aque Praça Pedro Am nossa querida c carta do ex-prefe

"Meu caro I Há um quart la monstruosida Américo envergor cidade.

Pôde você, geral, principalme clamor íntimos di

FALENCIA DA FIAÇÃO E TECELAGEM
ARENÓPOLIS S/A
QUADRO GERAL DOS CREDORES

1 - DA CLASSIFICAÇÃO DOS CREDITOS - Art. 102

1.1 - *Créditos com Garantia Real*
1.1.1. Banco do Est. da Paraíba S/A Cr\$ 3.460.316,12
1.1.2. Banco do Brasil S/A Cr\$ 65.500,00
1.1.3. Banco do Est. do Ceará S/A Cr\$ 340.802,02

1.2 - *Créditos com Privilégio Geral*
1.2.1. I.A.P.A.S. Cr\$ 314.662,46

1.3 - *Créditos Quirografários*
1.3.1. Maria Rubeiro de Assis Cr\$ 60.481,00

2 - CREDITOS INFORMADOS - Art. 98

2.1 - *Créditos com Privilégio Geral*
2.1.1. Secretaria das Finanças Cr\$ 470.802,17
2.1.2. Fazenda Nacional Cr\$ 339.905,40

2.2 - *Créditos Quirografários*
2.2.1. CIMEL - Ind. Com. de Materiais Elétricos Ltda. Cr\$ 7.020,00

Total Geral Cr\$ 5.067.890,17
(cinco milhões sessenta e sete mil oitocentos e noventa cruzeiros e dezesete centavos)

AREIA (PB), 15 de janeiro de 1981
ELMO DUARTE FREIRE
Sindico

300

Laudo de avaliação.

Cumprindo mandado de avaliação expedido por este Juízo me diri-
-rigi nesta Cidade onde se encontram os bens da massa falida Arenop-
-polis S.A, os quais passo a avaliar e dar-lhes seus respectivos va-
-lores.

Bens a rua Xavier Junior:

Um predio de nº 254, com 83ms. de frente e trinta e cinco de fundos,
com o tecto parcialmente caído, com estrutura de concreto e cimento
armado e alvenaria, confrontando-se; do lado direito de quem olha do
meio da rua com o predio dos correios e telegrafos; do lado esquer-
-do de quem olha do meio da rua com a casa de numero 322; ao norte
com a rua Arenopolis; ao sul com rua Xavier Junior.

Ao mencionado imovel dei o valor de.....Cr. 2800.000.00

Uma casa residencial de nº 152, com tres quartos, uma sala, cosin-
-ha, sanitario, sem forno, piso de cimento, banheiro, eletrificada

saneada, em mau estado de conservação.....Cr. 200.000.00 ✓

Uma casa de nº 170, com dois quartos, cosinha, em mau estado de

conservação, com 4.30ms. de frente e 28ms. de fundos.....Cr. 80.000.00 ✓

Um predio de nº. 227, com 4.5ms. de frente e 28ms. de fundos,

ferrado, alcatifado.....Cr. 250.000.00 ✓

Um predio de nº. 233, com tecto caído, com 7.85ms. de frente e

30ms. de fundos, ao qual dei o valor de.....Cr. 180.000.00 ✓

Um predio de nº. 241, com 8.60 de frente (8.60ms. de frente) e

trinta de fundos.....Cr. 210.000.00 ✓

Um predio de nº. 247, com 7.86ms. de frente e trinta de fundos

servindo no momento para garagem, ao qual dei o valor de.....Cr. 280.000.00 ✓

Um predio de nº. 251, com 9.65ms. de frente e 30ms. de fundos

com tecto caído.....Cr. 250.000.00 ✓

Um predio de nº. 263, com 10ms. de frente e 30ms. de fundos, sem

tecto, apenas as paredes depé, que dei o valor de.....Cr. 280.000.00 ✓

Um outro predio tambem sem tecto, de nº. 273, com 10.90ms. de

frente e trinta de fundos, cujo valor e de.....Cr. 280.000.00 ✓

Um predio de nº. 287, com 11ms. de frente e trinta de fundos,

com o tecto estragado ao que dei o valor de.....Cr. 300.000.00 ✓

Uma casa residencial de nº 313, com 3.77ms. de frente e 28ms. de fundos, com dois quartos, duas salas, corredor, cosinha, quintal murado, cujo valor é de.....Cr. 200.000,00

Uma casa de nº 319, com 328ms de frente e 28ms. de fundos, piso de cimento, quintal também murado que dei o valor de.....Cr. 200.000,00

Uma casa de nº 323, com 5.69 de frente e 28ms. de frente, com tres quartos duas salas, cosinha, quintal murado.....Cr. 250.000,00

Um terreno a rua Manoel de Azevedo Maia, com 18.70 de frente e 18.70 de fundos, confrontando-se; ao norte com a rua Manoel de Azevedo Maia; ao nascente com terreno de Paulita Maia; oeste com José Alves e nos fundos com a estrada Areia-Remigio....Cr. 50.000,00

Uma casa a rua Xavier Junior de nº 164, forrada, mosaizada, eletrificada, com 8.5ms. de frente e 28ms. de fundos, com tres quartos duas salas, banheiro, sanitario, confrontando-se do lado direito de quem olha do meio da rua com a casa de nº 152 pertencente a massa falida Arenopolis; do lado esquerdo de quem olha do meio da rua com a casa de nº 170, pertencente a mesma firma,

Ao supra mencionado imovel dei o valor de.....Cr. 300.000,00 ✓

Seis casas geminadas construidas em terrenos da propria massa falida a rua Arenopolis, numeros, 772, 776, 780, 784, 790, 794, construidas de alvenaria de tijolos e telhas, com 5ms. de frente e 15 ditos dos lados e cinco nos fundos e por serem uniformes avaliei a Cr. 50.000,00 cada, totalizando.....Cr. 300.000,00

Um sitio no lugar Quebra, em terreno acidentado, com parte plana apenas onde se encontra o banho do Quebra, limitando-se; ao sul com a rua Arenopolis; ao norte por valado e terras da Prefeitura; ao leste com terras da Prefeitura e ao poeste com terras dos herdeiros de Pedro Perazzo.

Ao mencionado imovel dei o valor de.....Cr. 200.000,00

Um cofre antigo, Fabricação de São Paulo a que avaliei por Cr. 20.000,00

Um banco de madeira, invernezado que avaliei por.....Cr. 3.000,00

Um bureaux mecanografo em mau estado,.....Cr. 2000,00

Um bureaux de madeira que avaliei por.....Cr. 3.000,00

vide verso

5 cardas de marca Ingolstadi, com motores de 1.5KV.....Cr. 250.000,00
 4 filatorias Rings de 300 fusos cada.....Cr. 200.000,00
 7 cardas velhas que avalei por.....Cr. 50.000,00
 3 bancos de estiragem de marcas, Platt e Houard.....Cr. 50.000,00
 Um transformador Aeg de 250 kva., incompleto.....Cr. 40.000,00
 Um conjunto de batedores completo de ma rca sons e Manchester Cr. 50.000,0
 Uma noveleira manchester de 6 fusos que avalei por Cr. 15.000,0
 Uma casa de residencia, em chão proprio, de nº495, com 7ms. de frente e veinte de fundos de tijolos e telhas, confrontado-se do lado direito de quem olha do meio da ruacom a casa de nº. 499; do lado esquerdo de quem olha do meio da rua com a casa de numero 493 e ao norte com a rua Pe. Chacon.
 Ao referido ivovel dei o valor de.....Cr. 100.000,00
 Vinte e seis casas populares, geminadas (geminadas) de tijolos e telhas, situadas a Vila Santana, em chão proprio, piso de cimento e por serem de fato uniformes avalei a razão de ~~Cr. 7~~ digo, a razão de Cr. 70.000,00 cada.....Cr. 1.820.000,0
 Um sitio no lugar Vila Santana, com 4ha. cultivado na parte baixa, com fonte Bagua, limitando-se; ao norte com a estrada Areia-Nata Limpa; ao sul com estrada Areia-Lava pés; oeste com terras de Pautila Maia ea leste com as trazeiras das casas da rua da Baixinha. X
 Ao mencionada imovel dei o valor de.....Cr. 400.000,00
 Totaliza o presente laudo avaliatorio em.....Cr. 9.613.000,00

Nada mais tendo a avaliar finalizo o presente laudo que dato, assino e dou ff.

Areia, dois de Fevereiro de mil novecentos e oitenta e um.


 Severino Bezerra de Medeiros. Avaliador Judicial